



Sexta-feira, 21 de Novembro de 1980

# DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 1980

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMARIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 50 minutos

Prosseguiu o debate da moção de confiança apresentada pelo Governo, tendo usado da palavra, em intervenções, declarações ou protestos, além do Sr. Ministro da Defesa Nacional (Amaro da Costa), os Srs. Deputados Heriberto Goulart (MDP/CDE), Mário Tome (UDP), Almeida Santos (PS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Teresa Santa Clara Gomes (L'EDS), Nandim de Carvalho (PSD), Helena Roseta (PSD), Narana Coissoró (CDS), João Lima (PS), Magalhães Mota (ASDI), Vival Moreira (PCP), Santana Lopes (PSD), Amandio de Azevedo (PSD), Manuel Alegre (PS), José Vitorino (PSD), Luis Barbosa (CDS), Mário Adegas (PSD), Jérônimo de Sousa (PCP), António Cabecinha (PSD), António Reis (PS), António Moniz (PPM), Octávio Teixeira (PCP), Mário Tome (UDP), Ourique Mendes (PSD), Portugal da Silveira (PPM) e Rui Amaral (PSD).

Depois de lido pelo Sr. Deputado Armando de Oliveira (CDS), foi aprovado um relatório da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos sobre substituição de Deputados do CDS.

A Assembleia autorizou a lecionar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas os Srs. Deputados Narana Coissoró e Adriano Moreira (CDS).

Depois de anunciar a entrada dos projectos de lei n.º 16/11 a 46/11 o Sr. Presidente encerrou a sessão eram 22 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 30 minutos

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos  
Afonso de Sousa F. de Moura Guedes  
Alberto Augusto Faria dos Santos

Alvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Roleira Marinho

António Vilar Ribeiro.

Armando Costa.

Arménio dos Santos

Carlos Manuel Pereira Pinho

Cecília Pita Catarino.

Cipriano Rodrigues Martins

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Eduardo Manuel Lourenço de Sousa.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira

Fernando Manuel C. Barbosa Mesquita

Fernando dos Reis Condesso.

Jaime Adalberto Simões Ramos.

João Afonso Gonçalves

João Aurélio Dias Mendes.

João Manuel Coutinho Sá Fernandes

João Vasco da Luz Botelho Paiva.

Joaquim Carneiro Barros Domingues.

Joaquim Pinto.

José Adriano Gago Vitorino.

José Augusto Santos da Silva Marques

José Manuel Pinheiro Barradas.

José Theodoro da Silva

José de Vargas Bulcão.

Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Andrade

Leonel Santa Rita Pires

Luis António Martins  
 Luis Fernandes C. Nandim de Carvalho  
 Manuel António Araújo dos Santos  
 Manuel António Lopes Ribeiro  
 Manuel da Costa Andrade  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Ribeiro Arruda  
 Manuel Vaz Freixo  
 Maria Adelaide S de Almeida Paiva  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte  
 Maria Helena do Rêgo C Salema Roseta  
 Maria Margarida R C S Moura Ribeiro  
 Marília Dulce Coelho Pires M Raimundo.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Júlio Montalvão Machado  
 Mário Martins Adegas  
 Mário Marques Ferreira Maduro  
 Natália de Oliveira Correia  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes  
 Rui Alberto Barradas do Amaral  
 Valdemar Cardoso Alves  
 Virgílio António Pinto Nunes

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Marques Antunes  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva  
 Alfredo Barroso.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 António de Almeida Santos  
 António Duarte Arnaut  
 António Azevedo Gomes  
 António Carlos Ribeiro Campos  
 António José Sanches Esteves  
 António Magalhães da Silva  
 António Manuel de Oliveira Guterres  
 António Jose Vieira de Freitas  
 António Marques Ribeiro Reis  
 António de Sousa Gomes  
 António Teixeira Lopes.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha  
 Carlos Cardoso Lage  
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Ernesto Sacramento Marques  
 Fernando Manuel Gomes  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha  
 Guilherme Gomes dos Santos  
 João Alfredo Félix Vieira Lima  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 Joaquim Jose Cardoso Catano Menezes  
 Jose Manuel Niza Antunes Mendes  
 Júlio Almeida Carrapato  
 Luis Nunes de Almeida  
 Luis Patrão  
 Luís Silverio Gonçalves Saisas  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes

Manuel Francisco da Costa.  
 Manuel José Bragança Tender.  
 Manuel dos Santos  
 Manuel Trindade Reis  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Teófilo Carvalho dos Santos  
 Vergílio Fernando Marques Rodrigues.  
 Victor Brás  
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira  
 Alberto Henriques Coimbra  
 Alexandre Correia de Carvalho Relgoto  
 Alfredo Albano de C Azevedo Soares  
 António Jacinto Martins Canaverde  
 António Jose T Gomes de Pinho  
 António Mendes de Carvalho  
 Armando Domingues L Ribeiro de Oliveira.  
 Carlos Alberto Rosa  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Emílio Leitão Paulo  
 Francisco Goncalves C. de Ferreira  
 Francisco Manuel L V de Oliveira Dias  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão  
 Henrique Jose C M Pereira de Moraes.  
 Isilda da Silva Barata  
 João Cantinho M Figueiras de Andrade  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João Jose M Ferreira Polido Almeida  
 Jose Alberto de Faria Xerez  
 José Eduardo F de Sanches Osório  
 Luís Eduardo da Silva Barbosa  
 Luísa Maria Freire C Vaz Raposo  
 Manuel António de A de A Vasconcelos.  
 Maria José Paulo Sampaio  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena

#### Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira  
 Aselmo Aníbal  
 António Dias Lourenço da Silva  
 António Joaquim Gervásio  
 António da Silva Mota  
 Carlos Alberto do Carmo da C Espadinha  
 Custódio Jacinto Gingão  
 Dinis Fernandes Miranda  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas  
 Fernando de Almeida Sousa Marques  
 Francisco Miguel Duarte  
 Georgete de Oliveira  
 Helder Simão Pinheiro  
 Jerónimo Carvalho de Sousa  
 Joaquim Miranda da Silva  
 Joaquim Gomes dos Santos  
 Joaquim Victor Gomes de Sá  
 Jorge do Carmo da Silva Leite  
 Jose Mauel da Costa Carreira Marques.  
 Jose Manuel Maia Nunes de Almeida  
 Jose Rodrigues Vitoriano  
 Manuel Rogério Brito  
 Maria Alda Barbosa Nogueira  
 Maria Ilda Costa Figueiredo  
 Maria Odete Santos

Octavio Augusto Teixeira.  
Vital Martins Moreira

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

António Borges de Carvalho  
António Cardoso Moniz  
Augusto Martins Ferreira do Amaral  
Henrique Barrilaro Ruas  
Jorge Victor M. Portugal da Silveira  
Luis Filipe Ottolini Bebiano Coimbra

**Acção Social Democrata Independente (ASDI)**

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho

**União da Esquerda P/Democrata Socialista (UEDS)**

António Manuel C. Ferreira Vitorino  
António Poppe Lopes Cardoso  
César Oliveira.  
Maria Teresa de Santa Clara Gomes

**Movimento Democrático Português (MDP/CDE)**

Herberto de Castro Goulart da Silva  
Helena Tâmega Cidade Moura

**União Democrática Popular (UDP)**

Mário António Baptista Tomé.

*Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.*

**O Sr. Presidente:** — Responderam à chamada 178 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 50 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — O primeiro orador desta tarde é o Sr. Deputado Herberto Goulart, seguindo-se os Srs. Deputados Mário Tomé, Almeida Santos, Helena Cidade Moura, Teresa Santa Clara Gomes e Narana Coissoró.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herbeto Goulart

**O Sr. Herberto Goulart (MDP/CDE):** — Sr Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. A não apresentação de um programa de Governo agora à Assembleia da República, teoricamente admitida pelo Sr. Primeiro-Ministro, resultaria da circunstância de nos encontrarmos em vésperas de eleições presidenciais, a que corresponderia a demissão do Governo após ser empossado o futuro Presidente da República.

O processo político que se ultimaria nesta moção de confiança deconteria de uma questão de pragmatismo político, para se evitar que por razões de mero formalismo tivessem de ser formados dois Governos juridicamente distintos, sendo a mesma a maioria parlamentar existente.

Considera o Governo que este processo político respeita dois imperativos democráticos do nosso ordenamento jurídico: o da legitimidade parlamentar e o da responsabilidade política perante o Presidente da República.

Julgamos que as razões de pragmatismo político agora invocadas põem precisamente em causa o res-

ponto pelos dous imperativos democráticos que o Sr. Primeiro-Ministro citou.

Por decisão unilateral do Governo não foi agora respeitado o imperativo da responsabilidade política perante o Presidente da República.

É questão materialmente ultrapassada, mas sobre a qual não queremos deixar de trazer aqui este apon-tamento

Mais grave, face a Assembleia da República, nos parece a ruptura quanto ao princípio da legitimidade parlamentar

O Programa do Governo que na 4.ª sessão legislativa não foi rejeitado pela Assembleia da Repú-blica era um programa balizado até ao final daquela legislatura

Expressamente o reconheceu o Sr. Primeiro-Ministro na apresentação do Programa do VI Governo Constitucional: «O horizonte temporal restrito a que se sujeita este Programa não retira força [...] embora limite a sua concretização ao curto lapso de alguns meses, até ao momento em que, de novo, os Portugueses sejam chamados a pronunciar-se através do voto.»

Ora o voto de confiança que o Governo agora solicita não está, em nosso entender, associado a uma clara intenção programática para o período que vai desde o presente até à entrada em funções do Executivo nomeado pelo Presidente eleito.

Porque a declaração política geral produzida pelo Sr. Primeiro-Ministro não contempla a apresentação de medidas programáticas, nem é aceitável o prolongamento do Programa de Janeiro, pois que ele fica por esclarecer o que o Governo considera realiza-do... e o que ainda considera por realizar, e que, portanto, transferiria para o período seguinte.

Em concreto, da acção governativa para os próxi-mos dois/três meses o Governo apenas apresentou intenções quanto a algumas medidas legislativas e quanto à apresentação dos Planos de Médio Prazo e de 1981, bem como do OGE para 1981.

E, assim, a Assembleia da República é esvaziada de conteúdo, parcialmente, e de competências que lhe são próprias. Uma eventual moção de censura — naquilo que ela pode ter de mais significativo, isto é, sobre a execução do Programa do Governo, conforme o artigo 197.º da Constituição da República — é impossibilitada, porque a prática governativa, entretanto, não pode ser cotejada com qualquer pro-grama não rejeitado pela Assembleia da República, mas tão-só como a simples declaração de política geral

Já em Janeiro passado afirmámos que «a finali-dade própria do processo da moção de confiança e a apreciação da actuação governamental do Exe-cutivo e não a sua legitimidade para governar.»

Utrapassada a questão da constituição do Gover-no, este poderia ter apresentado aqui um programa de Governo que, definindo grandes linhas gerais de fundo, particularizasse para o que eu chamaria «o período intercalar»

Em tempo posterior, após posse do próximo Presi-dente da República e o desencadeamento de todo o normal processo de constituição de Governo, as linhas gerais de fundo seriam particularizadas a todo o período da II Legislatura

Não é, pois, a moção de confiança, quanto a nós, o instrumento adequado para o Governo obter a legitimação parlamentar para governar até à posse do Presidente da República a eleger em Dezembro.

O Governo procurou, dentro de uma prática que lhe é habitual, uma situação de expediente para se furtar, contra o que anuncia, às regras que devem pautar as relações entre os diferentes órgãos de soberania.

Mas, por outro lado, o Governo pretende, aos olhos eleitorais do País e pela maioria de apoio de que aqui dispõe, apresentar-se com a credibilidade que lhe advirá de uma confiança expressa por este órgão de soberania, para fins que não são o de simples exercício do seu poder como Executivo.

As questões formais que acabamos de abordar seriam, por si, suficientes para votarmos contra a moção de confiança.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:** Segundo o artigo 191.<sup>o</sup> da Constituição da República, do Programa do Governo deverão constar as principais medidas legislativas a adoptar ou a propor. Na sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro procurou, neste aspecto, rodear a inexistência de proposta de Programa de Governo, listando um conjunto de propostas de lei que o Governo apresentaria neste período intercalar.

Mas ao sentir-se na necessidade de invocar não ver qualquer impedimento no facto de a Assembleia da República nesta legislatura ter poderes de revisão constitucional — pois que toda a legislação então produzida seria reformulada em função dos novos preceitos constitucionais —, colocou-se o Sr. Primeiro-Ministro numa posição que suscita apreensões.

De facto, a invocação pareceria desnecessária, pois não é isso que sucederá com toda a legislação produzida durante a I Legislatura pela Assembleia da República ou pelos Governos, do I ao VI?

Mas é que o Sr. Primeiro-Ministro foi já admitindo a existência de certas interacções entre as propostas de lei que o Governo apresentará e o conteúdo final da Constituição da República após revisão.

Que interacções são estas com um desconhecido conteúdo final da Constituição da República, antes mesmo que o seu processo de revisão se tenha iniciado? Ou será que, de uma forma positiva, a AD resolveu aceitar os preceitos constitucionais de revisão constitucional contra o que tem afirmado? Mas, a não ser assim, qual o conteúdo que servirá de baliza ao Governo: um projecto da AD, um projecto do PSD ou uma das várias versões dos projectos pessoais do Dr. Sá Carneiro?

O que o Governo expressou, na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, foi, no nosso entender, uma posição grave quanto ao respeito da legalidade. Re-confirmeda a sua maioria de apoio parlamentar, surge sem equívocos a intenção, já esboçada em práticas governativas ao longo de todo este ano, de prosseguir com alterações da Constituição, de desrespeitar a lei base do País, do esvaziamento constitucional através da revisão de facto em aspectos parcelares.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O Governo decidiu manter-se em funções após as eleições legislativas de 5 de Outubro. A maioria afirmará, convictamente ou não, que a unilateralidade desta decisão não con-

substancia uma prática conflitual com outros Órgãos de Soberania, nem lhe ocorrerá que tal decisão possa assemelhar-se, no plano ético, a uma usurpação do Poder.

O Governo decidiu não apresentar agora um Programa de Governo à Assembleia da República, substituindo-o pelo expediente de uma moção de confiança. A maioria continuará serenamente a considerar que não se trata de uma atitude de subalternização desta Assembleia da República perante o Executivo.

O Governo decidiu que a Assembleia da República apreciará as Grandes Opções do Plano a Médio Prazo, as Grandes Opções do Plano para 1981 e o OGE para este mesmo ano desenquadrados de um programa de Governo. A maioria não lhe regateará a imediata aprovação das correspondentes propostas de lei e a seu tempo aprovará então o Programa de Governo... na versão A ou na versão B...

O Sr. Primeiro-Ministro decidiu assumir junto da Câmara um compromisso em nome de um futuro Governo cuja composição se ignora. Bem sei que o compromisso, apesar da solenidade, é vazio de conteúdo, mas a maioria não estranharia — a isso está habituada — que o Dr. Sá Carneiro decida em nome da AD.

O Sr. Primeiro-Ministro afirmou na sua intervenção introdutória deste debate — e o meu partido subscreve integralmente tal afirmação — que «o mais elemental respeito por esta Câmara obrigaría o Governo o auto-impor-se a disponibilidade aqui vir para ser julgado nos seus projectos e no seu Programa». Afinal, acabou por não concretizar a obrigação, mas a maioria não deixará de, acriticamente, conceder o voto de confiança que lhe é solicitado.

Não partilhando o MDP/CDE de conceitos comuns à maioria e abdicando da impropriedade com que o voto de confiança é neste momento solicitado, a nossa posição não poderá deixar de decorrer também da apreciação do comportamento antecedente deste VI Governo.

Exemplificando: Desse comportamento e das afirmações dos principais dirigentes da AD podemos inferir que, dispondo hoje de uma maioria parlamentar mais confortável e ultrapassando o escolho de 7 de Dezembro, se encontrariam estabilizadas no Poder Político forças que são contrárias ao actual regime democrático definido na Constituição e que pretendem reconstituir a grande concentração capitalista.

O seu projecto aproxima-se do que era pretendido pela corrente liberal do marcelismo, a que, de resto, pertenciam alguns dos principais dirigentes do PSD e do CDS.

**O Sr. José Vitorino (PSD): — Quem diria?!**

**O Orador:** — O que significa que, controlando o Poder Político a AD tentará estrangular, inviabilizar ou reduzir a menores dimensões os sectores não capitalistas da nossa economia, como, de resto, vem ensaiando — e algumas áreas com que prepotências e violência — desde que detém maioria parlamentar. Abrindo facilidades e acenando com a estabilidade política que se propõe garantir — aspecto repetido desde Janeiro e retomado ontem pelo Sr. Primeiro-Ministro —, tentará a AD criar condições favoráveis

de rendibilidade e segurança para atrair avultados investimentos privados nacionais e estrangeiros na mira de uma rápida reconstituição da concentração capitalista.

Mas o modelo de liberalismo económico que a AD projecta traz consequências graves para largas e diversificadas camadas e grupos sociais do nosso país, cuja economia atrasada se integra num espaço cada vez mais amplo.

Os capitais nacionais e estrangeiros colocam como condição indispensável a alteração das leis no domínio das relações do trabalho — limitações na Lei da Greve, facilidades legais de despedimentos, dificuldades para a actuação dos sindicatos, obstáculos e limitações à intervenção dos trabalhadores nas empresas, aumento das práticas repressivas do grande patronato.

Apesar da prudência do Ministério do Trabalho em produzir alterações legais ao quadro actual das relações de trabalho — não estivessem no horizonte eleições a 5 de Outubro e a 7 de Dezembro ... —, quase um ano de actuação governamental foi desenvolvido no objectivo de facilitar os desejos do grande capital: os aumentos salariais médios não atingem as taxas de inflação; as reduções de impostos beneficiaram especialmente os vencimentos mais elevados; o salário mínimo nacional foi actualizado tardivamente e por razões eleitoralistas; mantém-se uma tentativa de imposição psicológica de um tecto salarial; o boicote das associações patronais à negociação colectiva é tolerado pelo Governo; liberalizam-se na prática os despedimentos de trabalhadores; procuram retirar-se regalias anteriores dos trabalhadores mantém-se a ineficácia do funcionamento da Inspecção do Trabalho, com grande regozijo do patronato.

Os pequenos e médios empresários são outra camada social que sofrerá gravosamente do projecto económico da AD. Os fenómenos de concentração capitalista provocarão maiores dificuldades para as nossas pequenas e médias empresas, mal apetrechadas e financeiramente débeis, com mercados difíceis e inseguros — dificuldades agravadas com a integração na CEE, desejada aceleradamente pela AD, representando um enfraquecimento do nosso aparelho produtivo e um considerável aumento do desemprego, perfeitamente visualizados se tivermos em conta que no sector industrial as pequenas e médias empresas absorvem elevada percentagem de mão-de-obra e da quota de produção do sector.

Ao fim de um ano de Governo AD, as medidas para integração na CEE têm sido fortemente publicitadas, mas medidas efectivas de enquadramento, apoio e até orientação para as pequenas e médias empresas continuam desconhecidas.

A outros extractos sociais o Governo da AD aceiou com medidas eventualmente inteligentes mas suas preocupações eleitoralistas, mas com que possibilidades de as manter ou prosseguir? Chegue Janeiro... e a factura virá! Já começou a vir, no preço dos adubos, estará a chegar no preço dos combustíveis!

Na continuidade da sua política, a AD contará com as camadas médias dos serviços como factor fundamental de estabilização social. Duvidamos, porém, que o nosso desenvolvimento económico, na via liberal conducente à concentração da riqueza, possa ser realizado a níveis que permitam a concessão de benefícios apreciáveis para esta camada social.

A prazo, a política da AD e do seu Governo, visível num ano de governação e descortinada nos seus projectos programáticos, agravará as condições de vida das camadas sociais mais desfavorecidas.

Também por isso, além de por coerência democrática, estamos contra o voto de confiança que o Governo solicita à Assembleia da República.

*Aplausos do MDP/CDE e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A confiança ora pedida a esta Assembleia da República não passa de um expediente para o Governo não apresentar o seu Programa antes das eleições presidenciais. Por isso, a intervenção feita pelo Primeiro-Ministro foi propositadamente vaga e genérica no enunciar de princípios que a actuação governativa e a conduta das forças que apoiam o Governo negam a cada passo.

Para ouvirmos isto bastar-nos-ia ligar os aparelhos de televisão e telefonia, onde, sobrepondo-se ao trabalho dos profissionais, as cassetes de propaganda da AD, impostas pelas administrações, soam a cada momento.

Com razão podemos dar como perdido o tempo que estivemos a ouvir o Primeiro-Ministro.

Enquanto a AD e o Governo continuam a prometer mundos e fundos, os problemas que afligem o povo — mesmo grande parte daqueles que votaram AD — continuam por resolver, agravam-se, e não se detectam na exposição em que assenta o pedido de confiança a esta Assembleia da República quaisquer perspectivas, nem sequer intenções reais de os resolver.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: São 19 horas e 38 ministros! Assim falava aos microfones da RTP, denunciando involuntariamente a verdadeira fonte da sua inspiração, um dos homens de mão do Governo, um fura-greves, daqueles metidos à pressa para fazerem o mascaramento das verdadeiras intenções deste executivo e darem publicidade à sua demagogia, deturpando a informação, manipulando a opinião pública, num gravoso atentado aos interesses dos cidadãos e às justas reivindicações dos jornalistas que são ferozmente perseguidos e marginalizados.

Que confiança merece um Governo que consente e fomenta práticas de administrações corrompidas e terroristas, que não hesitam em usar a política contra os órgãos representativos dos trabalhadores, em total desrespeito pela lei e pela Constituição?

Apenas poderá merecer-la por parte do grande patronato e das multinacionais, que, tendo em vista a obtenção de lucros cada vez mais fáceis, atacam ferozmente as conquistas e direitos dos trabalhadores, em especial os seus órgãos de classe e delegados democraticamente escolhidos. Por isso se apoiam e apoiam um Governo que, no campo legislativo, lhes abre caminho, apontando para a revogação de toda a legislação favorável aos trabalhadores, fazendo, em contrapartida, aprovar leis que facilitem os objectivos patronais.

Para além das comovedoras juras de fidelidade à democracia e de amor pelo próximo que aqui nos traz o Primeiro-Ministro e o Governo àqueles que passam

a maior parte do dia a produzir riqueza para outros, que não para si próprios, interessa que seja cumprida a Lei do Salário Mínimo Nacional, a Lei das Associações Sindicais e a Lei das Comissões de Trabalhadores, por forma que termine a autêntica caça aos dirigentes e delegados sindicais; que seja respeitada a vontade veemente e unanimemente expressa pelos trabalhadores assalariados e por largas camadas de pequenos e médios comerciantes e industriais; que seja atirado para o caixote do lixo o diploma do Governo sobre «duração e organização temporal do trabalho»; que se acabe com os contratos a prazo, tal como é reivindicado por todas as organizações representativas dos trabalhadores; que o Governo e a administração da Standard cumpram a lei e sejam reintegrados os mais de duzentos trabalhadores miseravelmente despedidos — ou será que a identificação do Governo com os interesses dos EUA e da ITT o leva a manter a sua cumpliciade num crime contra os trabalhadores e as leis do Estado Português? —; que sejam cumpridos os compromissos assumidos perante os 1400 trabalhadores da Messa, garantindo a viabilização da empresa e os postos de trabalho ameaçados; que se solucione o drama de milhares de jovens que começam a desesperar em busca do primeiro emprego; que se construam escolas, em vez de luxuosas sedes para não menos luxuosos bancos; que se atenda a justa reivindicação dos reformados, que exigem que as suas pensões não sejam aumentadas percentualmente, mas sim com uma verba única, de acordo com o aumento do custo de vida; que o Governo deixe de proteger os interesses dos grandes intermediários e armazениastas, favorecendo em boas condições o escoamento da batata e do vinho, e que sejam pagos os vencimentos e subsídios de Dezembro a todos os trabalhadores, mesmo àquelas que não tenham apresentado a declaração do imposto complementar, o que, a não acontecer, seria uma violência anti-constitucional intolerável.

Depois de tantas promessas, em que o Governo se apresentou como o obreiro do saneamento da situação económica e financeira, um dos seus membros há dias na televisão e ontem aqui o Primeiro-Ministro assinalaram dias difíceis aos Portugueses — cabe perguntar a quais portugueses —, ao mesmo tempo que se começam a anunciar os primeiros aumentos de produtos, que, por arrastamento, conduzirão a uma subida generalizada dos preços: 33% para os adubos, 20% para os pesticidas, provavelmente 25% para a gasolina e, para breve, seguir-se-á o açúcar e as rendas de casa ... que mais se seguirá? O petróleo sempre teve as costas largas quando a política que se pratica não tem em conta os interesses de quem trabalha, mas antes os daqueles que exploram o trabalho dos outros...

O agravamento da situação internacional provocado pela política ultra-reaccionária dos sectores imperialistas contra a independência e a liberdade dos povos deveria merecer por parte de qualquer Governo que minimamente respeitasse a Constituição da República uma firme atitude de condenação de tais políticas. Ao contrário, o Governo AD pauta a sua conduta e a sua política externa por um alinhamento cada vez mais servil e baboso com a política de agressão e opressão do imperialismo americano e total subordinação à NATO!

Em que perspectiva de independência nacional se baseia este Governo para, de forma tão rastejante, pôr o nosso povo e nosso país à mercê dos interesses rapaces dos Americanos?

Para anunciar o «dinamismo participativo» em que falou o Primeiro-Ministro — talvez por equívoco, se não por hipocrisia — irão ser divulgados perante os Portugueses os termos e as condições dos acordos negociados ou a negociação com os generais americanos sobre as Bases das Lajes e de Beja e ainda as condições em que vai ser autorizada a permanência num porto português de um porta-aviões americano?

Não está em causa a instalação de armamento nuclear no nosso solo — diz suavemente o Ministro dos Negócios Estrangeiros. E quando estiver em causa, Sr. Ministro da Defesa Nacional?

As respostas a estas e outras questões têm sido dadas desde o dia 2 de Dezembro, e os trabalhadores, por mais promessas e ilusões que lhes sejam mostradas e criadas, vão sentindo na pele os resultados de uma política desastrosa para os interesses populares e nacionais.

Este Governo e o seu candidato às presidenciais prometem-nos para o futuro segurança! Nunca foram tão sinceros! E, se o empenhamento for igual à sinceridade, não tardará que, para melhor cumprir a promessa, aí tenhamos uma direcção-geral de segurança!

*Aplausos da Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura (MDP/CDE).*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo; Esperávamo a investidura de um governo; saiu-nos uma moção de confiança.

Esperávamo um programa; deparou-se-nos um discurso.

O que o Sr. Primeiro-Ministro nos veio dizer foi mais ou menos isto: o Governo é o que está, o Programa, pelo menos por agora, sou eu. *Le programme c'est moi.*

E o grave é que, nestas coisas, começa por ser-se o Programa do Governo e acaba por se ser o próprio Governo, quando não o próprio Estado.

É sempre com inefável prazer intelectual que ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro. Mas desta vez teríamos preferido aquilo de que estávamo à espera: o Programa, a imagem prognóstica do nosso próximo futuro; coisas tão prosaicas como as metas do crescimento e da inflação, o que vai ser dos preços e das rendas, o aumento das despesas militares exigido pelo avanço do imperialismo soviético, que lei eleitoral, que informação, que esperanças ou assombrações.

Mas não! O Sr. Primeiro-Ministro frustou as nossas expectativas e adiou o País. Aos costumes disse nada!

Acontece que a coligação majoritária ganhou o Poder, mas não o árbitrio; confirmou e até reforçou a maioria que tinha nesta Assembleia, mas não é ela mesma esta Assembleia. De sorte que, enquanto vigorar a Constituição que vigora, para se ser go-

verno continua a ser preciso passar incólume por duas alfândegas: a do Presidente da República e a deste Parlamento. E, se pode admitir-se que o actual Governo foi, ainda que impropriamente, investido pelo actual Presidente, não pode, com propriedade afirmar-se que tenha sido investido por esta Assembleia.

E tinha de sê-lo para, ligitimamente, ser governo. Isto porque, além do mais, uma coisa é a investidura e outra a confiança. Pela lógica constitucional e pela natureza das coisas, esta Assembleia só pode confiar, ou não confiar, num governo que, previamente, te-nha investido.

O nosso sistema político-constitucional configura para o Governo um regime de dupla investidura e de dupla responsabilidade. Para existir, enquanto tal, o Governo tem de ser investido pelo Presidente da República e por esta Assembleia — aquele sanciona as pessoas; esta avalia, ainda que passivamente, o Programa, programa de que devem constar, *inter alia*, as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor a esta Assembleia para execução da Constituição. Daí que, com inteira lógica, a responsabilidade do Governo, em face do Parlamento, seja restrita ao âmbito da responsabilidade governamental.

O certo é que qualquer governo, apesar de investido pelo Presidente da República, não chegará plenamente a ser governo, ou no mínimo deixará de sê-lo, se a Assembleia rejeitar o seu programa. Essa rejeição provoca, como se sabe, a sua demissão. Governo sem programa aprovado é um nado-morto, ou melhor, dura o que duram as rosas de *Malherbe* — o espaço poético de uma manhã, o espaço real de uma quinzena escassa.

Dito isto, como pode responder perante esta Assembleia um governo que perante ela não prestou provas, um governo que ela não investiu, um governo que ela, constitucionalmente, desconhece?

É defensável que a Constituição não exige a demissão ou a exoneração do Governo quando, finda a legislatura e eleita nova Assembleia, é confirmada a maioria parlamentar apoianto do governo que está. Admitiu implicitamente esse entendimento o Presidente da República, já que o não exonerou, e praticou-o Primeiro-Ministro, já que se não demitiu. Foram invocadas ou tidas em conta, se bem ajuízo, considerações de ordem prática. Se o Presidente e a maioria parlamentar podem voltar a investir o governo que está, por que não o deixariam estar?

A esta luz, a própria moção de confiança apresentada reveste os contornos de uma excrescência inútil, porque de antemão se sabe que a maioria parlamentar vai votá-la.

É e não é assim. E o mais grave de o não ser é o regresso da velha tendência, que de novo se esboça, para encarar a Constituição como algo de mau, que se pode tornar bom, desde que tenhamos à mão um razoável sofista.

As eleições não são um fim em si. Elas destinam-se — é sabido — a legitimar o exercício do Poder através do instituto da representação. A escolha dos representantes do povo — esse velhíssimo princípio — é feita entre nós através de sufrágio periódico. E periódico porque o legislador constituinte não quis desconhecer a necessidade de actualização cíclica da von-

tade popular através da confirmação ou da mudança dos que politicamente a representam e traduzem.

Deste modo, a Assembleia da República não é uma entidade abstracta, mas um corpo de mandatários, que periodicamente se extingue e se renova. Finda a legislatura, ou seja a existência em concreto de um certo colégio de Deputados, é eleita uma nova Assembleia, expressão que se encontra, aliás repetida, na Constituição.

Mas, se esta Assembleia é nova, ou seja outra — o que tanto vale como dizer que outra é a vontade popular —, como ficcionar, sem desrespeito desta vontade, que o povo continua a querer o Governo que quis e que os seus novos representantes continuam a não rejeitar o programa de governo que os seus antecessores não rejeitaram?

Que o povo quis de novo a maioria da AD, e até a reforçou, é evidência irrecusável. Que o Presidente da República podia convalidar o actual Governo e este reproduzir o seu Programa é em ambos os casos evidente. Que a maioria parlamentar asseguraria a passagem do Programa, qualquer que fosse, não duvido. Mas nem por isso terei por inútil a legitimação do Governo por esta Assembleia, porque não posso ter por não essencial, e por isso dispensável, uma formalidade prevista na Constituição da República!

Normal teria sido que, oficializado o apuramento dos resultados eleitorais, o Primeiro-Ministro se demísse. Teria, além do mais, praticado um acto de cortesia perante o Presidente da República e o Parlamento — na linguagem autorizada do Sr. Deputado Jorge Miranda — e respeitado uma praxe que tanto prestigia os regimes democráticos. Mas, no mínimo, seria então normal e exigível que o Governo apresentasse à nova Assembleia, nos dez dias posteriores à verificação dos poderes dos novos membros, um programa de governo. O Presidente da República, pelo seu silêncio, teria confirmado os seus membros. A Assembleia, pela voz dos novos mandatários do povo, teria aceitado o seu Programa. O Governo, ainda que o mesmo, e com o mesmo Programa, teria voltado a obter plena legitimidade para continuar a governar. Não o tendo feito, carece constitucionalmente dela. É, para todos os efeitos, um governo de facto!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Primeiro-Ministro anunciou-nos tratar-se de simples adiamento. O Programa virá depois das eleições presidenciais; entretanto, veio o discurso e veio a moção.

Mas onde a cobertura constitucional para o adiamento e o sucedâneo? Até ao Natal o Governo governa sem programa, ou com o anterior Programa, o que tanto dá? Governa sem responsabilidade perante a Assembleia? É, entretanto, não um governo legítimo, mas um governo faz-se de contas?

Dir-se-á que o defeito se reduz uma vez votada a confiança no actual Governo. Mas não! A situação não é substancialmente diversa da que seria se um governo acabado de empossar pelo Presidente da República chegassem a esta Assembleia, onde dispusesse de maioria, e dissesse: não me convém apresentar o meu programa nos dez dias da praxe; apresentá-lo-ei lá para o Natal, mas, para não ficar a descoberto, apresento uma moção de confiança; se me

não for recusada, considerar-me-ei habilitado a governar até então.

Resumindo: não pede que esta Assembleia o legitime; pede que o tolere. Não esclarece como pensa governar; limita-se a dizer que é uma pessoa de bem. Impõe-nos uma dilação e deseja-nos feliz Natal!

Cabe reconhecer que o Sr. Primeiro-Ministro, anteriormente a este seu discurso, havia dito bastante mais do que nos veio dizer agora. Dissera, com efeito: vêm aí as eleições presidenciais, e, se o Presidente for o que está, o Primeiro-Ministro não será o que é. Digamos, pois, que a questão se não reduz a apresentar ou não apresentar agora um programa para quatro anos, que pode não durar quatro semanas, mas em o programa ser apresentado por um governo que pode não o ser dentro desse prazo. Por qualquer destas razões, ou por ambas, não será mais sensato aguardar essas quatro semanas e apresentar ou não o programa, consoante a fortuna do próximo sufrágio?

A resposta é não! Em democracia, sensato é acatar as constituições, e por alguma razão a Constituição vigente distanciou as eleições legislativas e as presidenciais o bastante para que não ocorresse uma indesejável sobreposição de sucessos. A que título substituir-se agora um só cidadão — ainda que Primeiro-Ministro — aos milhões de eleitores que quiseram que a Constituição fosse precisamente o que é, e não o que, no caso, seria mais conveniente que fosse?

Não se foge à sensação de que a razão fundamental desta postecipaçāo do Programa — para não cometer a deslegâncāa de lhe chamar única — reside no receio de possíveis reflexos negativos do programado na sorte do candidato da AD à Presidência da República.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ora este receio deixa-nos receosos à nós. Que más notícias nos reserva o Governo para assim temer vê-las traduzidas em votos? Aproximam-se — é quase certo — tempos difíceis e maus.

Já sobre isso levantou a ponta do véu o Sr. Vice-Primeiro-Ministro no recente balanço televisivo da acção do seu Ministério e ontem aqui fez o Sr. Primeiro-Ministro o mesmo. Tempos que seriam difíceis e maus para qualquer governo, mas que o serão sobretudo para um governo que até 5 de Outubro se preocupou menos em governar o País do que em administrar o seu capital de prestígio e que disputou as eleições vestido de Pai Natal.

Risos do PS.

A Sr." Teresa Ambrósio (PS): — Muito bem!

O Orador: — Esqueceu-se de ouvir o conselho do sapiente António Aleixo e receia agora que o povo o tenha levado a sério.

Não serei deselegante realçando até que ponto, nestas circunstâncias, pode ser sedutor um desejo de fuga. Quero crer que não se trata disso, mas receio que se trate de algo potencialmente grave para o futuro das instituições democráticas.

É de primeira intuição que o actual Primeiro-Ministro não deixará de ser o *leader* incontestado da AD pelo facto de deixar o cargo de Primeiro-Ministro.

E não será decente para facilitar a normalidade dos contactos e o fluir das instituições que o Primeiro-Ministro se há-de afastar para dar por si quem tenderá a governar como se ele próprio fosse, se não mesmo a empenhar-se na demonstração de que o substituto ultrapassa o substituído na alergia a Belém.

E não foi o Presidente desta Assembleia quem afirmou que nem ele, nem ninguém da AD, aceitaria substituir o Primeiro-Ministro Sá Carneiro na chefia do Governo?

Neste caso, o risco não seria só o de uma chefia de governo por interposta pessoa, mas o de um verdadeiro bloqueamento das instituições, através de sucessivos obstáculos à formação de governos de base partidária ou mesmo outros. O esquema seria, neste caso, a assumpção frontal da confrontação entre os dois únicos órgãos de soberania resultantes de eleição directa, não com vista à solução do litígio, mas à sua eliminação, pelo alinhamento forçado de um pelo outro. Por outras e mais rudes palavras: com vista à criação de um clima favorável ao partir da corda pela parte que se julga mais fraca.

Se estes receios têm algum fundamento e se não dissolvem num mero truque eleitoral para que o voto tenda a afastar o fantasma de tais apocalipses, é caso para ficarmos intranquilos, a meditar no sortilégio que faz com que o poder atraia o poder e, no interesse da República, em mantê-lo dividido e controlado.

Sabemos, por dura experiência, o que significa o poder concentrado num só prato da balança. Somos, politicamente, oriundos desse pânico.

E às pretensamente tranquilizadoras palavras do Sr. Primeiro-Ministro, quando nos diz que não existe qualquer risco de concentração de poderes, que serão respeitados os direitos da oposição, que a prática do diálogo será uma constante e que o Governo dispensa tutores, respondemos que às palavras preferimos os actos e que estes nem sempre têm respeitado o rigor da semântica. É disso ilustrativo exemplo o que se está passando aqui. Respondemos ainda que não pretendemos tutelar o Governo, mas que não abdicamos do nosso direito de fiscalizá-lo, reserva sobremaneira oportuna no exacto momento em que o Governo nos escamoteia, por falta de objecto — o Programa —, a possibilidade do exercício desse mesmo direito. Respondemos, enfim, que não podemos aceitar senão como assinalável manifestação de ironia que o Sr. Primeiro-Ministro tenha aproveitado o preciso momento em que viola a Constituição, nos finta e de cento modo nos desrespeita para nos vir dizer que a opção do Governo pela moção, em detrimento do Programa, foi inspirada pelo rigor, se situa na linha do mais elementar respeito por esta Câmara e que, por via dela, o Governo busca obter junto de nós a sua legitimação parlamentar.

Acrescentar a isto que a opção do Governo respeita os princípios, foi ditada pela salvaguarda do interesse nacional, e evita a redundância de dois governos distintos no intervalo de dois meses, sendo, por outra via, puramente formalistas as razões que lhe opomos, leva-me a duvidar de se terei ouvido bem e a perguntar se já deixou de ser do interesse nacional o respeito pela Constituição e pelas praxes democráticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

**O Orador:** — Não é, pois, sem razão que protestamos contra a neotendência, a vários títulos ilustrada, para pôr de lado a Constituição, como impecilho desrazoável, agora pela substituição, inconstitucional e abusiva ainda que temporária, do programa de governo que a Constituição exige por uma moção de confiança, que a Constituição faculta.

Através do Programa, ficaríamos a saber o que nos espera e o Governo ficaria ligado, por um vínculo de responsabilidade, a executar o receituário político que o Programa é. Através da moção, ficaremos a saber a suprema novidade de que a maioria que aqui apoia o Governo terá desiludido aqueles que julgavam que ela não apoava o Governo!

Situam-se nesta linha de considerações os motivos por que o referendo nos faz erisipela. Não porque seja em si bom ou mau, democrático ou antidemocrático mas porque a Constituição o não permite, e o mal, em matéria de violação das constituições, é começar.

É certo que o Sr. Primeiro-Ministro nos «ensinava» há dias, que é da natureza do referendo não depender de consagração constitucional.

O meu ponto de vista, atento, mas não venerador, é o de que, mesmo que assim fosse, seria então certo que a nossa Constituição consagra, sem dúvida, a proibição do referendo.

Mas não é! O referendo, como forma de revisão, constituiria, quando consagrado em lei ordinária, uma clara violação das normas constitucionais que regulam a alteração da Constituição.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E é óbvio que não pude acompanhar o Sr. Vice-Primeiro-Ministro no simplismo com que explicou ao País os mecanismos da aprovação de um texto constitucional mediante a seca aposição num boletim de voto de um «sim» ou um «não».

Uma tão comovente singeleza — tão ao gosto dos ditadores — põe-me na boca uma pergunta não menos simples: sim ou não a quê? A duzentos e tal artigos cujo texto normalmente provocaria num médio pai de família *n* sim e *n* não?

Se tudo isto afloro, é tão-só para dar outro exemplo de que nos não faltam motivos para não deixarmos passar em claro o mais ligeiro atropelo ao sistema de *contrôle* constitucional do Poder e à própria Constituição em si.

Eis, pois, Srs. Membros do Governo, que a legislatura começa mal!

Teríamos compreendido a apresentação, que chegou a ser anunciada, de um miniprograma intercalar. Que mais não fosse para cumprir a exigência constitucional de um programa, já que não descobremos que até às próximas eleições presidenciais o verdadeiro programa do Governo será promover o seu candidato.

Mas recusamo-nos a aceitar o sucedâneo forçado de um pedido de confiança, que só poderia contribuir para que a perdêssemos, dando de barato que à partida a tivéssemos. E não tínhamos!

Contra isto pouco vale, como é evidente, a solene promessa feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, em nome de um futuro governo — no qual, como se vê, presume vir, em qualquer caso, a mandar —, de que o

governo que o Presidente eleito vier a designar apresentará então um programa de legislatura.

Menos vale ainda o anúncio da intenção de apresentar ao Presidente eleito a sua demissão, contados que sejam os votos. Não é de fácil entendimento este respeito — aliás louvável — por uma praxe democrática que a Constituição não exige em obrigação política da parte de quem acaba de se esquivar a uma formalidade política essencial que a Constituição não dispensa.

Coisa diversa se não dirá do anúncio da fornada de propostas legislativas que afi vem, que não disfarça o facto de, à excepção do Orçamento e do Plano, se tratar da retoma de anteriores projectos e que desposa mal o seu uso como moeda de troca de um programa que devia não só precedê-las, mas condicioná-las. Pois não se há-de esquecer, uma vez mais, que do Programa constarão, por exigência constitucional, as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor à Assembleia da República para execução da Constituição.

Todas as anunciadas iniciativas legislativas são rotuláveis de importantes ou, na linguagem da Constituição, principais, devendo, assim, ter sido previamente aprovadas ou, no mínimo, não rejeitadas, enquanto medidas legislativas, por esta Assembleia. Uma vez mais, o Governo desrespeitará a Constituição e o Parlamento.

Só um governo capaz de semelhantes entorses poderia permitir-se a candura de vir aqui dizer-nos que não apresenta o Programa porque seria por pouco tempo e que, não obstante, utiliza a vantagem de se não ter sujeitado ao risco de demissão decorrente da rejeição do Programa — em abstracto sempre possível — para fazer entretemente aprovar aqui, entre outras «minharias», o Orçamento, para vigorar um ano, e o Plano, para ser cumprido em quatro. Creio ter evidenciado que só a apresentação e não rejeição do Programa permitiria a convaliação do Governo pela nova Assembleia e que, assim sendo, não são, em bom rigor constitucional, conciliáveis a disposição de o não apresentar e a continuação do *status quo* governativo. O Sr. Primeiro-Ministro tinha de optar entre apresentar o Programa ou demitir-se. Não tendo feito nem uma coisa nem outra, impôs-se aos novos representantes do povo, fez tábua rasa do princípio da representação e da sua qualidade de Primeiro-Ministro de um governo de legislatura, violou a Constituição e com ele, solidários, neste entendimento, os restantes membros do seu Governo.

E já agora não finalizarei sem dizer que, ao proceder como procedeu, o Governo dirigiu ao Presidente da República um convite para que o exonere. Não estou a sugerir que o faça, nem seria neste momento desejável que o fizesse. Estou tão-só a afirmar que, em bom rigor, devia fazê-lo. Seria essa a única maneira de desagravar esta Assembleia e o povo que a elegeu. Governo não investido perante esta Assembleia carece, repito, de legitimidade constitucional. Não se pode considerar demitido porque o seu Programa não foi rejeitado. E não deveria, em princípio, a recusa de apresentação do Programa ter consequências menos gravosas que o cumprimento mal sucedido dessa obrigação constitucional. O Pre-

sidente da República tinha, pois, toda a legitimidade para exonerar o Governo. Só que neste momento iria ao encontro do seu mais ardente desejo. Que mais belo capital de queixa?

A alternativa de desconhecê-lo, como Governo de facto que é, seria outra versão do mesmo prémio. A solução está na denúncia pública da prepotência e do abuso, no reforço da salvaguarda do respeito devido à Constituição da República e na notificação solene ao Governo de que não vale a pena ensaiar a atitude de nos tratar como se fôssemos a dócil Assembleia Nacional.

Não o somos nem o seremos!

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Almeida Santos o Sr. Ministro da Defesa Nacional, Amaro da Costa, e o Sr. Deputado Pedro Santana Lopes.

Tenha a bondade, Sr. Ministro Amaro da Costa.

**O Sr. Ministro da Defesa Nacional (Amaro da Costa):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em rigor não tenho, pessoalmente, que ser esclarecido por alguma passagem eventualmente menos clara do discurso do Sr. Deputado Almeida Santos; creio que é ele que merece mais esclarecimentos do que nós.

*Risos de alguns Deputados do PS.*

Na verdade, o Sr. Deputado Almeida Santos, fazendo jus a um estilo de discurso que se está a tornar repetitivo nesta Câmara, sobe à tribuna para dar lições de constitucionalidade ao Governo ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Bem precisa delas!

**O Orador:** — ... e, até, para lhe acenar com algumas ameaças de acusações mais graves que ofendem, não a sua capacidade técnica na interpretação da Lei Fundamental, mas a sua própria honorabilidade democrática.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tudo é consentido para quem não tem mais nada para dizer ou sente muitas dificuldades em dizer coisa diferente daquela que diz. Mas apenas para lembrar e talvez alinhar algum debate mais interessante sobre este tema, valerá a pena recordar o que a Constituição consagra relativamente ao Programa do Governo, já que tal matéria é exibida com tanta frequência por alguns dos Srs. Oradores da Oposição. A Constituição é clara em afirmar que o Programa do Governo será trazido à apreciação da Assembleia da República no prazo máximo de dez dias a seguir à nomeação do Primeiro-Ministro — no que diz respeito ao Programa do Governo mas não diz quanto a prazos nem quanto ao processo, embora diga quanto a conteúdo. E não tendo havido nenhuma nova nomeação pelo Presidente da República de nenhum novo ou antigo Primeiro-Ministro, pergunta-se como é que, formalmente, se pode dar cumprimento a este preceito? A partir de que ponto se contariam os dez dias?

A partir da nomeação do Primeiro-Ministro feita em Janeiro passado? A partir de que altura?

Isto significa, portanto, que não é a questão do Programa do Governo que está em causa mas, sim a data a partir da qual tal Programa devia ser apresentado. Ora, segundo a Constituição, ele devia ser apresentado dez dias depois da nomeação do Primeiro-Ministro. Logo, o que está em causa é a nomeação do Primeiro-Ministro. Em suma, o discurso do Sr. Deputado Almeida Santos e os de outros Srs. Deputados trazem implícita uma crítica grave e profunda ao comportamento político do actual Presidente da República ...

**O Sr. Henrique de Morais (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... pois é bom de entender que, se para cumprimento da Constituição se tornaria necessária a aprovação de um programa de Governo e se este teria de ser apresentado dez dias depois da nomeação do Primeiro-Ministro, e o que faltou neste processo foi a nomeação do Primeiro-Ministro. E havia duas maneiras de a fazer: ou através de um pedido de exoneração do próprio Governo, aceite para se permitir a nomeação de um novo ou antigo Primeiro-Ministro; ou através de um acto de demissão praticado pelo Presidente da República. Entendeu o Governo, por muitas e variadas razões que logo explicou, que o primeiro gesto não se justificava nem era exigível; o segundo, o Presidente da República entendeu não o praticar.

Isto significa, portanto, que toda a lógica dos discursos da oposição acerca desta questão do Programa do Governo é uma profunda, violenta e grave acusação ao Presidente da República.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Em direito constitucional, que eu saiba, não há a figura da cortesia; pode haver em praxe e é o que acontece, por exemplo, na Itália, onde, de facto, por cortesia, os Primeiros-Ministros depois das eleições põem o seu cargo à disposição do Presidente da República.

A Constituição, no entanto, não fala de virtudes de comportamento democrático, embora talvez desse falar, tal como escasseiam por vezes nos discursos de alguns Srs. Deputados da Oposição...

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas o problema é mais complexo. O Governo naturalmente que se apercebeu das dificuldades que o texto constitucional nas suas lacunas comporta e procurou, dentro da medida do possível, com honestidade, superar essas dificuldades.

O Sr. Deputado Almeida Santos afirmou: esperávamo uma investidura parlamentar e temos uma moção de confiança. O Sr. Deputado bem sabe que em termos de dignidade qualitativa a figura da moção de confiança é mais importante que a não rejeição do Programa do Governo...

*Vozes do PSD e do PPM:* — Muito bem!

**O Orador:** — O acto que os Deputados praticam ao votar uma moção de confiança é um acto afirmativo,

positivo e de solidariedade política e não um acto de tolerância.

**Vozes do PSD e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O acto de não rejeição do Programa do Governo é que pode ser entendido como um acto de tolerância. Este Governo, ao apresentar a moção de confiança, não pede a tolerância que o Sr. Deputado Almeida Santos lhe imputou mas a solidariedade do Parlamento para se legitimar perante o povo que o elegeu.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

E, naturalmente, ao explicitar o sentido, o alcance e o significado da moção de confiança o Governo procurou tanto quanto possível, e dentro das limitações existentes no texto da Constituição, preencher a figura substancial do Programa. Já está descartada a questão formal da sua apresentação; fica-nos, pois, de pé a questão da substância do Programa. Trata-se, portanto, de saber se a Assembleia da República tem ou não instrumentos e tem ou não meios para, em nome do povo que a elegeu, poder, com efectividade, julgar e fiscalizar a acção do Governo nestes dois meses em que ele se propõe governar. Pretende-se então saber qual é a linha política do Governo, quais as suas orientações e quais as medidas políticas e legislativas que irá tomar? Como o texto da Constituição afirma, na sua substância, a acção programática do Governo por ela será caracterizada.

Ora, acontece justamente que a pergunta que é posta aos Deputados e que consubstancia o sentido da moção de confiança inclui explicitamente a referência ao Programa do Governo. E para o Sr. Deputado Almeida Santos, que talvez tenha estado desatento ou não se lembre, eu recordo o texto da moção de confiança apresentado pelo Governo à esta Assembleia: «considera a Assembleia da República que o Governo actual merece a sua confiança para prosseguir a execução do Programa aprovado em Janeiro de 1980, com o desenvolvimento específico que se lhe propõe dar até à tomada de posse do Governo»... — e subentende-se que este desenvolvimento será realizado nos termos da declaração política geral agora feita. Isto é: o Sr. Deputado Almeida Santos pôs a questão de saber qual era o Programa deste Governo quando disse: «esperávamos um Programa e saiu-nos um discurso.» Está claramente dito na declaração política geral do Primeiro-Ministro que o Programa deste Governo é o Programa de Janeiro, prolongado naturalmente até ao momento da tomada de posse e da investidura parlamentar do novo Governo, com o desenvolvimento específico que consta do Programa legislativo mínimo que foi apresentado à consideração dos Srs. Deputados.

Ou seja: em termos substanciais, as orientações políticas de fundo que constam do Programa de Janeiro são aquelas mesmas a que o Governo se quer comprometer e por elas quererá ser julgado nesta Câmara nos próximos dois meses. Pensar-se-ia que estaria aqui abundante matéria para debate. E diria mesmo que seria caso para pensar que estaria aqui matéria suficiente para os Srs. Deputados sobre os vários sectores e sobre as várias áreas da actividade

do Governo se poderem pronunciar de uma forma crítica como, aliás, um ou outro orador já tem feito e nomeadamente, em algumas passagens restritas da sua contraditória comunicação de ontem fez o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

Mas não é isso que está a acontecer. A frequência formalista, eu diria mesmo nominalista, com que os Srs. Deputados da Oposição estão a atacar o problema da moção de confiança revela, ao fim e ao cabo, que isso significa uma tentativa desesperada de pretender dar a este debate um significado, um alcance e uma dimensão que ele propositadamente não assume, pelo menos na intenção do Governo. Vamos ser sinceros, Sr. Deputado Almeida Santos: no fundo, o que os Deputados da oposição queriam, e certa imprensa da oposição disso se fez eco atempadamente, era que o Governo, por sua iniciativa, tivesse transformado este debate num grande, voluntário e explícito momento de campanha para as eleições presidenciais; o que quereria é que nós tivéssemos aqui trazido para debate toda a polémica de guerrilhas institucionais e de dificuldades com que o Governo se confrontou nas relações entre órgãos de soberania nos últimos dez meses; o que quereria era que o Governo aproveitasse esta instituição, o Parlamento, para, com sede nele, o transformar num arlete e numa alavancas para o debate das eleições presidenciais. Como isso o Governo não entendeu nem entenderia jamais fazer, aí nasce a deceção e a frustração dos Srs. Deputados da Oposição. E dai que, em termos culturais, o discurso do Sr. Deputado Almeida Santos acabe por ser profundamente nominalista, formalista e sem qualquer significado profundo.

Mas imaginemos que, por hipótese, outro tinha sido o comportamento do Governo; admitamos que as lições, os conselhos e os avisos que os Srs. Deputados da Oposição repetidamente têm dado tinham sido acolhidos e seguidos; imaginemos que o Governo tinha pedido a sua exoneração, que tinha recebido a investidura presidencial e que dez dias depois tinha apresentado o Programa do Governo; imaginemos que naturalmente esse Programa do Governo, como o Sr. Deputado Oliveira Dias ontem recordou, era um Programa aliciante. Então, cairia «o Carmo e a Trindade» nesta Sala. Aqui-d'el-rei! Este Governo apresenta um Programa demagógico e perfeitamente impossível de cumprimento apenas para beneficiar o candidato que apoia nas eleições presidenciais...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Adivinhão!

**O Orador:** — É preso por ter cão e é preso por não ter! Isto significa, portanto e em substância, que alternativas diferentes seriam natural e igualmente passíveis de críticas absolutamente análogas, porque o raciocínio é nominalista e formalista, aquelas que têm sido feitas até este momento.

Mas talvez que tudo isto seja importante e revelador num contexto mais vasto e, porventura, politicamente mais importante. É que se numa matéria que, aparentemente, se afigurava pacífica e que não deveria suscitar tantas dúvidas, perplexidades ou ares de escândalo, — eu diria farisaico —, é tanta a sanhaposta pelos Srs. Deputados da Oposição, pergunto qual é a sinceridade que há quando se afirmam pro-

pósitos de realizar a revisão constitucional por consenso? Esta é uma matéria susceptível de larga controvérsia, como já o Sr. Deputado Jorge Miranda o reconheceu aos jornais e aqui mesmo repetiu, dizendo que o Governo não tinha obrigação estrita de apresentar a sua exoneração depois das eleições. Portanto, se numa matéria que é susceptível de controvérsia, porque a Constituição é lacunosa quanto a esta situação, por razões da forma é tão difícil chegarmos a acordo para que possamos discutir o fundo, a substância e o conteúdo, pergunto que acontecerá quando se tratar da revisão constitucional?

Está-se a ver, Sr. Deputado Almeida Santos, que é muito pouco revelador da sinceridade em relação ao consenso da revisão constitucional a flagrante falta de consenso — eu quase me atreveria a dizer, não sei se relevando da má fé — com que este tema tem sido tratado à luz do cumprimento ou do não cumprimento da Constituição.

São estas reflexões que lhe deixo, Sr. Deputado Almeida Santos, apenas para que talvez este debate possa subir um pouco de tom e não tenha o carácter monocórdico e monótono que nos começa a afligir a todos. Os Portugueses esperam um pouco mais de nós!

*Aplausos do PSD, do CDS, e do PPM.*

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas que soberba!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Almeida Santos deseja responder imediatamente, visto que há outro Sr. Deputado que deseja interpelá-lo?

O Sr. Almeida Santos (PS): — Penso que o Sr. Ministro tem direito a essa homenagem.

O Sr. Presidente: — Então tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra.

O Sr. Almeida Santos (PS): — O Sr. Ministro anunciou que ia esclarecer-me, mas na verdade não fiquei esclarecido. Se alguma coisa eu poderia ter ficado era algo mais confuso, admitindo que à partida o estivesse.

Disse-me que lhe quis dar lições de direito constitucional. Não quis dar e não sou tão orgulhoso que me recuse a recebê-las. Esperava que mas tivesse dado, mas na verdade não deu.

Disse que no meu discurso havia ameaças que ofendem a honorabilidade do Governo, e o discurso foi muito sereno, muito objectivo e não havia ameaça nenhuma. A única coisa que eu disse foi que o Presidente da República tem hoje — e tem — toda a legitimidade para exonerar o Governo, não para o demitir, e anoto a confusão do Sr. Ministro entre os conceitos de exoneração e demissão. Disse que não seria conveniente que o fizesse. Portanto não sei que ameaça possa ser essa de eu próprio ter entendido que não deve ser feito aquilo que entendo que pode sê-lo.

Disse o Sr. Ministro que talvez eu tenha dito o que disse por ter dificuldade em dizer coisas diferentes. Não creio que tenha sido sincero ao atribuir-me incapacidade para dirigir a este Governo acusações de outra ordem, que tenho dirigido muitas vezes e sempre com frontalidade e, creio, com algum conteúdo. Simplesmente me pareceu que na escala da

importância dos argumentos que eu poderia produzir estes eram os mais importantes de todos, porque para mim a Constituição não é coisa de somenos, coisa que se pode pôr de lado, como o Governo vem fazendo frequentemente, saltando por cima dela só porque a considera má. Para mim não há constituições boas e constituições más elas só são boas ou más no momento de as rever. Até lá, todas são igualmente respeitáveis ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., desde que necessariamente nasçam de um acto legítimo, não quando são constituições de governos totalitários ou autoritários.

O problema principal e talvez a pergunta única que me fez o Sr. Ministro foi esta: desde quando, neste caso, se contaria o prazo máximo de dez dias?

A resposta não me embarga absolutamente nada. O meu ponto de vista é que o Governo tinha uma de duas coisas a fazer: ou apresentar o Programa exactamente no momento em que a nova Assembleia acabava de ser constituída e verificados os poderes dos seus Deputados, teve tempo para isso, mas quando muito nos dez dias posteriores a essa investidura, por analogia com a designação do Primeiro-Ministro; ou então o Governo só tinha uma atitude que era apresentar o seu pedido de demissão porque as duas coisas não são possíveis. Desde que há uma nova Assembleia da República, há novos representantes do povo, a legitimação do actual Governo pelos anteriores não pode ser invocada nem vale em face desta Assembleia. Isto, para mim, é de meridiana clareza. Acho que é de elementar princípio democrático respeitar a vontade popular expressa na actual e nova constituição desta Assembleia. Não vale a pena mistificar isto. Isto parece-me absolutamente evidente e aí, efectivamente, não sou susceptível de ser esclarecido porque já o estou.

Portanto, o meu ponto de vista é este: se o Programa do Governo é necessário para legitimar qualquer governo, ao ponto de, se vier a ser rejeitado, esse Governo ser demitido e se este Governo não foi legitimado por esta Assembleia, a única atitude coerente que tinha de tomar era esta: ou se demitia para provocar a designação de um novo Primeiro-Ministro ou dava por boa a anterior designação pelo Presidente da República, facto que o Presidente da República abonou, não há dúvida, com perfeita legitimidade. O Presidente da República entendeu: não vejo razões para demitir este Governo, serve-me, confirmo-o. Mas então ele tinha de vir aqui apresentar o seu Programa para se legitimar em face desta Assembleia. E legitimar-se pelo meio constitucional que é a apresentação do Programa e não pelo meio inconstitucional que é uma moção de confiança.

Nem me venha o Sr. Ministro dizer que há mais ou menos dignidade na moção de confiança do que no Programa, porque são coisas tão diferentes que o problema não se põe em termos de dignidade mas em termos de objectivo. Temos o direito, para que este Governo continue a governar, de saber, à partida, quais são as principais medidas políticas e legislativas que ele tenciona adoptar. Temos esse direito e temos o direito de dizer não, se não concordarmos com essas medidas políticas e legislativas.

**O Sr. Ministro da Defesa Nacional:** — Sr. Deputado, dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro da Defesa Nacional:** — Ó Sr. Deputado, tenho o maior gosto em seguir o que está a dizer, mas confesso que por vezes tenho dificuldade ...

O Sr. Deputado acaba de dizer, e a meu ver correctamente que «a Assembleia tem o direito» — é um direito seu — «de conhecer quais são as principais medidas que este Governo pensa levar a cabo».

**O Orador:** — Eu já lá ia, Sr. Ministro. O seu argumento é que o Programa é o anterior.

**O Sr. Ministro da Defesa Nacional:** — Para além de ser o anterior em relação às orientações fundamentais — isso já foi claramente afirmado — este Governo considera que cessa o seu mandato dentro de dois meses e para estes dois meses o Governo compromete-se a apresentar à Assembleia da República um Programa legislativo para os Srs. Deputados discutirem.

E mais do que isso, findos esses dois meses, que, supõe-se, não será mais do que isso, apresentar-se-á aqui outro Governo, porventura com outras pessoas que não seremos nós — quem o sabe? — e que possa apresentar um programa de legislatura para os próximos três anos e meio que faltam para completar a presente.

Pergunto ao Sr. Deputado se não considera suficiente como matéria de discussão aquilo que o Governo apresenta como medidas específicas para estes dois meses ou se quereria que o Governo, exorbitando manifestamente — e nesse caso, com toda a razão, seria uma exorbitância — apresentasse um programa para quatro anos ...

**O Sr. Marcelo Curto (PS):** — Para quatro anos?!

**O Orador:** — ... sem ter tido a investidura presidencial e sem se submeter a ela, como acontecerá no caso de ser nomeado, por decreto, um novo primeiro-ministro depois da eleição do Presidente da República.

É perante esta realidade que o Governo, de facto, apresenta à consideração do Parlamento, através da figura que estava ao seu alcance — porque a outra figura não existe na Constituição, por analogia poderá o Sr. Deputado sustentá-lo, mas haverá pessoas que sustentarão analogias distintas —, que é a moção de confiança, o conteúdo programático necessário para que no mandato explícito e curto, que o Governo pensa realizar, se possa sobre ele pronunciar com toda a liberdade e de uma forma frontal perante os Portugueses.

Creio que isto é importante para não cairmos em discursos que têm significados distintos e que não são aqueles que correspondem aos objectivos do Governo.

**O Orador:** — Sr. Ministro, creio ter sido muito claro quando disse que aceitariam e compreenderiamos a apresentação de um miniprograma. O que não acei-

tamos, nem podemos aceitar, é que o Sr. Ministro venha agora, aliás corrigindo a posição em que se colocou o Sr. Primeiro-Ministro, dizer que, afinal de contas, foi apresentado um programa, nés é que estamos a fucionar que não foi. E esse programa é o que resta, são os sobejos, são os salvados do Programa do anterior Governo.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Do mesmo Governo!

**O Orador:** — Aquilo que ainda não foi executado sê-lo-ia agora, até Janeiro.

Sr. Ministro, reconheça que, na verdade, isso é distorcer o problema. Uma coisa é apresentar um programa que nós temos direito de discutir, outra é apresentar uma moção de confiança que não pode substituir o Programa. Não vale a pena fazer-nos confundir uma coisa com a outra, Sr. Ministro, que nós não confundimos de maneira nenhuma.

Aliás, devo dizer-lhe que há pouco, quando me perguntou qual é o prazo, esqueci-me de lhe revidar que há um prazo para apresentar o Programa que não é com certeza aquele que o Sr. Primeiro-Ministro tiver na sua real gana. O Sr. Primeiro-Ministro é que não pode de maneira nenhuma determinar o prazo da apresentação do Programa: ou ele decorre do que consta da Constituição ou não decorre de coisa nenhuma. Mas dizer o Sr. Primeiro-Ministro apresenta-o lá para o Natal, aliás sem data fixa, depois das eleições, em Janeiro, isso é que me parece a mais inconstitucional de todas as soluções.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Ministro, queria também dizer-lhe que não somos nominalistas, queremos Constituição real e que seja respeitada. Quem encara a Constituição de um ponto de vista nominalista ou até semântico é o actual Governo. O actual Governo acha que a realidade é qualquer coisa que deve estar de acordo com os pontos de vista do Governo; nós entendemos que o Governo é uma entidade que deve estar de acordo com os pontos de vista da Constituição. E aqui divergimos, não somos nós que somos formalistas, nós queremos uma Constituição real, não queremos uma Constituição nominalista ou semântica e é isso que decorre da interpretação do Sr. Primeiro-Ministro.

Por outro lado, disse também o Sr. Ministro que o que queríamos era que se instalasse aqui uma discussão no plano da campanha para as eleições presidenciais. Não queríamos nada disso, Sr. Ministro. Queríamos que fosse cumprida a Constituição.

Achamos que, segundo a nossa Constituição, o funcionamento das instituições não se suspende pela circunstância de brevemente haver eleições em Portugal. Achamos que as eleições não são nada de tão gafado, nem tão receável, nem tão condenável, que tenhamos de parar o País, que suspender a Constituição, e dizer esperem aí, vamos primeiro fazer eleições e depois cumprimos a Constituição. Não aceitamos esse preço.

Disse o Sr. Ministro que se tivessem apresentado um programa aliciante, aqui estaríamos nós a dizer aqui-d'el-rei, que era demagógico. Estaríamos com toda a propriedade era a dizer aqui que seria dema-

gógico um programa aliciante apresentado nas condições actuais do País. O Governo estava na situação de ter de optar entre duas coisas: um programa realista, que desagradasse ao povo, e um programa demagógico, que indignasse o povo. E nós saberíamos denunciar-lhe os defeitos, quer porque não era suficientemente realista, quer porque era excessivamente demagógico.

**O Sr. Ministro da Defesa Nacional:** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Ministro da Defesa Nacional:** — Sr. Deputado, é só para dizer que, com grande apreço, o Governo e, com certeza, a maioria registam a disponibilidade que a oposição neste momento manifesta para aceitar no Programa do Governo seguinte um conjunto de medidas impopulares. Tenho a certeza que a oposição irá subscrevê-las.

*Risos.*

**O Orador:** — Sr. Ministro, da minha parte, pode contar com o meu voto, se as medidas forem justificadas pelo interesse nacional, como me parece que terão de ser.

Sr. Ministro, a finalizar, queria dizer-lhe — e com isto vai a nota do prazer que tive em ouvi-lo, como sempre —, que defender a Constituição não tem nada de farisaico, que declarar-lhe amor e violá-la é que é a própria síntese do farisaísmo.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Santana Lopes também se tinha inscrito para pedir esclarecimentos, mas prescindiu.

Srs. Deputados, está na tribuna o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Macau. Creio que interpreto o sentimento de todos de se lhe apresentar, em nome da Assembleia da República, as nossas cordiais saudações.

*Aplausos gerais.*

Tem agora a palavra o Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Cidade Moura.

Falará a seguir a Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Cidade Moura (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O discurso do Sr. Primeiro-Ministro não está suficientemente ponderado no valor semântico das palavras que o compõem. Elas são usadas sem o peso da reflexão do seu significado corrente e da mensagem que pesa sobre o seu conteúdo. Assim o seu entendimento não é fácil para um partido da oposição.

O Sr. Primeiro-Ministro considera, por exemplo «repugnante», «antidemocrático» e «politicamente irresponsável» aquilo a que chamou «um sistema de contrapoderes à boa maneira revolucionária», mas ao seu Governo, por estranho que pareça, não repugna, e antes admite, estimula, fomenta o contrapoder organizado e governamentalizado, e isto em pleno

funcionamento de uma sociedade democrática. Sendo óbvio que o poder se exerce no acordo com a Constituição com as leis e no seu respeito, que explicação poderemos dar às gritantes ilegalidades que o Governo provoca ou consente, se não admitirmos a existência, de facto, de um contrapoder bem determinado?

Casos, por exemplo, como da RDP, da RTP e de muitos jornais estatizados onde os órgãos de gestão ou as direcções, nomeados pelo Governo, ignoram, desrespeitam e subvertem a existência e o funcionamento dos conselhos de redacção legalmente eleitos e cuja actividade faz parte de um quadro legal em vigor.

O Governo da AD tem, de facto, da legalidade uma noção privada, para uso interno que confere sempre ao discurso do seu Governo um tom confidencial, íntimo e caseiro, a que o Dr. Sá Carneiro chamou desta vez pragmático. No entendimento deste Governo as acções justificam-se em si mesmas e não são susceptíveis de críticas vindas do exterior.

É o caso, por exemplo, dos trabalhadores legalmente eleitos para os órgãos de gestão das empresas do sector público que esperam para tomar posse as alterações governamentalizadas da lei. A AD afeiçoa primeiro a seu jeito as leis e só depois elas são respeitadas como tal.

A verdade, porém, Srs. Deputados, é que tanto o Sr. Primeiro-Ministro como o seu Governo estão obrigados ao cumprimento das leis vigentes. Eles não são em si próprios, o Poder.

A lei constitucional, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está constantemente a ser golpeada e o seu conteúdo a ser esvaziado porque o Governo se rege, desde já, por uma Constituição que traz na algibeira — isto é, o seu contrapoder.

A própria arbitrariedade deste voto de confiança, como já foi explicitado pelo meu companheiro Heriberto Goulart, que diríamos um voto de confiança de perfil narcisista, já que o Governo o destina a ser contemplado ao espelho da sua maioria, é em si, na fundamentação teórica da sua apresentação, um reflexo desse contrapoder.

O Governo entendeu libertar, por agora, esta Assembleia do exame do seu Programa de Governo quis poupar os novos Deputados à contemplação do árido deserto por onde palmilhamos esforçadamente o ano passado. Mas na sua declaração de política geral o Sr. Primeiro-Ministro não nos quis poupar a inexactidões arrepiantes, assim, quando se fala na prática do diálogo com as forças sociais e com a generalidade da opinião pública transfere-se para o irrerealismo das palavras, uma verdade bem concreta, bem sentida e bem diferente: nunca as forças sociais tiveram, desde o 25 de Abril, tanta impossibilidade de diálogo com o Governo e nunca a opinião pública foi tão desprezada, tão maltratada, tão deformada, tão ridicularizada.

Nunca como agora, também os jornalistas, agentes desse diálogo entre o Governo e a opinião pública, tiveram que lutar pelo pão de cada dia num ambiente de desprofissionalização, de cada vez piores condições de trabalho, e de ofensas quotidianas à sua dignidade profissional. Por outro lado, os censores e os médicos vão ocupando os lugares dos profissionais.

Também dificilmente se entenderá que este Governo expresse, ou deseje mesmo expressar, a criatividade da sociedade civil. O que se verifica antes, por todo o lado, são as medidas que dificultam a participação e a dinamização popular. O Governo AD tem procurado, a todo o preço, o bloqueio e o condicionamento de grande parte da nossa população, exactamente pelo exercício do contrapoder governamental: são os despedimentos colectivos considerados ilegais pelos tribunais e que se mantêm, é toda a história trágica do Alentejo onde as ilegalidades se repetem, a fome germina e a democracia e a criatividade são apenas e só semeadas pela força do povo oprimido e espezinhado, desapossado da sua terra e dos seus instrumentos de trabalho.

Mas as frases sem conteúdo sucedem-se: assim, o Governo deseja «o aprofundamento de uma realista e harmoniosa política cultural». Congratulamo-nos com aquilo que parece ser uma boa intenção, porque até agora, no campo da cultura, a destruição programada dos centros culturais levou mesmo o Governo AD a regulamentar o decreto-lei que os criava, de forma que da Secretaria de Estado emanassem as directrizes fingindo ignorar que a descentralização só seria possível se as linhas de acção e os objectivos desses centros tivessem ido previamente debatidos e provissem da experiência da vida local. Como se isto fosse insuficiente foram cortados subsídios aos grupos de teatro e a centros culturais.

Na mesma linha política foi dada projecção pública à inauguração de museus sem possibilidades de funcionamento, procurou diminuir-se o peso das instituições pelo despréstigo dos seus técnicos, pela censura, pela prepotência, criaram-se falsas acções culturais incensórias da personalidade governamental, procurando deslocar o campo da actividade cultural do País real para os salões e para os gabinetes.

Na cultura, como em todos os campos, o Governo AD governamentaliza e a política cultural será totalmente realista e harmoniosa para a AD, quando o governante da cultura tocar na campainha da sua secretaria e nascer um poema em Trás-os-Montes.

#### Risos do PCP.

Na política da educação também o contrapoder se tem exercido, em relação à lei constitucional. O caminho percorrido, no meio da maior confusão, da falta de incentivo e apoio à função de planeamento, na desatenção aos problemas da rendabilidade de ensino e de garantias de formação de professores e da sua segurança profissional, tem sido todo ele ao arrepio das normas que nos regem. Aqui, como noutras campos, sendo o caminho constitucional aquele que melhor serve a eficácia do ensino, a organização da sociedade e o desenvolvimento do indivíduo, a perca de tempo, de dinheiro e a incompetência proveniente deste contrapoder é extremamente nociva ao País.

Mas o sonho megalómano da AD é exercer esse contrapoder a todos os níveis, é o desejo insaciável de governamentalizar desde a macroestrutura social até à célula familiar e se possível a cada um de nós tudo isto evidentemente em nome da democracia e daquilo a que alcunha de «personalismo humanista».

Ouçamos as palavras providenciais do Sr. Primeiro-Ministro:

«Os Portugueses não têm, porém, razões suficientes para alimentar derrotismos ou pessimismos doentios. O Governo, por um lado, saberá manter a serenidade e a frieza de juízo para não ignorar as realidades e para tomar, em cada momento, as decisões ou as iniciativas que melhor se ajustem ao interesse nacional.

Repousemos, assim, no mito e no cruzadismo acaiano da nossa política externa, confiemos até à exaustão na «baixa» de preço e no poder de compra dos salários, confiemos na política da indústria, da energia do comércio, da agricultura, da pesca, da educação, da saúde, da habitação, da previdência ... o Governo vela por nós!

No deserto da AD cai o maná!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para terminar, eu desejaria saudar os colegas desta nova Assembleia, V. Ex.º, Sr. Presidente, os Srs. Vice-Presidentes e a Mesa eleita para esta primeira sessão legislativa, todos os funcionários que possibilitem o nosso trabalho e também os Srs. Jornalistas que tentam, em condições particularmente difíceis, projectar para fora destas paredes a actividade aqui realizada e que ao povo português pertence.

Desejaria ainda expressar a nossa esperança de que, apesar deste começo metafórico e triste, a Assembleia da República possa reencontrar a sua dignidade de órgão de soberania independente e respeitado.

*Aplausos do MDC/CDE, de alguns Deputados do PCP e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

A Sr.ª Teresa Santa Clara Gomes (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Deixou-nos ontem o Sr. Primeiro-Ministro uma palavra de ordem: caminhar para a Europa.

«O Governo deseja que essa palavra de ordem» (estou a citar textualmente o Dr. Sá Carneiro) — caminhar para a Europa — «se transforme num poderoso estímulo ao nosso talento criador como povo». Porque gosto de responder a estímulos, sobretudo a estímulos ao «nossa talento criador», vou centrar a minha intervenção à roda de uma só questão: caminhar para a Europa, a partir de onde e para onde?

O ponto de partida parece claro para o Sr. Primeiro-Ministro: se caminhamos para a Europa, é porque nos encontrarmos fora dela. Doze séculos de história comum e três milénios de fusão de culturas — da Ibéria aos países bálticos, da Grécia à Escandinávia — não contam para o actual Governo. Chegaremos à Europa, sim, pela mão da Aliança Democrática, lá para 1983. Então seremos verdadeiramente europeus!

Triste constatação! Da pátria comum que a Europa foi durante séculos para as gerações que nos precederam passamos agora para uma Europa pátria de uns e exílio de outros. Uma Europa de filhos e enteados. Uma Europa em que uns ditam o modelo que outros docilmente se propõem seguir.

Nem sequer nos vale o milhão de trabalhadores emigrantes que pelos países da Europa do Norte temos espalhados. Quem dita o que é «estar na Europa» é a vontade superestrutural dos dirigentes políticos. A onda, sociologicamente invisível, dos que há várias décadas vendem a sua força de trabalho em condições, por vezes trágicas, de desenraizamento familiar e cultural não conta. Os portugueses emigrados estarão, como nós, fora da Europa, e «caminhar» para ela? Ou será que para efeitos de política eleitoral a AD admite que eles são cidadãos de parte inteira e para efeitos de política de «integração europeia» o não são?

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Na concepção do actual Governo, encontramo-nos, afinal, numa situação um pouco semelhante à do «indígena» que a todo o custo procura assimilar-se ao modelo do «colono». Sem desrespeito por esta Câmara, eu diria mesmo que o modelo de «integração europeia» que as palavras ontêm proferidas pelo Sr. Primeiro-Ministro me deixaram entender é o da telenovela brasileira, na versão da filha da «D. Xepa».

*Risos.*

Se queremos ser «grã-finos», temos de esconder aquilo que somos e parecer o que os outros são... Daí que o Sr. Primeiro-Ministro tenha falado claramente da «adaptação estrutural» que há-de processar-se não só na economia, mas «na própria sociedade», e, mais adiante, da «modificação de mentalidades que temos de alcançar».

Está certo. Vamos então «adaptar-nos e conformar-nos ao «ritmo de progresso» que a opção pela CEE nos impõe. Nada de idealismos subversivos. A noção de identidade cultural como raiz do desenvolvimento é conversa de organismos internacionais terceiro-mundistas como UNESCO. «A mais importante chave do processo de mudança e de modernização [só ainda palavras do Sr. Primeiro-Ministro] é a caminhada para a Europa.» Só aí encontraremos «um verdadeiro motor [estou de novo a citar] de profundas transformações económicas, sociais, culturais e legislativas!»

Pensar o desenvolvimento como processo endógeno, a partir de nós próprios; da história que nos forjou como povo, da realidade geocultural específica que somos, é perspectiva que não se vislumbra sequer no posicionamento do actual Governo. A «chave» e o «motor» do nosso processo de mudança estão, como diz o Sr. Primeiro-Ministro, fora de nós...

Poder-se-á, mesmo assim, afirmar que seguimos um «modelo europeu» de desenvolvimento? Duvido. A Europa de hoje defende, em todos os fóruns internacionais, um conceito de desenvolvimento baseado na identidade cultural de cada povo. Ainda há poucas semanas um documento de trabalho distribuído pelo Conselho da Europa afirmava:

Uma futura civilização europeia que se baseasse na uniformidade e na banalidade, e não no desenvolvimento das múltiplas originalidades culturais presentes no continente, seria vazia de sentido.

A «caminhada» acrítica para a Europa entra, pois, em contradição com a própria Europa. Como irá o Governo da maioria resolver essa contradição?

Privados de um horizonte próprio a nortear um projecto nosso; resta-nos apenas interpelar o modelo exógeno que o chefe do Governo nos propôs. É isso que passarei a fazer. Caminhar para a Europa... Qual Europa?

Quer o Governo caminhar para uma Europa que desde o Tratado de Roma arrasta a negociação sobre o preço da manteiga ou para uma Europa que, como diz o ex-chanceler Willy Brandt, seja capaz de dar a si própria, enquanto continente, objectivos e finalidades dignos da sua cultura milenária?

Quer o Governo caminhar para uma Europa regida unicamente pelos critérios niveladores do crescimento económico, cega perante as dimensões estruturais da chamada «crise» que atravessa, ou para uma Europa que, compreendendo que essa crise obriga a uma nova etapa de civilização, situe o crescimento económico na hierarquia dos valores que dá o primeiro lugar à satisfação das verdadeiras necessidades humanas?

Quer o Governo caminhar para uma Europa dominada pelo mito do progresso técnico ao serviço das grandes máquinas económicas orientadas para um consumo desmedido ou para uma Europa onde a evidência dos limites do industrialismo começa a impor-se e onde as condições inéditas da chamada «sociedade programada» penetram já não só o aparelho conceptual, mas a própria prática de instituições ohaves da vida social?

Quer o Governo caminhar para uma Europa onde só os critérios quantitativos de produção de riqueza sejam norma e valor ou para uma Europa em que seja reconhecido que a maior riqueza de uma nação são os homens e as mulheres que a constituem (tal como foi afirmado na Conferência Mundial da População, em 1976, pela Santa Sé), o que nos levaria a afirmar que a presença noutros países europeus de mais de 1,5 milhões de portugueses representa um «capital» inestimável na balança das negociações?

Quer o Governo caminhar para uma Europa uniformizadora dos modelos de pensamento, das mentalidades, dos valores e dos modos de ser ou para uma Europa em que nenhum modelo exterior possa justificar aquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro chamou «a modificação de mentalidades», dado que essa é a suprema afirmação da dignidade de cada pessoa e de cada povo?

**Vozes da UEDS e do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Quer o Governo caminhar para uma Europa mero satélite dos EUA, ponta de lança de uma superpotência em relação a outra, correia de transmissão nos domínios ideológico e económico, ou será o Governo capaz de ouvir as vozes que, mesmo no interior da Europa em que deseja ingressar, defendem a autonomia do projecto europeu face às duas superpotências?

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — E a Polónia?

**A Oradora:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Europa que o socialismo democrático se propõe construir não é a de uma simples «união aduaneira»

que facilite a exportação de mão-de-obra disponível de uns em benefício quase exclusivo de outros. Não é tão-pouco a Europa tecnicista, economicista e imperialista cuja imagem certos canais oficiais insistem em impor-nos.

A Europa que queremos construir (digo «que queremos construir», e não «em que queremos integrar-nos») é a Europa da solidariedade cívica e do diálogo, a Europa do bem-estar material, mas também a Europa dos bens do espírito e da cultura, uma Europa pluralista e diversificada, fiel à tradição grega das cidades autónomas, do respeito mútuo e da tolerância democrática.

**O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!**

**A Oradora:** — Essa Europa já não é hoje um mero sonho ilusório, alimentado apenas por alguns teóricos marginais. É uma realidade viva, assumida e programada por numerosos grupos sociais e mesmo por forças políticas de quase todos os países do velho continente. Colocar o crescimento económico ao serviço do homem, e não do lucro, criar formas de controlo social dos recursos naturais disponíveis, assegurar, através de uma adequada política de ambiente, o equilíbrio entre o homem e a natureza, promover a descentralização dos poderes, criar condições para uma solidariedade efectiva entre os povos — são alguns dos princípios norteadores da acção dos que acreditam na construção desse novo projecto europeu.

Entre nós, esse projecto é parte integrante da filosofia de desenvolvimento que inspira o socialismo democrático. Não subestimamos a importância dos acordos, negociações e conversações com vista à nossa participação na CEE. Pugnamos, sim, por uma reciprocidade dinâmica, que nos leve a ser reconhecidos como «pares», e não como subalternos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Pugnamos, sim, por uma Europa onde os nossos emigrantes sejam tão cidadãos como os políticos que os representam. Pugnamos, sobretudo, por uma Europa que não se instale num modelo de desenvolvimento adquirido, mas antes seja capaz de se recriar em patamares sempre novos de procura.

Não é este o «modelo europeu» do Governo da Aliança Democrática, nem poderia ser, visto que a AD tomou o comboio da história com umas décadas de atraso ...

**O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!**

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**A Oradora:** — Nós, os que já somos europeus, sabemos esperar ...

**Vozes da UEDS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A tarefa de que falamos não é, aliás, apanágio exclusivo dos governos. É também, e, em certo sentido, sobretudo, tarefa de grupos e movimentos sociais representativos do sentir e do querer nacionais.

Vem-me à memória, a propósito, um texto do velho Vitor Hugo, com que gostaria de terminar:

Isolados, os governos tentam realizar alguma coisa, mas nada do que se esforçam por fazer resultará sem a nossa decisão, contra a nossa liberdade, contra a nossa soberania. Olhemos para eles sem demasiada inquietação, sempre com bonomia, por vezes com um sorriso [...] O futuro supremo está em nós [...] Nós somos um só povo — a Europa — e queremos uma só coisa — a paz.

No meu caso, é com muita inquietação, ainda que temperada, com uma boa dose de «bonomia», que aqui deixo a minha quota de desconfiança em relação à moção de confiança que o Governo trouxe à consideração desta Câmara.

*Aplausos da UEDS, do PS, da ASDI, do MDP/CDE e de alguns Deputados do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Está na hora do nosso habitual intervalo.

A sessão está suspensa por meia hora.

*Eram 17 horas e 25 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, antes de usar da palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró, que é o próximo orador inscrito, vão fazer uso dela os Srs. Deputados Nandim de Carvalho e Helena Roseta para solicitem esclarecimentos à Sr.ª Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nandim de Carvalho.

**O Sr. Nandim de Carvalho (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço desculpa à Sr.ª Deputada por não lhe ter feito de imediato as perguntas, mas, de facto, a sessão foi interrompida no final da sua intervenção.

Partilho das suas preocupações, dos seus desejos de tolerância democrática, mas, como sabe, essa tolerância, por vezes, barra naquilo que se pode considerar como «diálogo de surdos», e não gostaria que entre nós isso viesse a acontecer, tal como me pareceu depreender também da sua intervenção.

Quando falou em «caminhos para a Europa», utilizou a palavra Europa num sentido tão amplo, tão amplo, tão amplo, que não quis significar nada, e o certo é que no discurso do Primeiro-Ministro se diz objectivamente que «o País comece a compreender que a opção pela CEE [...]», ou seja, a CEE é entendida como Comunidades Europeias, como Parlamento Europeu — presidido, como muito bem sabe, por Simone Veil —, e não com esse sentido vago que lhe pretendeu atribuir. Ora, isto vem a propósito para lhe dizer que não vale a pena fazer um jogo de palavras, na medida em que somos todos suficientemente maduros para não estarmos aqui a brincar com a «caminhada para a Europa», visto isso ser uma coisa concreta. É com base nesse pressuposto que lhe vou colocar estas perguntas.

A primeira é a seguinte: acha que, sim ou não, os emigrantes portugueses, a que se referiu duas vezes, são neste momento «europeus de 2.ª classe»? Se são

«europeus de 2.ª classe», é porque não há liberdade de circulação plena, é porque não há liberdade plena de estabelecimento de domicílio no estrangeiro, é porque não há liberdade plena do exercício da profissão, é porque não há liberdade de recebimento das reformas adquiridas nos países onde trabalham? Enfim, pergunto-lhe se, sim ou não, os emigrantes portugueses são «cidadãos de 2.ª classe» por serem discriminados em relação aos naturais dos países onde se encontram e se essa situação não poderá ser alterada se caminharmos para a Comunidade Europeia.

Pergunto-lhe também como é que consegue sustentar esse ponto de vista — acabar com a discriminação —, se a Sr.ª Deputada se senta numa bancada donde partiu a defesa do estatuto de «cidadão de 2.ª classe» para os emigrantes, quando aí foi defendida a não possibilidade de esses portugueses votarem para a eleição do Presidente da República.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

Chamo a atenção para o facto de que a UEDS tem, incluindo o debate de amanhã, disponíveis para intervir apenas nove minutos. Certamente a Sr.ª Deputada, como os Srs. Deputados que a interpelam, terá isso em consideração.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr.ª Deputada, gostava de lhe fazer duas perguntas.

A primeira é esta: pareceu-me ver na sua intervenção a acusação de que, decorrente da palavra do Primeiro-Ministro e da posição da Aliança Democrática, o Governo e a maioria estavam de acordo com um modelo europeu que a Sr.ª Deputada não apoia. Julgo que essa acusação é injusta, porque daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro disse acerca de alterar estruturas e adoptar novas mentalidades não se pode depreender que a Aliança Democrática ou o Governo queiram modificar algo com vista à adaptação dos modelos que existem na Europa que conhecemos, nem se pode depreender que se quer alterar mentalidades para as adequar às que existem neste momento na Europa do Mercado Comum. Por isso, pensa a Sr.ª Deputada que a modificação da Europa actual para a Europa tal como a definu — sem discriminações, onde não haja os que têm e os que não têm, onde não haja uma periferia e um centro — será mais fácil de fazer com um Portugal fora de todo o processo político que hoje se consubstancia nas instituições políticas europeias ou com um Portugal dentro desse mesmo processo político? Faço-lhe a pergunta, visto a Sr.ª Deputada pertencer a um agrupamento político que se manifestou — tanto quanto eu sei — contrário à integração de Portugal no Mercado Comum.

A Sr.ª Deputada, ao falar aqui, esqueceu-se de que as decisões tomadas pelo País acerca da adesão de Portugal à Europa não foram feitas pelo actual Primeiro-Ministro, nem pela actual maioria, são decisões anteriores que foram aprovadas devido a um consenso muito amplo, benéfico e patriótico. Gostaria que esse consenso se mantivesse em relação a tudo o que diz respeito à nossa participação nas instituições políticas europeias.

A segunda pergunta diz respeito ao problema já aqui referido, dos emigrantes e é a seguinte: qual a melhor forma de defender os direitos políticos dos emigrantes? Pensa a Sr.ª Deputada que será através de acordos bilaterais entre o Governo Português e Governos de Estados europeus ou pensa que a melhor forma de o fazer — e aqui retomo a minha primeira pergunta — será através da nossa inserção nas instâncias políticas onde se tomam as decisões que afectam toda a Europa e que nos afectam a nós por ricochete?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

A Sr.ª Teresa Santa Clara Gomes (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que o diálogo de surdos, se o há, é dos dois lados. Afirmei claramente que não subestimava a importância dos acordos e negociações com vista à nossa participação na CEE. parece-me, portanto, que as perguntas que me foram dirigidas pela Sr.ª Deputada Helena Roseta estão amplamente respondidas por esta minha frase, que eventualmente lhe poderá ter escapado.

No que se refere aos direitos dos emigrantes, é evidente que estou de acordo em que se façam todas as negociações possíveis no plano bilateral e multilateral para que se melhore a sua situação em toda a Europa.

Não tenho tempo, visto já ter ultrapassado e esgotado o tempo do grupo parlamentar em que estou integrada, para responder às perguntas que foram dirigidas não a mim pessoalmente mas a esse mesmo grupo parlamentar. Deixarei, portanto, para amanhã a resposta a essas posições que foram interpeladas.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O início dos trabalhos da II Legislatura fica marcado por três eventos importantes, interligados entre si, e apresentam-se como três aspectos da mesma realidade política e do momento particularmente decisivo para a institucionalização em Portugal de um Estado de direito, pluralista, representativo e social em que todas as forças democráticas presentes nesta Câmara se mostram vivamente empenhadas. Quero referir-me, naturalmente, à vitória da Aliança Democrática nas eleições gerais a 5 de Outubro, à mensagem do Sr. Presidente da República endereçada aos Deputados recém-eleitos e à necessidade da urgente revisão do texto constitucional imposto pela própria caducidade do período transitório e à sua adaptação às novas realidades geradas depois de 2 de Abril de 1976.

O povo português, escassas semanas depois de se ter pronunciado sobre as diversas alternativas de projectos políticos que foram submetidos à sua escolha e que permitiu constituir neste hemicírculo uma maioria folgada, mais coesa e mais empenhada nas tarefas da justiça social, prepara-se para novamente acorrer às urnas, desta vez para escolha do novo Presidente da República, capaz de consubstanciar em si a unidade do Estado e arbitrar os impasses institucionais que a vida política for tecendo no seu constante devir.

Somos um País que, depois de um regime autoritário excepcionalmente longo e particularmente duro

para a índole do povo, esbarrou com uma revolução social profunda cuja crepitação ainda não cessou de se manifestar nos mais diversos domínios, mas que particularmente tocou às camadas economicamente débeis, socialmente sem poder reivindicativo, e à juventude, que em certas alturas mais agitadas pareceu ter perdido o rumo esmagada que foi pelo desespero quanto ao seu futuro.

A constituição da Aliança Democrática, como produto legítimo do espírito do 25 de Abril e o favor eleitoral que conquistou em Dezembro de 1979, pronunciou a mudança de que é agora autora e actora, para repetir uma conhecida expressão, e criou na maioria esmagadora dos Portugueses — mesmo naqueles que lhe recusaram o voto — um novo estado de espírito revelador de que a etapa revolucionária está a findar e anunciou que o raiar de uma nova luz de um Estado verdadeiramente libertado das sequelas gonçalvistas e da tutela militar dos que se aproveitaram do Poder Político no decurso da erupção revolucionária poderá surgir. Os fiadores deste novo estado de espírito são exactamente os Deputados da Aliança Democrática, que constituem a maioria parlamentar e são o suporte primeiro e firme do Governo actual e do que se lhe seguirá no próximo mês para o prazo da legislatura.

O Sr. Henrique de Moraes (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Se a responsabilidade dos Deputados dos grupos parlamentares que integram a AD se apresentar como a dos soldados da linha da frente no cumprimento das promessas feitas no seu manifesto eleitoral, a execução do projecto triunfante, porque respeita e toca a todos os Portugueses, deixa de ser exclusivo dos partidos que o conceberam e defenderam perante as críticas dos seus adversários para constituir uma tarefa colectiva e não partidária. Por isso em democracia os Executivos saídos do sufrágio popular são sempre Governos nacionais e aqueles que lhe negam a legitimidade ou pretendem substituí-los por vias enviesadas colocam-se à margem da mesma democracia. O País conhece estas forças, foram várias vezes objecto de contagem, foi-lhes avaliado o seu real peso eleitoral e a sua relevância para definição e prossecução dos grandes objectivos nacionais.

Nem por se ter tornado um lugar-comum perde importância a ideia de que neste último vinténio do século XX Portugal se encontra colocado numa das mais difíceis encruzilhadas da sua história. Perdemos, sem que a Nação estivesse preparada para o compreender, num ataque fulminante, a vasto espaço onde tradicionalmente exercímos altas responsabilidades do exercício da soberania ...

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Ah!...

O Orador: — ... e o que nos dava o direito de a nossa voz não ser dispensada, ou pura e simplesmente ignorada nas grandes organizações internacionais. Ocupámos as fronteiras estratégicas em todos os pontos nevrálgicos do planeta, o nó dos nossos antigos e actuais portos são ainda ponto de gravíssimas discordias entre as grandes potências e não podemos furtarmo-nos ao dever de tudo fazermos para resti-

tuirmos Timor Leste aos Timorenses, cuja história é também a nossa história e cuja fidelidade à bandeira nacional ficou exemplarmente demonstrada quando a II Grande Guerra atingiu a Oceania.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Preparamo-nos para ingressar na Comunidade Económica Europeia, tentando minorar os inevitáveis sacrifícios e reduzir os custos políticos desta opção partilhada connosco pelos partidos democráticos da oposição. Temos de cumprir, sem quaisquer limitações à nossa independência e identidade nacional, os nossos compromissos derivados da tradição histórica e da posição geo-estratégica que temos de valorizar. Temos laços de afição política com os Estados que se exprimem na nossa língua e intimidade de sangue com as comunidades espalhadas pelas sete partidas do Mundo, que são as fronteiras avançadas da cultura portuguesa.

Estes são os traços da nossa vivência quotidiana, certamente aqui aflorados com imperfeição, mas que não podem estar ausentes do nosso trabalho neste hemisfério, particularmente agora que a Câmara renovada retoma a sua actividade e se prepara para dotar o País com texto constitucional capaz de congregar à sua volta todos os Portugueses e ser suporte de todas as alternativas que a democracia política e representativa possa comportar. É, pois, neste quadro de contornos ainda não claramente fixados e de conteúdo mais ou menos fluido que o eleitorado é agora novamente chamado para designar o novo símbolo da nossa unidade pátria, a que todos aqui presentes se orgulham de pertencer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na mensagem que o actual Presidente da República endereçou aos Srs. Deputados não é difícil descobrir *leitmotiv* que perpassa todo o seu texto e ilumina muitas das afirmações que o Sr. General Ramalho Eanes tem vindo a fazer como candidato à reeleição.

O Sr. Presidente da República dirige-se ao grupo parlamentar eanista, cuja existência real, embora clandestina, nesta Câmara seria estúpido negar e que constitui neste momento quantitativamente o maior bloco organizado da oposição, integrando a totalidade do PCP, os Deputados não soristas do PS e os ASDIS.

Risos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. João Lima (PS): — Não apoiado!

Vozes do PCP: — Não diga asneiras!

O Orador: — Uns por firme opção por um projecto de presidencialismo militar de esquerda de fachada democrática, outros por transitórias razões de estratégia como ponto de passagem necessário para a democracia socialista do tipo polaco, e ainda outros como apoios civis do aparelho político e económico do Novo Estado — contraponto à esquerda do Estado Novo —, dão as mãos, fazendo finca-pé na manutenção da actual Constituição da República, sem modificar minimamente os limites das formações económicas nele estabelecidas e aceitando tão-somente insignificantes operações de cirurgia plástica e enganadora maquilhagem

para esconder os defeitos mais salientes e para justificar a revisão constitucional.

*Risos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

Esta tese, que recolhe por inteiro o aplauso do Dr. Álvaro Cunhal, manteria intacto, apesar da vitória da AD em duas eleições consecutivas, o poder oculto do PCP nos pontos fulcrais do aparelho económico e facilitaria a insidiosa estratégia de evitar a todo o custo a transição do Estado revolucionário de tutela militar que hoje temos para o Estado de direito plenamente democrático e social. Como alguém já afirmou, a vitoria do general Eanes nas próximas eleições permitiria ao Comité Central do PCP realizar no dia 8 de Dezembro as grandes manifestações de massas que estavam programadas para 6 de Outubro e não faltaria por aí gente que perante este macabro espectáculo se fosse prostrar aos pés da Padroeira de Portugal para salvar de novo o País, como no Verão quente de 1975.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Que medo!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando o actual Presidente da República e recandidato a novo mandato afirma na sua mensagem que não lhe cabe discutir se a Constituição é boa ou má, isto é emitir um juízo político sobre a sua génese e papel na definição do Estado democrático, não faz mais de que furtar-se ao debate das grandes questões que agitam o País, lavando as mãos como Pilatos para depois, se reeleito, desfivelar a máscara e — para empregar uma frase conhecida — pilotar a revisão com o apoio dos seus Deputados a quem reserva o privilégio de vetar as propostas da maioria parlamentar. Mais, o Sr. General Ramalho Eanes define uma especiosa teoria do juramento presidencial ligando-o necessariamente às interpretações sufragadas pelo Partido Comunista e que são, obviamente, ditadas pela sua estratégia a curto e médio prazo. Se esta contradição e capitulação perante o PCP fazem parte da personalidade básica do actual Chefe do Estado, não pode deixar de merecer uma forte condenação a sua intromissão abusiva numa matéria que está manifestamente fora do seu mandato. Na verdade, não tendo, até hoje, qualquer Deputado a iniciativa de apresentar um projecto de revisão constitucional, a lei da revisão necessariamente será apreciada aqui, depois da investidura do novo presidente, que exercerá na altura própria a sua competência constitucional de acordo com o voto popular que lhe servir de base no seu apoio maioritário.

A que propósito veio então parar a esta Câmara a mensagem presidencial? Outra explicação não se vislumbra para esta prática manifestamente deslocada e provocatória senão a necessidade de o Sr. General Eanes fazer a demonstração perante o País de que dispõe, desde o início da II Legislatura, para execução do seu projecto político, de algumas dezenas de Deputados a quem desde já transmite as instruções e indicações para o desempenho do mandato.

**O Sr. Henrique de Moraes (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — É de lamentar que o instituto de mensagem presidencial tenha sido abusivamente aproveita-

do pelo Presidente do Conselho da Revolução para finalidade tão descaradamente autoritária e antidemocrática e, além disso, constitui grave ofensa aos eleitores a quem tais Deputados foram apresentados como representantes dos partidos.

*Risos do PS, da ASDI e da UEDS.*

A mensagem é, assim, uma arma de arremesso político contra os partidos democráticos e entre eles contra a maioria da Aliança Democrática, a quem deliberadamente o seu autor sobrepõe o seu designio político fazendo tábua rasa do voto recebido pela maioria para rever a Constituição nos exactos termos que constam do manifesto eleitoral apresentado pela coligação vencedora e que são diametralmente opostos ao do Sr. General Ramalho Eanes.

Ao apresentar-se como o porta-voz das posições que o seu grupo parlamentar instalado nesta Casa irá tomar, o actual Presidente da República assume-se como chefe da oposição de acordo com o que desde há muito temos vindo a apresentar. O País acaba de dispor de mais uma prova muito eloquente.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O Presidente da República, que solememente se apresenta perante esta Assembleia como contrapoder face à maioria, depois de ter sido denrotado o seu projecto de concentração de poderes — os cantares da FRS. «Um governo, uma maioria e um Presidente», ainda enchem as sedes do PS e os muros da cidade —, que escamoteia da opinião pública o texto autêntico do acordo secreto com o principal partido da oposição depois de ter sido publicamente acusado de o ter traído, que fornece ao órgão oficial da sua candidatura passagens truncadas que lhe são favoráveis sem fornecer a fotocópia do escrito, que não se sente na obrigação de revelar ao País o ajuste feito com o PCP para o Sr. Carlos Brito desistir à boca das urnas, não pode certamente garantir qualquer solidariedade com outros órgãos de soberania nem contribuir para o regular funcionamento das instituições do Estado.

**Vozes do PS:** — Que vergonha!

**O Orador:** — A chefatura do Estado exige independência de avaliação que o actual Presidente da República demonstrou na sua mensagem não possuir; exige transparência democrática incompatível com o secretismo de pactos com a oposição; exige firmeza das concepções políticas que a famigerada conferência de imprensa abundantemente provou não ter; exige rectidão dos propósitos que não se compadecem com a guerrilha com o Governo legitimado pelo voto popular. Por isso, o CDS entende que o Sr. Ramalho Eanes não oferece condições para ser reeleito, ou seja, para tomar desde já os compromissos que constam da inoportuna e deslocada comunicação lida nesta Assembleia na semana passada.

*Protestos do PS.*

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O leader do meu grupo parlamentar teve já o ensejo de declarar que votaremos com entusiasmo e total solidariedade política a moção de con-

fiança que o Governo colocou perante esta Câmara. Não nos vamos embreiar na desnecessária discussão jurídica ou no pseudo debate político a que os Deputados eanistas nos querem arrastar. A face da Constituição é líquido que um Governo só tem o dever político de apresentar o seu programa de legislatura depois da nomeação do primeiro-ministro pelo Presidente da República.

Ao contrário do que pretende fazer crer, é ao Presidente da República, que por sua livre iniciativa, compete nomear o primeiro-ministro, tendo em conta o resultado eleitoral. Nem se diga que esta nomeação pressupõe o pedido de demissão do Governo em exercício, porque o Chefe de Estado, como demonstrou em Julho de 1978, sabe exonerar o primeiro-ministro com a tão apregoada inflexibilidade militar e até apresentou ao País este facto como um acto merecedor de dividendos eleitorais.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se após as eleições de 5 de Outubro o Presidente da República não se sentiu com a força política e moral suficiente para exercer a sua competência, é porque pretende manter o I Governo da AD em funções para seus fins exclusivamente eleitoralistas. Só assim, mantendo o Primeiro-Ministro em funções pode o recandidato posicionar-se perante o eleitorado comunista como o contrapoder em face da AD e apresentar-se como chefe da oposição e *leader* oculto do seu bloco parlamentar neste debate da moção de confiança.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — É a ciência da cabala!

**O Orador:** — Desconhecer este estratagema é ingenuidade grossa, que não se presume nos Deputados que têm responsabilidade de defender nesta Câmara a democracia, e tudo quanto ela exige de métodos, de actos e até de pensamentos limpos.

O Deputado ASDI, mandando para as urtigas o seu vasto e tão celebrado saber no domínio das miudezas constitucionais ...

*Risos.*

**O Sr. César de Oliveira (UEDS):** — Miudezas é de carneiro!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ele prefere as miudezas de carneiro!

**O Orador:** — ... vem aqui censurar o Governo pela não apresentação de um programa de legislatura quando deveria ...

**Protestos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, tenho de interromper o orador para lhes chamar a atenção de que o Sr. Deputado Narana Coissoró está no exercício de um direito e os colegas têm o dever de o escutar ou de permitir que quem está interessado o escute.

**O Orador:** — Eles estão a escutar com muita atenção!

Ia dizendo, quando deveria verberar o procedimento do seu chefe político por não tirar as conclusões políticas que os resultados das eleições necessariamente impõem.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** A moção de confiança que o Sr. Primeiro-Ministro ontem deu aos Srs. Deputados é um acto de honestidade política e de elevado respeito que lhe mereceu este templo da democracia. Não precisava o Governo de se reconfiar com o apoio desta Assembleia para o seu Programa de acção até à investidura do novo Governo pelo novo Presidente. Fê-lo porque assim quis honrar este órgão de soberania, fê-lo porque assim quis dar aos representantes recém-eleitos do povo português uma explicação cabal contra as tergiversações dos Srs. Deputados do Sr. Presidente da República.

Nós, por nosso lado, sabemos corresponder a este gesto de boa convivência e de sã harmonia entre os dois órgãos soberanos do Estado. Nós, por nosso lado, entendemos que a democracia só se consolida e se fortalece quando as forças totalitárias e antide-mocráticas são afastadas dos centros nevrálgicos do Poder. Nós, por nosso lado, entendemos que só há Estado democrático, pluralista, representativo e social quando o Chefe de Estado não age como um travão para a prossecução do programa de governo apoiado por uma maioria sólida, estável e coerente no Parlamento.

Por isso, este voto de confiança por parte do meu grupo parlamentar é também num voto de censura às teses desenvolvidas na mensagem presidencial.

**Aplausos do CDS, do PPM e de alguns Deputados do PSD.**

**Protestos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.**

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, pediram a palavra, para interpelarem o orador antecedente, os Srs. Deputados João Lima e Magalhães Mota.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima.

**O Sr. João Lima (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mais do que uma interpelação ou mesmo do que um pedido de esclarecimento, queria formular um protesto. É que a intervenção do Sr. Deputado Narana Coissoró não merece réplica, pelo menos ao nível da discussão democrática.

O Sr. Deputado Narana Coissoró tem-nos habituado, e parece que definitivamente, a não respeitar minimamente as regras da ética democrática que não conhece.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Sr. Deputado Narana Coissoró aproveita-se da sua qualidade de Deputado para insultar a Assembleia da República e transformar esta Casa numa sala de propaganda política do seu candidato às presidenciais pelo seu partido, vituperando órgãos de soberania que merecem o nosso respeito, ...

**Uma voz do PSD:** — Olha quem fala!

**O Orador:** — ... como é o caso do Presidente da República, vituperando os partidos políticos que são da oposição porque são da oposição, usando uma lin-

guagem provocatória que não enobrece esta Casa e que de certeza lança manchas negras sobre a nobreza dos métodos e do pensamento de alguns Deputados seus pares.

O Sr. Deputado Narana Coissoró, quero dizê-lo abertamente, usa uma linguagem de primitivismo político que não é condizente com o regime democrático em que vivemos.

*Vozes do PS, da ASDI e da UEDS:* — Muito bem!

*O Orador:* — Por isso protesto.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

*O Sr. Presidente:* — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, usarei naturalmente da palavra para fazer um breve contraprotesto, porque as palavras do Sr. João Lima dirigem-se contra os Deputados da sua bancada que não pertencem à facção que neste momento ele representa.

*Manifestações de protesto do PS.*

Por isso mesmo, ele transfere, freudianamente, tudo aquilo que tem de dizer aos seus Deputados com quem não concorda para a minha bancada. Mas as minhas palavras serão publicadas no *Diário da Assembleia da República* e são aquelas que o Sr. João Lima naturalmente não emprega porque tem a sua ética. Ele é que sabe fazer os pactos secretos com o Presidente da República, ...

*Protestos do PS.*

... ele é que envolve o Chefe do Estado nas arremetidas contra a maioria aqui representada, é ele que limita o juramento do Presidente da República, ...

*Protestos do PS.*

... é ele que faz a propaganda do Presidente da República contra o voto do eleitorado em duas eleições consecutivas e, por isso mesmo, a democracia que aqui exibe é a democracia própria do Sr. João Lima e não a da Assembleia da República nem a da nossa Constituição.

*Aplausos do CDS e protestos do PS.*

O Sr. João Lima (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissoró, quando se dirigir a qualquer colega deve usar o tratamento habitual desta Câmara, isto é, anteceder o seu nome da palavra «Deputado».

Faça favor de usar da palavra, Sr. Deputado João Lima.

O Sr. João Lima (PS): — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> fez uma intervenção que bem se pode incluir no pensamento que eu quero expressar, que é o seguinte: o Sr. Deputado Narana Coissoró, ao fazer o contraprotesto à minha intervenção, vem mais uma vez corroborar e demonstrar o primitivismo político que usa, pois não conhece outro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Avelino Zenha (PS): — Ele não percebe ...

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Apenas um brevíssimo comentário, Sr. Presidente, aplicando também esta inovação regimental.

Queria dizer que o Sr. Deputado Narana Coissoró demonstrou duas coisas: em primeiro lugar, que a moção de confiança que nos é proposta nem para a própria maioria tem nada de substancial que possa ser dito ou que possa ser afirmado.

*Vozes do PS:* — Muito bem!

*O Orador:* — Revelou, talvez sem querer, o vazio que nessa moção se contém.

Em segundo lugar, que o Sr. Deputado Narana Coissoró apresentou-se de início como fiador da verdade e da bondade dessa moção. Nós já sabíamos que ela não tinha solvabilidade.

*Risos e aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.*

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Hás-de ir longe!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O breve comentário do Sr. Deputado Magalhães Mota prova à evidência que as censuras que o meu grupo parlamentar dirigiu à mensagem do Sr. General Ramalho Eanes tem todo o cabimento e, por isso, não teve uma única palavra para rebater tudo quanto eu disse contra o Sr. General Ramalho Eanes e contra a mensagem que, com manifesta atitude provocatória, aqui foi trazida a esta Câmara.

*Vozes do CDS:* — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «Um Governo para quatro anos» foi o principal slogan eleitoral da AD. Confirma-se ainda pelas paredes deste país. Todavia, ganhas as eleições, a AD vem pedir a confiança parlamentar para um Governo de dois meses. A AD começa assim a defraudar o seu eleitorado. Verificado o facto, importa, contudo, encontrar uma explicação para ele.

A questão da confiança suscitada pelo Governo perante a Assembleia da República começa por ser, aliás, uma falsa questão. Constitucionalmente, é um abuso de poder, e não creio ser necessário gastar mais tempo com essa questão, politicamente é um contra-senso. Pois, das duas uma: ou o Governo reconhece que a renovação da Assembleia da República implica e exige uma renovação da legitimação parlamentar do Governo — e então o meio adequado seria a sua própria novação, como Governo, com a apresentação de um novo programa de governo —, ou o Governo entende que não carece de qualquer novação parlamentar e então a renovação da confiança

é supérflua e exrescente. Mas com o próprio acto de apresentar a moção de confiança o Governo torna evidente que o seu sentido útil é o de ser um álibi.

Com efeito, as malas-artses deste Governo parecem não terem limites. Conseguir distorcer o papel e as funções de uma moção de confiança de modo a torná-la um substituto de um programa de governo é um acto de notável imaginação política, na procura de meios de entorse da arquitectura institucional do nosso sistema constitucional de Governo.

Que as moções de confiança possam servir para renovar a base política de um governo dessorado pela usura do tempo ou abalado por uma ofensiva da oposição, compreende-se. Vem nos livros e conhece-se da nossa tradição e da altheia. Mas que uma moção de confiança possa servir para a novação do suporte parlamentar de um Governo que acaba de sair de eleições com a maioria reforçada, eis o que constitui uma notável obra de ficção política.

Em Janeiro passado, já este Governo se havia destacado ao apresentar um pedido de confiança logo após ter visto passar na Assembleia da República o seu programa de governo. Tratava-se, como tive oportunidade de dizer na altura, de conseguir dois objectivos: por um lado, cimentar uma maioria que era escassa e precária, como depois se viu, e, em segundo lugar e sobretudo, tratava-se de estabelecer uma arma de arremesso contra o Presidente da República, reforçando a componente parlamentar da responsabilidade governamental, como primeiro passo para a guerra institucional que o Governo haveria de prosseguir contra o Presidente da República e contra o Conselho da Revolução, de modo a dar-lhe a ambivaléncia que tantos frutos políticos lhe havia de propiciar: ser, ao mesmo tempo, Governo e oposição e seleccionar as vantagens de um e de outro.

Mas agora não se vislumbra qualquer desses objectivos. Por um lado, a maioria é desta vez mais confortável e porventura mais coesa; os reformadores desta vez ficaram de fora (depois de terem cumprido o seu papel no carreamento da AD para o poder); o lobby insular — disse-o o próprio Ministro Freitas do Amaral — está agora de vazas cortadas e o PPM, esse, pode continuar a apresentar «livros negros» e a maldizer as auto-estradas mas ninguém acredita que esteja em condições de morder a política governamental ou de significar qualquer perigo para a coesão da maioria.

Também outro objectivo prosseguido em Janeiro não tem agora qualquer razão de ser, pelo simples facto de estarem à porta as eleições presidenciais e por a oposição do Governo ao actual Presidente da República resultar exuberantemente da própria existência de um candidato da AD contra a do actual Presidente da República.

É certo que uma intenção de desconsideração do Presidente da República poderia justificar que o Governo não lhe tenha apresentado — como porventura poderia ser considerado curial — o seu pedido de exoneração a seguir às eleições, permitindo uma novação formal do Governo, o mesmo ou adaptado. Mas não impediria que o Governo, e isto é que é importante, aproveitasse a moção de confiança que entendeu dever apresentar à Assembleia para apresentar um real e autêntico programa de governo. O problema, mais do que jurídico, é político e,

mais do que tratar se devia ser uma moção de confiança ou um programa de governo, o importante é saber por que é que esta moção de confiança tem este teor e não outro. Concretizando: é que não foi aproveitar a moção de confiança que entendeu dever apresentar à Assembleia para dizer o que é que vai fazer durante os próximos anos — quatro anos — que o Governo resolveu fazer. Limita-se a duas ou três generalidades, três ou quatro frioleiras, cinco ou seis trivialidades e a remeter para o Programa do Governo apresentado à anterior Assembleia da República, que, naturalmente, sendo um programa para um governo de nove meses, não pode servir para um governo de quatro anos.

Creio que está aqui a grande chave de todo este imbróglio parlamentar. O Governo preferiu esta via anómala de apresentar uma moção de confiança com este teor para se furtar a apresentar já, como era seu dever, o seu Programa de Governo para os quatro anos de Governo que lhe competem, segundo a legislatura.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Realce-se de novo a grande incongruência: AD fez a campanha eleitoral com o slogan «Um Governo para quatro anos» e, afinal, apresenta-se à Assembleia da República para pedir a confiança para um Governo de dois meses.

Porquê? Porque o Governo ainda não está em condições de se mostrar como vai ser realmente quando assumir totalmente a sua face.

**Vozes do PS e da UEDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Até às eleições presidenciais, tem de continuar a ser apenas aquilo que até agora foi desde que iniciou funções: um simples comité de campanha eleitoral, um comité de promoção eleitoral. Primeiro, um comité eleitoral de si mesmo e, agora, um comité eleitoral do seu candidato à presidência da República.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — E é por isso que ainda não chegou o momento que lhe permita revelar o seu autêntico Programa, aquele que agora furtamente ilegitimamente à Assembleia. Há ainda uma grande parada em jogo. Porventura ainda haverá que encontrar meios para distribuir, antes do dia 7 de Dezembro, mais uns bolas de Natal aos Portugueses, à semelhança dos rebuçados distribuídos pressurosamente nas vésperas do 5 de Outubro. Ainda não chegou o momento de dar «luz verde» ao patronato, a quem o Primeiro-Ministro disse antes do Verão: «Aguentem os preços até às eleições.» Ainda não está a altura de dizer que não vai voltar a haver diminuições de impostos, porque isso está reservado para os anos de eleições, nem aumentos de pensões, porque isso está reservado para os anos de eleições, nem contenção administrativa da inflação, porque isso está reservado para os anos de eleições, nem, ao fim e ao cabo, toda a gratificação social que este Governo penosamente construiu ao longo de todos estes meses em vista das eleições parlamentares e presidenciais. A razão por

que o Governo não apresentou o Programa de Governo para os quatro anos é a mesma que justifica que não tenha apresentado ainda as propostas de lei do Plano e do Orçamento para o próximo ano, aliás não respeitando o prazo legislativo para isso; que mantenha na gaveta o seu projecto de revisão constitucional de que tanta questão fez; que tenha silenciado o projecto de revisão do Regimento da Assembleia da República, suportando a inconsistência que este diz manter. É porque tem de manter tudo isso na gaveta, de silenciar, de pôr entre parênteses até ao dia 7 ou 21 de Dezembro que este Governo não pode assumir-se como Governo de legislatura e deve de continuar a assumir-se especial, como comité eleitoral. Trata-se de esconder de momento o seu verdadeiro projecto político, tentando ocultar, por mais algum tempo, o que esperam os Portugueses nos anos que se vão seguir. O projecto negro que está insito nos resultados que a AD pensa obter da sua governação. Não é por não ter programa que o Governo o não apresenta. O Governo tem-no: não o quer é apresentar.

Aliás, é o próprio Primeiro-Ministro que anuncia a apresentação ainda por este Governo, antes portanto da sua renovação, mas não anunciou que seja antes das eleições presidenciais, do Plano a Médio Prazo para 1981/1984. Ora, como pode um governo apresentar uma proposta de Plano a Médio Prazo para quatro anos se não tiver uma ideia muito clara do programa político que enforma esse Plano? Note-se, aliás, mais esta incongruência: o tal Governo que prometeu ser para quatro anos, mas que afinal é só para dois meses, propõe-se apresentar um plano para quatro anos!

A verdade é esta: o Governo invoca que não pode ainda apresentar o seu Programa porque ainda há um Presidente da República hostil; mas, depois, invocará certamente que ainda há a Constituição: depois, que ainda há os restos da legislação revolucionária e, finalmente, que ainda há oposição, para não dizer que ainda continuará a haver liberdades e democracia. E, entretanto, continuaremos sem ver o verdadeiro plano deste Governo.

Nem sequer se pode dizer que o Programa do Governo pudesse depender da personalidade que vier a ser eleita para Presidente da República. Pois não é este Governo que se gaba de reivindicar para si o exclusivo da responsabilidade da condução da política do País? Não o reafirmou, aliás enfaticamente, o Ministro Freitas do Amaral ainda há dias na RTP? Ou será que esta filosofia só vale com este Presidente da República e que, se outro ele fosse, também a filosofia se alteraria e outra seria e que então já o Presidente da República passaria a ter voz activa na definição do Programa do Governo?

Simplesmente, a ser assim, uma pergunta preocupante importa fazer: seria caso para dizer que o Dr. Sá Carneiro está politicamente autoliquidado, qualquer que seja o resultado das presidenciais, e que, se Eanes for reeleito para cumprir a sua promessa, tem de se demitir e que, se Soares Carneiro ganhasse, seria um Primeiro-Ministro de via reduzida?

*Risos do Sr. Deputado César de Oliveira.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Na apresentação da moção de confiança, o Primeiro-Ministro prestou homenagem à Assembleia da República e considerou a moção de confiança como uma prova do seu preito de vassalagem perante os Deputados do País.

Trata-se, porém, de uma homenagem inquinada. Senão vejamos: o Governo considera que a substituição da Assembleia da República (a sua renovação) não justifica uma solução de continuidade governamental, que o Governo pode continuar formal e materialmente o mesmo, limitando-se — generosamente, por sua alta recriação — a apresentar uma moção de confiança.

Simplesmente, essa novação não alcança o período da legislatura, mas apenas, precariamente, transitariamente, o período até às eleições presidenciais. Essas, sim, são determinantes no entendimento do Governo, essas, sim, darão a vida, o fôlego para os quatro anos do Governo e então, sim, é altura de termos um novo governo e um novo programa.

No entendimento do Governo, portanto, o decisivo não são as eleições legislativas, mas antes as presidenciais. Os Governos medem-se, não pela sucessão de legislaturas, mas sim, pela sucessão de Presidentes. Ao contrário da letra e do espírito da Constituição, este Governo tem-se, não como um Governo de legislatura, como aliás se comprometeu a ser, mas como um Governo de presidenciatura, talvez porventura porque aqui ainda há oposição e na Presidência da República, como eles entendem dever ganhar as eleições, não haveria oposição nenhuma.

Trata-se, pois, aparentemente de uma visão ultrapresidencialista da estrutura institucional do Estado. Não devemos, todavia, deixar levar-nos pelas aparências. O que está em causa é o projecto totalitário da construção do poder por parte da AD.

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — E é neste quadro que assumem importância decisiva as eleições presidenciais, que o Primeiro-Ministro, cautamente e porventura com reserva mental, resolveu não tocar directamente na sua intervenção inicial, mas que, por exemplo, um dos porta-vozes do CDS, que, aliás, tem a vantagem de costumar pôr em bruto as coisas que outros costumam pôr com alguma roupagem, não se limitou a pôr.

*Risos do PCP, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.*

E nesta perspectiva que tem de ser considerada a via que o Governo resolveu seguir nesta matéria. Pelas paredes do País está já profusamente afixado o cartaz que, só por si, contém e revela todo um projecto político: Maioria — Governo — Presidente AD. Implicitamente, aliás, poderia acrescentar-se no projecto: Maioria — Governo — Presidente — Constituição AD.

E, se juntarmos a isso aquilo que já existe — a RTP AD, a RDP AD, o Provedor de Justiça que se pretende AD, as Forças Armadas AD, a política AD e tudo AD —, completaremos o quadro do projecto político consequentemente totalitário insito nesta última frase, o Estado AD com cidadãos AD.

*Aplausos do PCP, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

**O Sr. João Morgado (CDS):** — É o povo que nos elege!

**O Orador:** — Isto é, se quiserem por outras palavras, o monopólio absoluto de todas as instituições públicas e não apenas políticas pelo Governo.

Será por acaso que todas as intervenções dos partidos da oposição — de qualquer dos seus variados quadrantes — manifestaram preocupações em relação à própria possibilidade de continuar o exercício normal dos direitos da oposição?

É certo que o Primeiro-Ministro afirmou aqui, muiosamente, que o Governo respeita os direitos das minorias e que o *leader* parlamentar do CDS ressalvou cordatamente, como é aliás seu hábito, o diálogo com a oposição. Só que dir-se-ia que, tudo exprimido, a minoria é respeitada se não se assumir senão como minoria e se não obstaculizar a maioria no exercício do seu poder e, sobretudo, se não pretender vir alguma vez a ser maioria.

Mas que crédito se há-de dar a tais afirmações quando se recorda o que foi a conduta do Governo durante o seu primeiro mandato? Que confiança merecem quando se recorda o projecto de revisão do Regimento com propostas indesmentíveis de diminuição, restrição e liquidação da possibilidade de intervenção parlamentar da oposição? Que seriedade comportam tais compromissos quando recordamos o projecto de revisão da Lei Eleitoral, visando potenciar as vantagens eleitorais da maioria, em prejuízo da oposição? Que coerência lhes atribuir quando logo neste mesmo debate, que estamos a travar, a maioria restringiu seriamente os direitos dos partidos da oposição em relação àquilo que está no Regimento e em relação àquilo que era normal e usual?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Essa é boa. Foi acordado por unanimidade, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há na fala do Primeiro-Ministro, de ontem, uma passagem assaz intrigante: «O Governo assume-se como garante das liberdades e dos direitos dos cidadãos.»

Com efeito, até agora, sempre se julgou que as liberdades deviam ser defendidas, desde logo, dos Governos e que os Governos começam por ser os primeiros de que se devem defender as liberdades.

Para o Primeiro-Ministro do Governo da República Portuguesa, aparentemente, deve ser o Governo o garante das liberdades.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Isso é nos países de Leste.

**O Orador:** — Está a boa doutrina em qualquer manual de liberdades públicas e está na experiência de qualquer cidadão. Mas este Governo não está com meias medidas: assume-se como «garante das liberdades». Contra quem? Não diz... Contra si mesmo, certamente não será, ninguém espera que o seja.

A afirmação do Primeiro-Ministro é claramente um «acto falhado», cuja significação importa, contudo, pôr em relevo. O Governo propõe-se, isso sim, administrar as liberdades, isto é, obviamente condicioná-las.

Há, aliás, já a experiência dos factos. Vejamos a liberdade de informação e ao que ela está reduzida nos órgãos de comunicação social do Estado, aqueles

que o Governo tutela e que são, de resto, os principais. Aí, a liberdade de informação é, pura e simplesmente, a liberdade que o Governo e a «AD» têm de fazer transmitir os seus pontos de vista.

Não é por acaso que na comissão administrativa da RTP está alguém que o próprio Primeiro-Ministro já qualificou outrora de Ministro da Propaganda.

**Vozes do PCP e do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isso está escrito e registado. A situação é de tal modo escandalosa, mesmo aleijosa que insuspeitas personalidades de insuspeitos quadrantes a vêm denunciando nesses mesmos termos. As prepotências, as ilegalidades, as discriminações são de tal monta que é mais do que justificada a realização do inquérito parlamentar que ontem foi proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP. Porventura esse inquérito vai ser obstaculizado pela maioria mas, mais uma vez, ficará então muito a claro como a maioria consegue utilizar o seu poder numérico e de votos para impedir, ao fim e ao cabo, a própria investigação das acusações mais que fundamentadas que são feitas.

**O Sr. João Morgado (CDS):** — Demagogia!

**O Orador:** — Mas, se passarmos das liberdades civis e políticas para os direitos laborais, que dizem dos projectos conhecidos, mas agora aparentemente esquecidos transitoriamente, do Governo em matéria de legislação do trabalho, sobre a regulamentação do direito à greve, ao não despedimento sem justa causa, dos direitos sindicais, etc., etc.? Será também por acaso que o tal pacote laboral continua na gaveta? Por enquanto!...

Não é exactamente porque o Governo está interessado neste momento em pôr entre parênteses o que o seu projecto político contém de perigoso para as liberdades e direitos dos cidadãos (e desde logo para os trabalhadores)? A verdade é que, por detrás da tranquilizante expressão «Governo [...] garante das liberdades», denuncia-se, no próprio exagero da fórmula, o verdadeiro propósito de um «Governo-administrador-das-liberdades».

E que melhor símbolo dessa administração da liberdade senão o candidato presidencial da «AD», administrando, na sua qualidade de chefe do Governo colonial de Angola, a liberdade dos patriotas angolanos no campo de S. Nicolau ou, já agora, administrando a liberdade de informação em Timor, autonomeando-se chefe de censura dos respectivos serviços?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A questão fundamental é esta: é que o projecto político da «AD», por mais maquilhagem política que se tente fazer, transporta, no seu ventre, perigos enormes para as liberdades públicas. O projecto de desmantelamento das transformações económicas trazidas pelo 25 de Abril, de reconstituição de uma oligarquia económica, de restauração do domínio sem peias dos mecanismos da acumulação e da gestão capitalista da economia não poderia deixar de levar a incursões autoritárias mais ou menos densas e profundas no domínio das liberdades. Toda a experiência portuguesa indica que tal restauração não conseguiria operar-se no quadro do respeito, ainda que meramente

formal, das liberdades e direitos, que são o bem adquirido do 25 de Abril.

Não foi por acaso, nem foi apenas por causa da guerra colonial, que o chamado projecto marcelista falhou dez anos atrás; foi porque mesmo uma pequena medida de libertação civil e política ameaçou subverter a ordem económico-monopolista. O neomarcelismo actual da «AD», onde aliás não faltam tintas ideo'ógicas de neo-salazarismo não terá mais êxito. Agora no sentido inverso: restaurar a ordem económico-monopolista no quadro das liberdades da Constituição de 1976 não terá igualmente êxito.

E é aqui que entra a revisão constitucional e, por tabela, de novo, a questão da eleição presidencial. Eleger um Presidente da República que cubra a revisão constitucional plebescitária, decisionista e liquidacionista da Constituição, que cubra o Governo, mesmo quando este tenha de ultrapassar todos os patamares toleráveis de restrição das liberdades, que propicie ao Governo a oportuna declaração do estado de sítio quando os meios «normais» de «administração das liberdades» não forem suficientes, eis o que é de importância vital para a «AD». A eleição do seu candidato, ao contrário daquilo que dizem os cartazes para lá já espalhados, não é uma questão de segurança para o futuro dos portugueses; é um seguro de vida para este Governo — um seguro contra o descontentamento popular e um seguro contra a sua responsabilização antecipada, se necessário for, perante o eleitorado e perante o povo.

A Sr.º Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É por isso que este voto de confiança não podia ser diferente do que é: uma luz verde para o Governo continuar a funcionar durante mais algumas semanas como simples e apenas comité eleitoral, não entrando ainda nos troços cronometrados do seu Governo para quatro anos.

Os seus Deputados não lhe vão obviamente regatear o voto solicitado. Da oposição também o Governo o não espera. E, na verdade, é com redobrada determinação, após a fala inicial do Primeiro-Ministro e o teor do voto de confiança, que lho recusamos. Da nossa parte, este Governo só pode esperar a mais frontal desconfiança. Anima-nos a esperança de que desta desconfiança irá compartilhar, não precisa passar muito tempo, um número crescente dos portugueses.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Decrescente!

O Orador: — E não nos sobram, sobretudo, dúvidas de que essa desconfiança há-de, no momento oportuno, pôr cobro a esta ameaça que pesa sobre o regime democrático-constitucional.

Ele há-de vencer e a ameaça há-de passar.

Aplausos do PCP, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

*Durante esta intervenção, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.*

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao orador que acabou de intervir os Srs. Deputados Santana Lopes e Amândio de Azevedo

Tem a palavra o Sr. Deputado Santana Lopes.

O Sr. Santana Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Antes de mais queria salientar que a intervenção do Sr. Deputado Vital Moreira veio pôr a claro que o problema jurídico levantado pelos Deputados das bancadas da Frente Republicana Socialista não é de resolução tão clara como eles procuravam dar a entender.

O Sr. Deputado Vital Moreira, ilustre constitucionalista como é, teve uma intervenção em que fugiu a esses problemas de ordem jurídico-constitucional e enveredou pelo campo da pura discussão política, o que vem mostrar e dar mais uma vez razão e força aos argumentos expostos, quer pelos membros do Governo, quer pelos Deputados da maioria, de que a Constituição é omissa neste capítulo. E os Srs. Deputados constituintes, que revelaram em tantos pontos uma obsessão regulamentadora, neste ponto esqueceram-se de prever qual deveria ser o caminho a seguir.

No entanto, o Sr. Deputado Vital Moreira não se coibiu de entrar em contradições, tendo dito, em primeiro lugar, que o problema era político e não jurídico. Mais à frente, afirmou que era dever do Governo apresentar o seu programa e acrescentou que o facto de o não fazer revelava uma visão presidencialista do sistema de Governo e tinha a ver com a preocupação da Aliança Democrática de construir o chamado projecto totalitário de poder.

Em relação a isto, queria só salientar que, para além da discussão jurídica que sobre este tema se pode gerar, fica claro que não há uma interpretação única do texto constitucional neste ponto. O Sr. Deputado Almeida Santos já adiantou uma interpretação, o Sr. Deputado Jorge Miranda já adiantou outra e o Sr. Deputado Vital Moreira nem sequer adiantou nenhuma, estou convencido por compreender o menor da posição do Governo e a razão que lhe assiste neste momento.

Mas quero dizer-lhe também — só um pequeno aparte — que, por exemplo, em França, onde o Governo não é politicamente responsável perante o Presidente da República, não obstante esse facto, o Governo não é obrigado a apresentar o seu programa e a submetê-lo à votação da Assembleia Nacional Francesa.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Mas nós não estamos em França!

O Orador: — É um facto que não estamos em França, mas aqui, no actual esquema da Constituição de 1976, o Governo é muito mais dependente do Presidente da República do que o é em França e os Srs. Deputados imputam ao Governo a obrigação de apresentar imediatamente, após uma renovação do mandato popular, o seu programa a esta Assembleia.

Quanto ao projecto totalitário em que consistiria o desejo da Aliança Democrática de passar a ter nos vários órgãos de soberania uma verdadeira solidariedade institucional, para a qual é necessária — sem ela não existe — uma verdadeira solidariedade política, quer a dizer ao Sr. Deputado Vital Moreira que há uma diferença crassa entre, por exemplo, este projecto de construção de poder e aquele que vigora noutras países. Por exemplo, na União Soviética, que tanto inspira, todos os órgãos são também da mesma orientação. Mas há uma diferença fundamental, Sr. Depu-

tado: é que em Portugal eles são eleitos e, quando o povo quiser, poder demover os seus titulares e escolher outros.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Para terminar, e para não me alargar mais, gostaria só, para ficarmos perfeitamente esclarecidos sobre este ponto, de deixar a seguinte pergunta: o Sr. Deputado Vital Moreira, como ilustre constitucionalista que é, reconhece ou não que a actual Constituição é omissa neste ponto, que nada na Constituição obriga o Governo a apresentar, em primeiro lugar, a sua demissão e, em segundo lugar, a apresentar imediatamente um programa de governo?

Os Deputados da oposição, por meio de vozes eminentes, primeiro disseram, há uns tempos, que o Governo deveria apresentar essa demissão; agora, já só dizem que devia apresentar um programa de governo. Anteriormente, era uma falta de cortesia para com o Sr. Presidente da República; agora, é uma falta de cortesia para com o Parlamento. Não sabemos onde iremos parar...

Gostávamos, pois, de, quanto a este ponto, termos, de uma vez por todas, qual a posição, neste caso, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista.

Só para terminar, queria dizer que não se trata de esconder nada Sr. Deputado. A Aliança Democrática e o seu Governo não têm nada a esconder. O povo português disse já o que pensava daquilo que o Partido Comunista mostrou, através do resultado das eleições.

A Aliança Democrática não tem nada a esconder e apoia um candidato muito claro à presidência da República,...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Claríssimo!

O Orador: — ... o que não acontece com o seu partido, que precisa de esconder o seu verdadeiro candidato. Em matéria de «escondidas», não tem legitimidade para nos dar lições.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entreteve-se o Sr. Deputado Vital Moreira, num estilo que a Câmara já muito bem conhece, a fazer longas divagações sobre a lógica da apresentação da moção de confiança. E afinal não há novidades. O Sr. Deputado Vital Moreira gosta muito de atribuir intenções malévolas aos seus adversários políticos, ao Governo, de dar largas à sua imaginação para fazer acusações aos outros, que, no fundo, só são justificáveis em relação a ele próprio e ao seu partido.

Será necessário recordar a alguém que em Portugal há um único partido que defende projectos totalitários, já os tentou e já fez correr graves riscos a todos nós, nomeadamente o de cairmos numa nova ditadura, embora de sinal contrário, depois do 25 de Abril?

Pergunto se será necessário esclarecer alguém de que projectos de controlo total e absoluto dos órgãos de informação não vêm de nenhuma forma polí-

tica em Portugal senão do próprio Partido Comunista?

Será necessário esclarecer alguém de que a frase e o lema «tudo AD» devia ter letras trocadas porque só é verdadeira se for «tudo PCP»? É que para o PCP só há democracia, só há liberdades, quando mais ninguém as tiver e as tiver sózinho!

*Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!*

O Orador: — Penso, portanto, que neste aspecto nem valeria a pena ter feito esta intervenção e este comentário,...

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Isso é verdade ...

O Orador: — ... embora haja sempre uma mínima justificação de estarmos no início de uma nova legislatura e de porventura não ser errado recordar estas verdades que toda a gente conhece, mas que podem correr o risco de cair no esquecimento.

Surpreendentemente, o sentido fundamental da minha intervenção é para agradecer ao Sr. Deputado Vital Moreira, com toda a sinceridade, o facto de a lógica do seu discurso assentear numa coisa que nós também temos por inteiramente certa: é que o general Soares Carneiro vai, efectivamente, ganhar as eleições presidenciais.

*Risos do PS e do PCP.*

Essa é a parte positiva e correcta do discurso do Deputado Vital Moreira, mas isso não justifica as acusações feitas. Já muitas outras explicações aqui foram dadas, e não vale a pena repeti-las, pelo facto de o Governo não ter aqui apresentado um programa, de não se ter demitido e de se ter limitado, muito correctamente, a apresentar apenas uma moção de confiança.

Nós já sabíamos que o Partido Comunista, sem o dizer, acreditava e apostava na vitória do general Soares Carneiro. Sinceramente nunca esperava que isso fosse aqui dito, de uma forma ainda que indirecta mas tão clara, pelo Sr. Deputado Vital Moreira!

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O Sr. Deputado Santana Lopes, porventura por ser um neófito nestas lides, confundiu nitidamente as coisas. Na verdade, depois de reconhecer que eu não falei como constitucionalista, pretendeu dar lições de direito constitucional, as quais, devo dizer, dispenso.

Quanto às omissões dos Deputados constituintes, agora que está cá um Deputado providencial em matéria constitucional, espero que depois da revisão constitucional, com a colaboração do Sr. Deputado Santana Lopes, deixe de haver omissões constitucionais...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Reconhece que as há!

O Orador: — Certamente que há!

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — E haverá sempre!

**O Orador:** — Com certeza que haverá sempre em todas as Constituições. Isso só não cabe na cabeça dos vossos candidatos a superconstitucionalistas..

*Risos do PCP.*

Mas é lá com eles, coitados. Também não podem chegar a mais, tão novos. Com o tempo, lá chegarão.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Tinha obrigação de entender melhor o que os outros dizem...

**O Orador:** — Quanto ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo, que interveio como Deputado, e não como advogado ou jurista, vale a pena responder em termos políticos.

Creio que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, obviamente, tem toda a liberdade de intervir a propósito de por tudo e por nada, candidatando-se porventura a um lugar no próximo Governo quando for então o Governo a contar com troços cronometrados... Aliás, acho que merece, caramba!...

*Risos do PS, do PCP, do MDP/CDE, da ASDI e da UEDS.*

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Essa já é velha!

**O Orador:** — E depois de já ter dado as provas que deu em anteriores Governos, e aqui com notável zelo e vigor, da forma com que defende as posições da AD, quanto mais não seja premiando a fidelidade, deve ter, pelo menos, direito a uma secretaria de Estado...

*Risos do PS, do PCP, do MDP/CDE, da ASDI e da UEDS.*

Eu não imputei quaisquer projectos malévolos ao Governo. Não creio que seja malévolos que o Governo, em vez de se assumir como Governo pleno de legislatura, continue a assumir-se, por mais algum tempo, como mero comité eleitoral. Aliás, segundo o princípio, segundo o caso, as equipas que ganham não devem ser mexidas e devem continuar exactamente com a mesma táctica e com a mesma estratégia. Isto não é imputar qualquer objectivo malévolos, é descortinar e revelar aquilo que o Governo, por razões políticas óbvias que não têm nada a ver com a malevolência nem com propósitos sinistros, não quer, obviamente, revelar. É que ele não se quer assumir como Governo pleno de legislatura exactamente porque tem de continuar a funcionar apenas como comité eleitoral, como dispensador de benesses sociais, se tal for necessário, porventura tendo até de forjar uma proposta de orçamento a aproveitar antes do dia 7 de Dezembro para dar a entender às pessoas que ainda vai haver mais diminuições de impostos, mais aumentos de reformas ou mais outras coisas, enfim, aquilo que o Governo conseguiu, com mestria impressionante — há que reconhecerlo —, fazer durante estes meses.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Está muito encomiástico para o Governo.

**O Orador:** — Quanto à questão da informação, creio, Sr. Deputado, que hoje esta questão pode resumir-se numa célebre frase do tal ministro da propaganda, Proença de Carvalho — a frase foi minha, mas depois foi apropriada pelo Primeiro-Ministro, Sá Carneiro, numa sua célebre intervenção aqui profida em relação ao Dr. Proença de Carvalho. Pode, pois, resumir-se nesta lógica: as eleições que deram a vitória à AD têm de legitimar que profissionais ou não profissionais sejam gratificados pela sua fidelidade aos partidos que agora ganharam.

Ninguém pode discutir a fidelidade e o zelo partidário da Sr. Margarida Marante — com não muita inteligência, com menos sagacidade, isso poderá discutir-se. E esta é hoje a imagem da RTP, da RDP, a imagem da informação AD, a imagem da gratificação política dos profissionais, outros nem sequer profissionais, em prejuízo de tudo e de qualquer projecto pluralista e isento de informação minimamente objectiva.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — É igual aos do PCP!

**O Sr. Magalhães Mota (ASDI):** — Aí está uma afirmação que merece ficar registada!

**O Orador:** — Em relação ao candidato presidencial da AD, creio que o Sr. Deputado Santana Lopes, com a ingenuidade que dá o facto de ser uma primeira intervenção, provavelmente nervosa, disse uma coisa que é essencial: é que o candidato da AD é muito claro. Pois é. Como poderia ser mais claro um sujeito que foi chefe do governo colonial de Angola, que se autonomeou presidente de uma comissão de censura, que quando pronuncia a palavra «democracia» fá-lo com tanto enfado como um familiar do Santo Ofício pronunciaria a palavra «tolerância religiosa», ou como o Sr. D. Miguel pronunciaria a palavra «liberal», ou como o Sr. Paiva Couceiro pronunciaria a palavra «república». Esse mesmo enfado, que é um enfado histórico de todos aqueles que de facto são constrangidos a pronunciarem-se perante valores que não são os seus, em que se sentem como em leitos de Procrustes nitidamente forçados! É de facto um enfado a incapacidade com que o candidato da AD se vê a pronunciar a palavra «democracia». Mais claro não pode ser.

E ao contrário das afirmações do Sr. Deputado Amândio de Azevedo, creio que ninguém com o mínimo de vontade de que se mantenha em Portugal um mínimo de possibilidade de troca e de coesão social pode porventura desejar a eleição do general Soares Carneiro, porque ninguém quer chefes de censura ou chefes de governos coloniais à frente da Presidência da República do nosso país.

E sobre isto não há operações de maquilhagem política, por mais esforços que sejam feitos. Tal como a AD não consegue, através de próteses de estética política, esconder que o seu projecto é uma mistura mais ou menos sintetizada de um neomarcelismo seródio com um não menos seródio neo-salazarismo, é óbvio que também não pode maquilhar a face política do seu candidato presidencial, de modo a torná-lo aquilo que ele nunca foi, não será e, sobretudo, não quer ser, isto é, fiel ao regime democrático-constitucional e ao 25 de Abril.

Mais claro do que isto não poderia ser. E esta moção de confiança tem, pelo menos, esta virtualidade: é tornar isso muito claro e de que o projecto da AD não pode ser realizado cabalmente sem um candidato presidencial dessa natureza, isto é, sem um símbolo autêntico do anti-25 de Abril no vértice do poder político da República Portuguesa.

*Aplausos do PCP, do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Santana Lopes.

**O Sr. Santana Lopes (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra apenas para, em relação à intervenção do Sr. Deputado Vital Moreira, esclarecer a razão porque tive a ousadia de lhe colocar uma questão.

Sei que sou estreante nas lides parlamentares, sei que o Sr. Deputado Vital Moreira já é idoso e que é talvez um dos «padrinhos» desta Assembleia a quem eu deveria pedir a bênção para poder prosseguir nas minhas intervenções, mas devo dizer-lhe desde já que não a peço.

Devo ainda acrescentar que julgava que nesta Assembleia, independentemente da idade, independentemente de se ser estreante ou não, todos os Deputados tinham o direito de ver respondidas as perguntas que colocavam. Aliás, também comprehendo um seu certo desprezo para com os «novos»: é que esse deve ser resultante do desprezo com que, talvez por ser novo, é tratado no seio do seu partido, pelo menos é o que parece ...

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

Mas mesmo sendo novo, Sr. Deputado, e já que se falou tanto de cortesia aquando da intervenção de um Sr. Deputado do CDS, espero que, qualquer que venha a ser o tempo que esteja nesta Assembleia eu não venha a ganhar centos vícios de falta de cortesia, como é o de falar para a Câmara de mãos nos bolsos ali da tribuna.

*Aplausos de alguns Deputados do PSD.*

**Uma voz do PCP:** — Isso tem que ir para o Regimento ...

*Risos do PCP e do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Amândio de Azevedo, para que efeito pretende usar da palavra?

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — É para fazer um protesto, Sr. Presidente, mas não sei se o Sr. Deputado Vital Moreira quer responder primeiro ao Sr. Deputado Santana Lopes. Se assim for, não me importo de esperar.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Pode fazer já o protesto, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Tem então V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu protesto, em primeiro lugar, porque não considero legítimo que num debate político se responda com «gracinhas» de carácter pessoal, que ainda por cima têm a pecha de não serem originais...

Parece que o Sr. Deputado Vital Moreira pretende começar a seguir o exemplo dos mais «velhos», talvez isso lhe possa ser conveniente no seu partido — esta é a mesma observação feita pelo Sr. Deputado Veiga de Oliveira no ano passado. Mas eu quero dizer uma vez mais ao Sr. Deputado que estou num partido político que me legitima plenamente a aspiração de ser membro do Governo — aliás já o fui — e até de ser ministro, ...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Ministro não, Secretário de Estado.

**O Orador:** — ... porque é um partido que está no Poder e que tem capacidade para lá estar, coisa que não acontece com o Partido Comunista, pois o Sr. Deputado Vital Moreira, para sua infelicidade e do seu partido, não pode aspirar a mais do que ser membro do Comité Central do PCP — e pelos vistos a coisa está tremendamente difícil, ...

*Risos do PCP.*

... e mesmo para isso tem de dar provas de muita fidelidade, que é o que está a aconselhar aos outros, que não precisam desses caminhos para alcançar os seus objectivos.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Isso é provocação.

**O Orador:** — Fique sabendo que no PSD não é necessário dar provas de fidelidade para ascender a cargos importantes do partido. De resto, o Sr. Deputado Vital Moreira, como político que é, tem a obrigação estrita de analisar um pouco a vida do Partido Social Democrata e de ver que muitas pessoas ascenderam a cargos cimeiros do partido sem terem grande experiência e sem terem dado provas de grande fidelidade. No fundo, trata-se de um partido onde não é preciso fazer a «tarimba», que, pelos vistos, é tão necessária no Partido Comunista Português.

**A Sr.<sup>a</sup> Ercília Talhadas (PCP):** — O senhor é um provocador.

**O Orador:** — Em segundo lugar, pretendo fazer um protesto pelo facto de o Sr. Deputado Vital Moreira, acusando o Governo de ser um comité eleitoral do Sr. General Soares Carneiro, utilizar um debate, que não devia ser destinado a isso, para fazer aqui críticas injústas, para uma vez mais fazer calúnias insolentes contra uma pessoa que deve merecer o respeito de todos nós e que, estou disso convencido, em breve ocupará o mais alto cargo da nossa Nação.

**Vozes do PCP:** — Era só o que faltava!...

**O Orador:** — E quero lembrar ao Sr. Deputado Vital Moreira que ao menos a consideração que lhe merece, os encómios e os elogios que tem dirigido ao

Conselho da Revolução o deviam privar de fazer comentários dessa natureza.

Então o Conselho da Revolução agora, depois do 25 de Abril, anda a promover a brigadeiro e a general pessoas com as qualificações que V. Ex.<sup>a</sup> atribui ao Sr. General Soares Carneiro? Como é que é isso? Então o Conselho da Revolução, que é um órgão que não tem outra razão de existir se não a de estar muito atento aos desvios que possam surgir no processo democrático — não vá alguém contrário à democracia ocupar a mínima parcela do Poder —, engana-se assim tão redondamente em relação a alguém que devia conhecer, promovendo-o a brigadeiro e, depois, a general?

Então o general Soares Carneiro é culpado por ter sido distinguido com convites que normalmente só são dirigidos a pessoas com alta capacidade para desempenhar postos na governação portuguesa e na Administração Pública.

Sr. Deputado Vital Moreira, é necessário ter um mínimo, uma coisa ligeiríssima que seja, de respeito pelos outros ...

*Risos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> Ercília Talhadas (PCP): — Pelos fascistas, não!

O Orador: — ... porque mesmo quem está habituado a que saia da boca do Partido Comunista tudo o que é de calúnia e de injúria por vezes acaba por chegar à conclusão de que há limites para tudo e que não estamos obrigados a assistir aqui a manifestações tão claras de falta de cortesia.

Não seria necessário referir uma vez mais, mas devo dizer-lhe que surpreendente seria que da bancada do Partido Comunista surgissem elogios para a Aliança Democrática. Ninguém tem dúvidas de qual é o projecto do Partido Comunista: trata-se de um projecto antidemocrático, já o demonstrou, e eu, particularmente, devo dizer-lhe que não me sinto em grandes dificuldades quando me dirigem críticas e acusações como aquelas que dirigiu o Sr. Deputado Vital Moreira, e se não estivesse em causa o alertar certas pessoas que fossem porventura ser enganadas porque o Partido Comunista não pretende fazer neste País outra coisa senão enganar as pessoas, já que não se apresenta com a sua verdadeira face, ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Nem com a foice e o martelo!

O Orador: — ... porque tenta sempre vestir a pele de cordeiro, quando afinal de contas os seus objectivos são conhecidos de toda a gente ..., a minha intervenção, se não fosse esse motivo, nem teria razão de ser.

Todos nós já sabemos o que é o Partido Comunista: um partido dos mais estalinistas que existem no mundo actual, que não tolera as liberdades para ninguém, que tentou, e digo-o novamente, instaurar neste país uma nova ditadura, que provocou violências de toda a ordem contra muitas pessoas que estão aqui dentro, contra mim próprio, promovendo cercos a esta Assembleia, dizendo que jamais haveria em Portugal um regime parlamentar ...

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

*Risos do PCP.*

É necessário, Sr. Deputado, para usar a sua linguagem, ter muito «descoco» para dirigir afirmações e calúnias como as que V. Ex.<sup>a</sup> dirige a esta bancada.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder, Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, não tenho muito tempo para o fazer, mas não quero deixar de responder a todas as observações que me foram feitas.

Assim, relativamente ao Sr. Deputado Santana Lopes, depois da lição de Direito Constitucional Comparado, fico à espera do «Manual de Boas Maneiras».

*Risos do PCP.*

Em todo o caso sempre lhe digo que estou aqui há cinco anos e o Sr. Deputado não é por ser novo de idade, mas sim por ser já tão velho é que já perdeu a capacidade de aprender ...

Em relação à questão ministerial, Sr. Deputado Amândio de Azevedo, se eu quisesse ser ministro seria o «videirinho» político que não há nesta bancada. Infelizmente há noutras, mas na minha não. E, repito, se quisesse sé-lo, eu seria esse «videirinho» político.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Enganou-se. Julgava que era por aí que lá chegava.

O Orador: — Se quisesse sé-lo não estaria aqui, é o que eu quero dizer, Sr. Deputado.

Quanto às calúnias a Soares Carneiro, será que é mentira que ele foi o chefe do governo colonial de Angola? Será que ele se autonomeou chefe da censura de Timor? Isso é calúnia? Isso vai ser desmentido? Vai ser provado que o *Boletim Oficial de Timor* era mentira, que a sua nomeação era mentirosa, que os seus ares são mentirosos.

Oh, Sr. Deputado, as actuações estão aí, estão publicadas, são públicas, e eu não creio que, havendo regras para promoção a general e sendo os critérios determinados critérios de capacidade militar, que o facto de o general Soares Carneiro ser porventura capacitado para general tenha alguma coisa a ver com o facto de ele não ter sido o que foi, isto é, chefe do governo colonial de Angola e chefe de censura, e que o facto de ter capacidade para general lhe dê imediatamente capacidade para ser Presidente da República. Ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo só lhe faltou dizer «o venerando Chefe de Estado» para que eu voltasse a ouvir a velha lengalenga de outros tempos.

Mas, no meio disto tudo e depois de ouvir o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, fico com esta coisa a bulir-me na ideia: é que eu não supunha que a minha intervenção pudesse esvumbar tão fundo nas intenções políticas com que o Governo AD aqui apareceu.

A zanga, a verdadeira chama de fundo que veio do Sr. Deputado Amândio de Azevedo prova que de facto foi posto o dedo no sítio certo e que na realidade o que está em causa neste debate é aquilo que, por forma um bocado sintética, pus na minha intervenção.

O Sr. Deputado Amândio de Azevedo costuma ser um bom catavento destas coisas, e quando as inter-

venções vão ao cerne das coisas é que ele assume a sua cor terrosa, a sua «vis» de zanga, procura no dicionário político as palavras mais profundas e mais nobres e esgrime contra o projecto totalitário do PCP a sua *cassette* nobre, a sua *cassette* n.º 1.

Depois disto, estão de parabéns, Sr. Deputado. Obrigado pela homenagem.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso da palavra apenas para declarar formalmente que aquilo que o Sr. Deputado Vital Moreira declara como factos incontrovertíveis não são incontrovertíveis coisa nenhuma, não correspondem de maneira nenhuma à realidade.

O Sr. General Soares Carneiro não foi chefe do governo de Angola. As missões que cumpriu, tanto quanto sei, cumpriu-as no quadro das suas funções militares e depois do 25 de Abril foram-lhe confiadas essas funções no quadro da construção da nossa democracia.

*Risos do PCP.*

Portanto, Sr. Deputado Vital Moreira, eu não queria que V. Ex.<sup>a</sup> interpretasse o meu silêncio como concordância com as suas palavras, que, mesmo quando têm a aparência de verdade são, de maneira geral, as mais redondas mentiras.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É deliciosa essa apariência de verdade.

Uma voz do PCP: — Ele não foi chefe, mas foi secretário-geral.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, parece-me poder afirmar com segurança que ontem se estabeleceu consenso entre os grupos parlamentares no sentido de esta sessão ser prolongada para além da hora normal e regimental do termo dos trabalhos. Assim sendo, às 20 horas suspenderei os trabalhos para os retomarmos depois de jantar.

Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Já toda a gente compreendeu que o Governo não veio aqui com o intuito de se legitimar perante a sua própria maioria; veio aqui com o propósito de ajudar a campanha do seu candidato presidencial.

Acresce que não se sabe para que governo é que se solicita a confiança; se é para este, se é para o que, segundo consta, vai sair de uma próxima remodelação. Os Deputados da maioria estarão com certeza mais interessados do que eu em saber de que governo se trata, já que, pelo que me respeita, não tenho dúvidas de que com esta ou outra composição a política será a mesma, e essa é que é má, independentemente das pessoas.

Seja como for, o certo é que, com esta atitude, tão ao arrepio do que é prática normal em países democráticos, o Governo está a desqualificar as próprias eleições legislativas donde retira a sua legi-

timidade; está a pôr em causa o equilíbrio de poderes, base essencial da democracia; está a desvirtuar e, portanto, a desvalorizar o papel da Assembleia da República no actual quadro constitucional; está, numa palavra, a desprestigiar-se a si próprio.

Como órgão de soberania, como poder executivo que é, deveria o Governo ser o primeiro interessado em alicerçar a sua legitimidade constitucional no funcionamento pleno, harmónico e equilibrado dos diferentes órgãos de soberania. Parece, no entanto, que o Governo preferiu optar pela continuação do confronto institucional, parte integrante da estratégia de mudança de regime, numa óptica de unificação do poder e de concentração de poderes.

Dai a nossa desconfiança em relação a esta moção de confiança.

Dai, também, a nossa desconfiança total em relação ao projecto totalizante da AD.

Dai, ainda, que o nosso papel não possa equiparar-se ao de qualquer oposição em países de regime estável e democracia consolidada. É bem mais ingrato e difícil, mas, também, mais necessário.

Perante uma maioria, um governo e um candidato, que têm, no seu conjunto, uma estratégia global anti-regime, cabe-nos a nós, como principal força da oposição, assumir o regime e a defesa das instituições de que todos retiramos a legitimidade e a autenticidade democráticas.

É o que faremos, dentro e fora desta Assembleia, como oposição frontal e global à estratégia da AD, do seu Governo e do seu candidato.

Não se estranhará, por certo, esta oposição, já que o projecto do Governo se inspira numa filosofia, em concepções e interesses de classes contrários aos que defendemos.

Partidários da democracia política, tendo lutado, mais do que quaisquer outros, para que ela fosse possível em Portugal, entendemos, no entanto, que a democracia é tanto mais autêntica quanto mais avançado for o seu conteúdo social, quanto maior for o peso que nela adquiram as classes trabalhadoras, numa perspectiva de caminhada gradual e pacífica para um sociedade socialista.

Outra, muito outra, é a concepção do Governo, que pretende conservar as formas e mudar o conteúdo, a favor da hegemonia de um bloco conservador e capitalista, quebrando a dinâmica progressista do projecto democrático consagrado na Constituição e comprometendo a possibilidade histórica de uma via de desenvolvimento que poderia evitar ao nosso país a importação da grande desordem económica internacional.

Com efeito, a actual crise mundial não é já uma das crises conjunturais e cíclicas do capitalismo, mas uma crise sem precedentes, que tem de ser vista como uma crise de estrutura e de um certo modelo de crescimento.

Reconhecem-no alguns dos próprios dirigentes conservadores europeus. Recordo, por exemplo, o ministro francês Alain Perefitte, quando há tempos dizia, em Estrasburgo, que a Europa estava a descobrir que a sociedade de consumo era mortal.

Perante a gravidade de uma tal crise, caracterizada pelo aumento dos preços das matérias-primas, pela ausência de uma alternativa para o problema da

energia, pela industrialização de países em vias de desenvolvimento e a consequente perda de mercados, pela incapacidade de dominar os fenómenos monetários, pela inflação, pelo desemprego e o aumento constante do custo de vida, o problema já não se põe como no pós-guerra, em termos de desenvolvimento quantitativo, mas sim em termos de ordem qualitativa: o que produzir, como, para quê e para quem. O que significa que a superação da crise coloca na ordem do dia a necessidade de um novo modelo de crescimento.

É evidente que nas economias débeis e nas sociedades em transição como a nossa a crise reveste aspectos suplementares, particularmente graves.

Mas é também em países como o nosso que é possível ensaiar respostas novas para uma crise de tipo novo.

Ora, a democracia foi institucionalizada em Portugal na base de uma nova estrutura sócio-económica, que, impedindo a reconstituição dos grandes grupos económicos, tornaria possível um modelo de desenvolvimento controlado pelo poder democrático e orientado para a realização de fins sociais e nacionais. Ou seja: criaram-se condições que tornariam possível uma via própria, original e portuguesa, para um novo modelo de crescimento numa perspectiva antimonopolista e de construção de uma democracia avançada, no plano político, económico e social.

É este projecto, que é um verdadeiro projecto nacional de liberdade e justiça, que a AD pretende pôr em causa, sacrificando a interesses de classe minoritários os interesses do País e da maioria da população.

As soluções capitalistas, puras e duras, que são aquelas para que apontam a AD e o seu Governo, não só não resolverão os problemas nacionais como irão agudizar os efeitos da crise mundial no nosso país, com a agravante de, nas condições concretas portuguesas, revestirem uma lógica restauracionista e autoritária.

A um projecto próprio, original e português, a AD prefere a cópia de um modelo alheio: o modelo ultracapitalista dos conservadores europeus mais retrógrados e reaccionários.

Não se trata, como afirma a AD, de libertar a iniciativa sufocada pelo Estado ou por um pretenso colete de forças colectivista. Trata-se, sim, de restaurar um capitalismo incontrolado e descontrolado, com a sua lógica própria, que é a lógica da maximização do lucro, da exploração, da injustiça, da discriminação de classe, política, económica, social e cultural. Trata-se de refazer, em todos os planos e a todos os níveis, uma hegemonia de classe, um estado de classe, uma economia de classe, uma cultura de classe.

**O Sr. Amândio de Azevedo (PSD):** — Isso é marxismo.

**O Orador:** — É desta perspectiva que decorre a actuação da AD, a política do seu Governo, o apoio ao seu candidato. É nela que se inspiram as políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas da informação, da cultura, da defesa e dos Negócios Estrangeiros.

Alguns ex-marxistas, situados hoje na ala direita da AD, leitores atentos de Althusser, entendem,

como este autor, que «nenhuma classe pode duravelmente deter o poder do Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos aparelhos ideológicos do Estado».

Ou seja: os estrategas da AD pensam, como Althusser, que, para poderem agir por leis e decretos no chamado aparelho repressivo do Estado, têm que assegurar a ideologia dominante nos chamados aparelhos ideológicos do Estado.

E isso o que explica o controlo e a manipulação dos meios de comunicação social, controlo tão despudorado e manipulação tão vergonhosa, que começam a suscitar a indignação e o protesto mesmo em sectores afectos à AD.

E isso, também, o que explica o «miguelismo cultural» praticado por um curioso que se arvorou em caceteiro das Letras e ditador das Artes e parece sofrer de tentações «pinamaniqueístas», o que o leva a ver em cada grupo de teatro uma associação de malfeiteiros e em cada criador um pedreiro livre.

#### *Aplausos do PS.*

Cumpre-me aqui saudar a recente e notável intervenção de David Mourão Ferreira, que não pode ser suspeito de esquerdismo e que teve a coragem, o desassombro e a dignidade intelectual de pôr os pontos nos i's nesta matéria.

Mas não admira que as coisas se passem deste modo no domínio da cultura. Há, em Portugal, uma certa direita culturalmente pré-histórica. Ela não é só antiabridista e anti-socialista; é anti-republicana e antiliberal, está contra a Revolução francesa de 1789, sonha com a restauração e, talvez, até com D. Sebastião. É uma direita sentimentalmente sebastianista, ideologicamente miguelista e envergonhadamente salazarista. É ela que está presente naquilo e que David Mourão Ferreira chamou «o legislativo furor winterino» do Secretário de Estado da Cultura.

#### *Vozes do PS: — Muito bem!*

**O Orador:** — Mais do que nunca é necessário que a esquerda democrática e socialista tome a ofensiva no plano cultural, através de um projecto que se inspire na tradição progressista de uma atitude mental que António Sérgio situa no espírito quinhentista, o espírito do renascimento português, destruidor de mitos e de dogmas, expressão de uma consciência crítica e experimental, profundamente livre e criadora. E nessa linha de pensamento, retomada através dos tempos por homens como Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo, Verney, Herculano, Garrett, Eça, Antero e, mais perto de nós, António Sérgio e Jaime Cortesão, que se deve inspirar um projecto cultural, português e socialista, atento às novas realidades e capaz de abordar também alguns problemas considerados tabus, como o da energia nuclear, o do ambiente e o da droga, etc.

A construção de uma alternativa de esquerda passa, sem dúvida, por uma ofensiva no plano cultural capaz de operar aquela reforma de mentalidade do que tanto falou António Sérgio.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Profundamente preocupantes são também os impetos guerreiros do Minis-

tro da Defesa, cujas declarações acerca da eventual instalação de armamento nuclear em território português suscitam as maiores interrogações sobre a filosofia do Governo em matéria de defesa, segurança e independência nacional.

Interrogações e preocupações que se levantam igualmente a respeito de uma política externa marcada por um espírito cruzadista e pelo alinhamento ideológico, já que a tão apregoada política pró-europeia e pró-occidental se tem traduzido em atitudes de seguimento em relação às posições mais inquietantes dos falcões europeus e americanos.

Em nosso entender, a política externa, sem quebra dos compromissos e alianças do nosso país, deverá ter a preocupação de prosseguir objectivos nacionais e de ser, antes de tudo e acima de tudo, uma política pró-portuguesa.

Pela nossa parte, como ainda recentemente declarou Mário Soares, continuaremos a defender uma política de diálogo e desanuviamento, como sendo aquela que melhor serve a causa da paz, da liberdade e da cooperação entre os povos.

Enfim, as políticas sectoriais do Governo são políticas que se inspiram na mesma filosofia e no mesmo propósito: refazer a hegemonia da velha classe dominante, restaurar em Portugal o capitalismo puro e duro, com todo o seu conteúdo de injustiças, privilégios, exploração, autoritarismo, sujeição dos interesses nacionais a estratégias alheias ao nosso país.

Por isso o nosso voto contra o nosso não global à política da AD e do seu Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não nos assusta a oposição, estamos habituados a ela. Seremos partido de oposição, sem ilusões, mas também sem contemplações.

Na luta pelo socialismo democrático há períodos de maré alta e períodos de maré baixa. E nestes, precisamente, que a reflexão, o combate ideológico e o reacender da chama adquirem mais importância. Não se trata de iludir a realidade por uma operação incautatória. Trata-se de lhe fazer frente, com determinação, rigor, sentido das responsabilidades, e, também, aquela parte de sonho, sem o qual não há perspectiva histórica e a política perde todo o sentido de grandeza moral e tensão mobilizadora.

Sabemos que a direita considera que o socialismo democrático é um projecto utópico.

Recordarei que a utopia é um dos grandes motores da História. Recordarei que das descobertas marítimas à chegada do homem à Lua, da máquina a vapor às mais recentes conquistas da ciência, os grandes saltos em frente na história do progresso têm sido a concretização de outras tantas utopias.

A grande diferença entre nós e a direita é precisamente essa: o homem de esquerda é o que acredita que é possível ir onde nunca se foi, é o que acredita que é possível vencer a injustiça, a exploração, a desigualdade.

O sonho é da esquerda. Da esquerda é a esperança, a rebeldia, o inconformismo.

Se me é permitido citar um poeta para falar de política, citarei estes versos de Sofia Mello Breyner:

Nestes últimos tempos é certo a esquerda fez erros  
Mas que diremos da longa tentadora e penosa  
Degradação das coisas que a direita pratica?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Direi, a terminar, que da esquerda é a capacidade de reconhecer e corrigir os erros.

Da esquerda, ainda, é a coragem de dizer não, de resistir, de lutar contra a degradação das coisas.

A credibilidade da esquerda não se mede segundo os critérios culturais da direita.

Nós, socialistas, não aspiramos a outra credibilidade que não seja a que fomos capazes de merecer pela nossa oposição, pelo nosso combate, pela afirmação da nossa identidade, pela nossa coerência e pela nossa fidelidade ao 25 de Abril e aos valores que são os nossos: os valores da liberdade, da democracia e do socialismo.

#### *Aplausos do PS.*

○ Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — O Sr. Deputado Manuel Alegre veio aqui fazer uma dissertação sobre confronto institucional e sobre aquilo que ele entendeu acusar a Aliança Democrática de pretensão de chegar à unificação de poderes: Governo, Assembleia, Presidente, e não sei que mais, aliás, na linha daquilo que o Sr. Deputado Vital Moreira disse na intervenção anterior.

É curioso quando isto provém da bancada do Partido Socialista e, embora já muitas vezes se tenha falado neste aspecto, nunca será de mais deixá-lo suficientemente claro: foi o Partido Socialista ou a FRS — como preferirem — que antes de qualquer outra força política saiu a público com a famosa tese da maioria, um Governo, um Presidente. A primeira conclusão é clara: aquilo que para a FRS era positivo, salutar e indispensável se ela conseguisse chegar ao Poder — e até em termos utópicos se eventualmente tivesse atingido a maioria —, para a Aliança Democrática é criminoso e totalitário. Conclusão simples mas que, na verdade, atesta bem e confirma donde vem uma tal conclusão.

Por outro lado, também convém que fique claro que esta encenação que se procura fazer, de que ter uma perspectiva política dos próximos anos e até do futuro de Portugal no sentido de que são precisas determinadas medidas e uma determinada evolução, o facto de o candidato general Soares Carneiro dizer que vai colaborar com o Governo e, por outro lado, o facto de o Governo dizer que vai colaborar com o Presidente da República, coincide também, no dizer do Sr. Deputado Manuel Alegre, com uma tentativa totalitária, fascizante, etc.

#### *Risos do PS.*

É evidente que a Aliança Democrática já por várias vezes teve oportunidade de se pronunciar sobre o logro em que estas forças políticas tendem a induzir os Portugueses, e, Sr. Deputado, não tenha dúvida de que por mais que o senhor fale e apregoe a sua lógica que não é lógica nenhuma, os Portugueses não o acreditarão e não o seguirão.

Em termos mais profundos, o Sr. Deputado fez um discurso pleno de teoria marxista, um discurso desligado da realidade deste país, um discurso daqueles que se fizeram aqui há alguns anos atrás quando

a democracia ainda estava longe e estávamos em pleno processo revolucionário. E isto só atesta que se em termos económicos e sociais a Revolução ainda tem os seus gérmens que é preciso abolir para chegar à democracia plena, então também no espírito de muito boa gente e até no espírito de alguns Deputados a Revolução continua.

Também diria que não é o Partido Socialista que tem legitimidade para falar em justiça; o PS não deu mais nada a ninguém durante a sua gestão de Governo; o PS pretendeu distribuir aquilo que não havia, pretendeu distribuir a pobreza que foi criando através de uma perspectiva social que não era correcta. E quanto ao capitalismo parece-me que, tal como o Partido Comunista, aquilo que o Sr. Deputado Manuel Alegre apelida de capitalismo é, nem mais nem menos, do que a tentativa da Aliança Democrática de pôr fim à degradação social e económica que se procurou fazer ao tecido português depois do 25 de Abril. Isto é, para além da reconversão do que havia, para além do domínio do político sobre o económico, mais do que isso, o que esteve em causa foi uma distribuição de todo o tecido económico e social português.

Sr. Deputado Manuel Alegre, quero dizer-lhe que concordo com o Sr. Deputado quando diz que muito há a fazer, mas não é com o seu projecto, nem com a sua perspectiva social, nem com a sua perspectiva de futuro que Portugal entrará na Europa e que as suas preocupações de justiça se concretizarão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Manuel Alegre na intervenção que acabou de produzir procurou identificar o Governo da AD com um certo tipo de capitalismo selvagem.

Reconheço que o Sr. Deputado Manuel Alegre naturalmente não é um especialista de economia e não o critico por isso.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Nem é preciso!

O Sr. João Morgado (CDS): — Do que ele sabe é de poesia!

O Orador: — Portanto, gostaria de fazer algumas previsões nesse aspecto e também de salientar uma ou outra contradição.

É que, de facto, o Partido Socialista — salvo erro pela voz do seu secretário-geral Dr. Mário Soares —, há algum tempo atrás salientava, creio que na televisão, que gostaria de ver qual era a reacção dos empresários à política seguida pela AD, isto considerando que a política seguida pela Aliança Democrática em matéria de Governo era muito mais penalizante para os empresários do que aquela que tinha seguido o Partido Socialista. E neste aspecto o Dr. Mário Soares tinha razão porque, de facto, se algum Governo penalizou de certa forma os empresários portugueses, foi o da Aliança Democrática em proveito da redução da inflação e da melhoria das condições de vida dos Portugueses.

E, na realidade, o que aconteceu é que nunca houve um capitalismo tão confortável neste país como

quando, efectivamente, o Partido Socialista estabeleceu um tecto salarial. E sabendo-se que à partida a posição mais difícil no que respeita às relações laborais é a da discussão das remunerações ao nível da contratação colectiva de trabalho, é natural que ao estabelecer um tecto salarial se tivesse estabelecido um extraordinário conforto, nessa altura, para os empresários deste país.

Contudo, ainda queria dizer que o período que conheço da minha experiência profissional ligada aos meios empresariais de capitalismo mais desenfreado, mais imoral e mais especulativo foi, efectivamente, o período de Vasco Gonçalves depois do 25 de Abril.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre para responder.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou começar por me dirigir ao Sr. Deputado José Vitorino, a quem devo dizer que fiquei um tanto atónito porque me deu a impressão de que o Sr. Deputado se estava a referir a uma outra intervenção que não a minha, mas mesmo assim vou responder-lhe.

Em primeiro lugar, não estamos aqui a discutir uma moção de confiança a um Governo da Frente Republicana Socialista, que infelizmente não se pode constituir, mas sim a moção de confiança colocada pelo Governo da AD.

Quanto à palavra de ordem «uma maioria, um Governo e um Presidente», é verdade que ela foi lançada mas foi-o numa perspectiva que não implicava a destruição do regime democrático tal como está consagrado na Constituição, enquanto que a AD e o seu candidato não ocultam — e estão no seu direito democrático de o fazer — que têm um projecto de revisão da Constituição que segundo a nossa leitura é, de facto, um projecto de destruição do que de mais substancial e fundamental existe na Constituição, um projecto de revisão por via inconstitucional — se tanto for necessário —, dado que uma das bases da candidatura do general Soares Carneiro é, como se sabe, a de ele admitir o referendo.

Quanto ao problema da teoria marxista, Sr. Deputado, gostaria de perguntar se entende que é proibido ser marxista em Portugal. É que, de facto, no tempo do regime salazarista era proibido e já nessa altura havia marxistas — pagaram alguma coisa por isso e estão dispostos a continuar a sê-lo.

Quanto ao Sr. Deputado Luís Barbosa, agradeço os seus esclarecimentos, de facto não sou um especialista da economia mas recordo-lhe o que a esse respeito dizia Churchill, ressalvadas, evidentemente, as devidas proporções: Churchill dizia que não sabia nada de economia mas que sabia o suficiente para demitir o director do Banco de Inglaterra. De facto, eu também sei muito pouco de economia mas o suficiente para, se pudesse, demitir os Ministros das pastas económicas do Governo da AD.

É um facto que o projecto da AD aponta, sob a designação de uma sociedade aberta e liberal, para um capitalismo sem freios, e esse capitalismo é um capitalismo selvagem. Aliás, penso que todo o capitalismo é selvagem porque a lógica própria do capitalismo é a da concentração, a da acumulação, é a de querer sempre mais com uma exploração cada

vez mais acentuada daqueles que não têm outra coisa senão a sua força de trabalho.

*Aplausos do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. José Vitorino (PSD): — É para dar um esclarecimento muito breve ao Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Obviamente que respeito os marxistas como todos os outros defensores de ideologias diversas, mas o que eu disse é que o discurso era teórico e estava desadaptado da realidade portuguesa. É preciso não confundir.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O esclarecimento foi notável!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o consenso que estava estabelecido e que me tinha chegado por informação — e admito perfeitamente que a inexactidão seja minha — não era no sentido de fazermos uma sessão nocturna com intervalo para jantar, mas sim no sentido de prorrogarmos sem intervalo a duração desta até às 22 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Armando de Oliveira para proceder à leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Armando de Oliveira (CDS):

### COMISSÃO EVENTUAL DE REGIMENTO E MANDATOS

#### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 20 de Novembro de 1980, pelas 14 horas e 30 minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de Deputados:

1 — Solicitadas pelo Partido do Centro Democrático Social:

Eugenio Maria Nunes Anacoreta Correia (círculo eleitoral do Porto), por Manuel Ferreira de Andrade. Esta substituição é pedida por um período de dois dias.

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro (círculo eleitoral de Lisboa), por Paulo de Oliveira Ascensão. Esta substituição é pedida por um período de dois dias.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a

sufrágio pelo aludido partido nos concorrentes círculos eleitorais.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, Jorge do Carmo da Silva Leite (PCP) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Jaime Simões Ramos (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Fernando José da Costa (PSD) — Armando dos Santos Lopes (PS) — António José Sanches Esteves (PS) — Maria José Sampaio (CDS) — Alberto Henriques Coimbra (CDS) — Armando de Oliveira (CDS) — Alvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Fernando de Almeida Sousa Marques (PCP) — Augusto Ferreira do Amaral (PPM) — Helena Cidade Moura (MDP) — Raúl de Castro (MDP) — Mário Tomé (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à votação do parecer da Comissão.

*Submetido à votação, foi aprovado com os votos de todos os partidos, a excepção da UDP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Adegas para uma intervenção.

O Sr. Mário Adegas (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Mau grado as vozes nervosas das oposições é consolador verificar que as instituições democráticas se alicerçam e que o País está no caminho certo da clarificação política, possibilitando a também necessária e indispensável clarificação da economia portuguesa, não apenas quanto ao sistema económico propriamente dito como, principalmente, nos aspectos essenciais do seu funcionamento.

E foi por isso consolador verificar que os paladinos de certo confusionismo institucional sobre a tutela indisfarçável e indesculpável de alguns órgãos de soberania se tivessem de conformar, na madrugada de 6 de Outubro passado, com uma derrota pesada mas muito merecida tanto mais quanto é certo que tiveram a insensatez e a irresponsabilidade de a provocarem junto do eleitorado, promovendo uma estratégia global totalmente marcada pela maleficência em elevado grau ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Orador: — ... acompanhada de algumas críticas apressadas, de hierarquização duvidosa, num programa de governo de última hora, tudo rodeado de uma total falta de credibilidade junto do eleitorado

pela nítida falta de qualidade do teor do discurso político de muitos dos seus intérpretes.

Se juntarmos a tudo isto a amalgama ideológica das suas diversas composições não nos podemos admirar — ninguém se admirou, salvo alguns mal informados analistas estrangeiros e os próprios e utópicos interessados — do sentido do veredito popular das eleições passadas.

Há pois que minorar a derrota e não seremos nós, conhecedores do funcionamento partidário, que vamos deixar de reconhecer a necessidade de se utilizar qualquer estratégia, nos limites do campo democrático, para que as oposições tentem disfarçar o que lhes aconteceu.

E como os trabalhos de preparação ideológica além de exigir, cada vez mais, um projecto coerente e exequível na própria década de 80, exige também uma militância activa e convicta não apenas nas palavras mas fundamentalmente nos actos dos seus agentes, que não tendo sequer, a nosso ver, sido capazmente iniciada por alguns dos nossos adversários, fácil é compreender que dada a escassez de tempo intereleições, apenas poderiam aproveitar o que já estivesse lançado ou disponível para a chamada vitória moral, que em muitas coisas e também na política pode às vezes servir para camuflar os reais problemas existentes, adiando a busca das soluções concretas e apropriadas.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Ora o sucedâneo existia, consubstancializado numa ainda numerosa camada de políticos quase profissionais, colocados em diversificadas actividades, em muitos casos exercidas por razões exclusivamente políticas que devido a razões de carácter e em muitos casos de notórias faltas de verticalidade, fizeram a inadiável e já indisfarçável opção de serem os protagonistas da política activa fora dos partidos ou de desejarem que os partidos sigam estratégias ou orientações espúrias ou possam, os próprios partidos, transformarem-se num pequeno grupo de pensadores (normalmente maus executores) de esquemas confusos, sobre a capa do novo chavão do consenso entre situações não convergentes ou mesmo incompatíveis quando, em democracia e em nosso entender, estes casos se devem resolver pelo acto mais simples e directo: negociação e acordos que abarquem os pontos comuns.

Mas estas diversas camadas de independentes tinham, ainda, duas razões acrescidas para lançarem ou participarem no actual projecto, quais sejam: a de possuírem uma tutela institucional (do Sr. Presidente da República) promovida e publicitada desde Fevereiro de 1980 por alguns conselheiros da Revolução; a de sentirem que se lhes deparava uma última oportunidade de andarem próximos do Poder que de outra forma jamais conseguiram, por falta de apoio popular globalmente significativo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Depois e até agora só lhes restava um caminho: seguir em frente ainda que, mesmo sem intenção preversa, à custa dos partidos e sempre, objectivamente, promovendo o confusionismo político-

nacional ou, pelo menos, retardando a necessária clarificação política.

Mas a clarificação política vai-se fazendo e é consolador verificar que todos hoje nos conhecemos melhor e estamos, pois, em condições de fazer ceder, de vez, epítetos que se aplicam ou endereçam com intenções menos honestas e permitir, isso sim, que cada um se assuma como entender no vasto leque de opções que a nossa jovem mas prometedora democracia nos possibilita.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos, com efeito, a caminho da clarificação. E ela torna-se indispensável em todos os sectores, com particular realce no campo da economia, onde se torna deseável aceitar que o sistema económico esteja em directa correspondência com a opção maioritária do povo português ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — ... e se percam as veleidades de sistemática utilização de orientações ou afirmações dogmáticas para lhe definir a caracterização e as regras de funcionamento.

Democrático é aceitar que o sistema seja gerido, sob a óptica do interesse nacional, por quem tenha recebido o correspondente mandato para exercer responsavelmente tal incumbência.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Menos democrático é tentar não reconhecer tal direito, perder o seu e o nosso tempo com afirmações de inalterabilidade (de tipo conservador) em vez de junto do eleitorado, olhos nos olhos, utilizando exemplos e comparações com modelos alternativos convincentes, convencerem os trabalhadores e os empresários de que os modelos que se deseja propor são melhores ... e aguardar! É o que as oposições têm de fazer durante os próximos quatro anos.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Quando o Governo solicita portanto a esta Assembleia da República um voto de confiança por virtude da sua nova composição e no início de uma nova legislatura em atitude correcta e para nós inteiramente justificável não se estranhará que o Grupo Parlamentar do PSD como maior partido da maioria e nacional lhe manifeste, com firmeza, o seu total apoio ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — ... não apenas, como costumo deixar sempre bem expresso, por razões de disciplina partidária e solidariedade política total mas, e em particular no campo económico, por reconhecermos o acerto da política económica seguida ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... aliás não fazendo mais do que ser porta-voz da generalizada opinião expressa pelo nosso eleitorado e da opinião não expressa mas sentida por

muitos milhares de votantes da área dos próprios adversários políticos.

O Governo, com efeito, começou por pretender clarificar o sistema económico e se a tarefa continua incompleta isso se deve à conhecida obstrução do Conselho da Revolução, não porque tal atitude sirva os interesses dos Portugueses mas sim porque as denominadas conquistas revolucionárias e respectivos avanços decretados em duas ou três sessões nocturnas, por encomenda do poder popular, não «podem» ser substituídos por esquemas consubstanciados em leis aprovadas nesta Assembleia que se pode auto-denominar, aqui com inteira razão, a verdadeira voz do povo politicamente organizada.

Mas os contratempos surgidos não impediram que o Governo apresentasse ao País e fizesse aplicar uma eficaz política económica que os nossos adversários minimizam e de que dizem não ter gostado mas que agradou aos Portugueses (basta ver o sentido das votações!), o que é caso para dizer que, também aqui, os gostos das oposições e de alguns analistas não coincidem com os da maioria do povo português.

E, por isso, os nossos adversários políticos ou trabalham para convencerem a maioria do povo português ou adaptam alguns conceitos e aperfeiçoam os seus modelos (ditos especiais) para poderem ser os exeutores, em real alternância democrática, dos interesses e simpatias dos trabalhadores e restantes agentes económicos.

Mas este pedido de um voto de confiança solicitado pelo Governo é também oportuno para relembrar e consolidar o processo político iniciado com a apresentação pública em 1979 de um então apenas programa eleitoral de governo.

É que depois disso a estabilização política em termos governamentais e de maioria parlamentar de apoio passou a usufruir de um estatuto de coisa normal e os alicerces para um autêntico progresso material dos Portugueses começaram a ser sentidos e a ter a credibilidade geral.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Não é este o momento de apreciar mais detalhadamente a situação da economia portuguesa e perspectivas para o próximo e os próximos quatro anos que aqui será, seguramente, analisada aquando da apreciação e votação das grandes opções do Plano a Médio Prazo e do Plano para 1981, neste momento em fase de finalização.

Será então altura de ver reafirmado o acerto da política anti-inflacionista do Governo, do carácter prioritário atribuído ao investimento e ao combate ao desemprego através de uma política integrada e da adopção de medidas selectivas apropriadas, para confirmar que a política económica deste Governo é e será prosseguida com eficácia e em sentido de globalidade e coerência a que nunca estivemos habituados.

E as oposições verificarão, então, que é um exagero falar de modelo liberal e conservador porque o que vai ter de combater, com dificuldade, é um modelo reformista em que a liberalização se destinará fundamentalmente a combater as actuais distorções do sistema económico que queremos apenas seme'hante aos sistemas predominantes na Europa moderna em que nos queremos, de facto, inserir dando plena sa-

tisfação a anteriores opções políticas que haviam merecido amplo consenso.

Como quer que seja, não queremos que restem dúvidas de que nós conhecemos, também, que a inflação só se combaterá com eficácia maior atacando as suas causas estruturais e que, nos investimentos, teremos de fazer opções claras e firmes visando a rápida melhoria de toda a nossa estrutura produtiva.

E sabemos também que em tudo isto a colaboração dos trabalhadores é essencial e que as boas soluções só o são se os legítimos direitos e mesmo interesses dos trabalhadores forem salvaguardados e melhorados.

Só que tudo isto faz parte dos nossos próprios princípios ideológicos e programáticos assumidos frontalmente e com os efeitos que as crescentes e continuadas melhorias de posições do reformismo social-democrata vêm sendo registados no movimento sindical.

Como, pois, soluções inadequadas?

Inadequado é pretender, como fazem as oposições, manter a iniciativa privada sob o ferrete de más e perversas intenções, com discriminação real em termos de algumas actuações concretas, em vez de lhes atribuir o apropriado e moderno enquadramento político, através do qual fique sempre assegurado o necessário e consensualmente aceite princípio do controle político sobre o mundo económico não para o tutelar, com ou sem falas mansas, mas para impedir excessos, desvios em prejuízos para o indispensável e harmónico desenvolvimento económico e social.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!**

**O Orador:** — E se os objectivos da política económica para 1980, marco essencial da boa actuação deste Governo, cuja moção de confiança estamos a discutir, com a prioridade dada à redução da inflação, ao aumento do poder de compra da população e ao relançamento do investimento, foram mesmo atingidos como é o caso, é trabalho perdido tentar desmentir a evidência dos factos e torna-se necessário e possível acreditar que os mesmos e novos objectivos voltem a ser atingidos no futuro.

Está neste caso, entre outras, a premente necessidade de fazer corresponder a um rápido crescimento do sector industrial ocorrido nos últimos anos um razoável crescimento no sector agrícola, até agora numa posição lamentável de quase estagnação.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Este Governo merece, pois, e amplamente uma posição favorável por parte da bancada social-democrata na votação da sua moção de confiança.

E julgamos, por isso, que pelo menos sob um ponto de vista de política económica e em especial dos alicerces e das expectativas favoráveis que imprimiu quer à situação económica geral quer através das orientações adoptadas na execução das diversas políticas específicas, se justifica e confirma o acerto das opções da maioria do povo português.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Só seria lamentável que na falta de alternativas qualificadas, salvo pela adopção do nosso modelo por parte das oposições sempre com o risco ou a certeza de ineficácia na sua aplicação concreta, se desejasse que a nossa situação económica se deteriorasse devido à crise internacional resultante do grande e incontrolável aumento do preço dos combustíveis e dos cereais.

Não tendo esta bancada qualquer dúvida quanto ao projecto político desejado pelos Portugueses, certamente que se compreenderá a facilidade com que apoiamos um Governo como este e, dentro do partido nos preocupemos a melhorar a actividade militante e correspondente coesão, como forma mais eficaz e já comprovada de resistir aos ventos e tempestades que uns tantos teimam — de fora dos partidos ou não aceitando o trabalho em equipa dentro deles — introduzir na nossa vida democrática.

E se em democracia as vitórias e derrotas devem ser aceites com humildade e realismo, nós podemos dizer, por parte do Partido Social-Democrata, que estamos a fazer o nosso melhor e que a nossa apreciação política do Governo é totalmente positiva.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Estas são, como outras da minha bancada já expressas ou a apresentar no decurso deste debate, algumas das razões do nosso voto.

Para prosseguirmos.

*Applausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O aspecto semivazio desta Assembleia, bem poderia significar quanto vale esta moção de confiança do Governo.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo está aqui para obter o aval cego, repetitivo e submisso da sua maioria. Ao fazê-lo, pretende envolver esta Assembleia num acto de guerrilha institucional e promover o seu candidato às presidenciais, com total desprezo pelas regras constitucionais e pela dignidade e independência desta Assembleia.

Não é a discussão séria dos problemas dos trabalhadores e do povo português que interessa ao Governo neste debate. Nestas circunstâncias, o discurso maneirinho, com algumas intensões e cheio de generalidades do Sr. Primeiro-Ministro, aliado às intervenções sensaboronas dos seus apoiantes, até parece tornar deslocado vir a esta tribuna falar da situação social, dos despedimentos e da repressão nas empresas, da contratação colectiva ou dos contratos a prazo, da violação das leis e da Constituição por parte do patronato e do Governo. Mas se a moção de confiança parece não ter nada a ver com isto, se não há programa de Governo há no entanto uma prática política de dez meses e intenções escondidas que comprova a existência de ameaças sérias para os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores materializados depois do 25 de Abril de 1974.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Agora que os resultados das eleições de Outubro permitiram a manutenção do Governo Sá Carneiro-Amaral, começam a agudizar-se os conflitos, as tensões sociais e a instabilidade a nível das empresas e dos sectores. O patronato, com a cumplicidade governamental julgam ser tempo de começar a exigir a factura aos trabalhadores portugueses.

A nível da contratação colectiva, os representantes das entidades patronais e do Governo tentam impor um tecto salarial de 18 % a 20 %, argumentando mesmo à mesa das negociações que se o Primeiro-Ministro afirmou que a inflação não ultrapassou os 18 %, isso lhes basta como verdade absoluta escamoteando o facto das tabelas salariais andarem com uma vigência média efectiva de 17-18 meses.

Por outro lado, quem é que beneficia com o aumento da produtividade então verificado?

Em Fevereiro foi necessária a luta dos trabalhadores para que o Ministro de Trabalho desbloqueasse quarenta convenções colectivas já negociadas. Hoje são os trabalhadores vidreiros, da panificação, dos tabacos, da Carris e do Metro e também os jornalistas a terem de lutar pelos seus interesses e direitos ameaçados pela acção concertada do Governo e do patronato. Nas empresas os contratos a prazo estão a ser utilizados de forma cada vez mais alargada e abusiva, contribuindo para a instabilidade no emprego, violação e redução dos direitos dos trabalhadores e visando a limitação dos direitos sindicais.

Com o consentimento e a cumplicidade governamental o patronato transforma o regime excepcional dos contratos a prazo numa autêntica praga, sendo de destacar o aproveitamento que se está a fazer dos jovens e das mulheres que neste regime são «pau para toda a obra» sem futuro, sem segurança no emprego nem valorização profissional.

Quanto aos despedimentos e à repressão nas empresas o caso da Standard Eléctrica é simultaneamente a demonstração de uma atitude de absoluto desprezo pelas leis e decisões dos tribunais e a prova exemplarmente condenatória da política laboral e do servilismo deste Governo perante as multinacionais.

O Supremo Tribunal Administrativo suspendeu a execitoriedade do despacho do Secretário de Estado do Emprego que autorizava o despedimento de 212 trabalhadores. Perante esta decisão justa que só dignifica a justiça portuguesa, o Governo AD em vez de acatar tal decisão correu apressadamente a interpor recurso, tentando pressionar e fazer recuar o Supremo Tribunal Administrativo, transformando-se assim num autêntico procurador da ITT. Parece mentira mas é verdade!... O advogado de defesa da ITT americana é o Governo Português!...

Só que pela 2.ª vez os juízes decidiram da nulidade dos despedimentos. Provou o Governo ser um mau procurador, mas temia em ser um bom servente dos interesses estrangeiros.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Os trabalhadores continuam à porta da empresa, sem que o Governo se mostre disposto a respeitar e a fazer cumprir a decisão dos tribunais.

No plano da legislação laboral, o Ministério do Trabalho começa a preparar terreno para rever leis fundamentais que implicam directamente com os direitos,

liberdades e garantias dos trabalhadores. É curioso verificar que, evidentemente, a condução do patronato nas empresas não está desligada das intenções legislativas do Governo ...

Quando o patronato se recusa a acatar a Lei das Comissões de Trabalhadores e do Controlo de Gestão, a Lei da Greve, dos Despedimentos ou das Associações Sindicais, o Governo nada faz para que a Inspecção do Trabalho ou os tribunais do trabalho funcionem e actuem. Para o Governo e para o Sr. Ministro Eusébio, o mal está nas leis e no seu conteúdo progressista e nos trabalhadores. Por isso há que rever, e rever para pior.

Um dos primeiros sintomas desta concepção retrógrada e classista foi a publicação de um projecto de futura lei sobre horários e duração de trabalho.

Poderá ser duro aos ouvidos de alguns Deputados da AD que hoje se prestam a votar a moção de confiança, mas a verdade é que o decreto sobre a matéria publicada no regime fascista era menos gravoso para os trabalhadores do que esta obra do grande patronato pela mão do Sr. Ministro Eusébio.

A proposta de lei do Governo sobre a duração e horário de trabalho visa a intensificação da exploração dos trabalhadores através da jornada de trabalho, a limitação acrescida da disponibilidade pessoal dos trabalhadores, a liquidação dos direitos adquiridos e a degradação das condições de vida dos trabalhadores. Se aplicado como lei tal projecto afectaria também os interesses e camadas sociais não monopolistas, especialmente os pequenos e médios comerciantes.

São estas as expressões da estratégia de desenvolvimento do Governo subordinado aos imperativos de ordem social e humanista de que falava ontem aqui o Sr. Primeiro-Ministro?

É com projectos de lei que procuram obrigar os trabalhadores a trabalharem doze horas por dia e cinquenta e seis por semana, receber horas extras a singelo, atrair para os ombros dos trabalhadores os custos de uma avaria eléctrica, de um atraso numa bicha de estrada ou de uma tempestade, exigir o trabalho aos domingos, etc., etc., que o Sr. Primeiro-Ministro procura modificar as mentalidades e os hábitos de trabalho?

Para quem enche tanto a boca com a caminhada para a Europa este projecto de lei seria bem uma contradição se não soubessemos que para este Governo a Europa dos monopólios serviu de exemplo naquilo que tem de exploração sobre os trabalhadores enquanto os salários e os benefícios sociais se ficam pelo estilo à antiga portuguesa.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — A resistência, a luta, a unidade dos trabalhadores travou, para já, esta ofensiva reaccionária com que o Governo pensou pagar ao grande patronato a factura que este lhe apresentou.

Mas a luta não ficará por aqui. Os trabalhadores e as suas organizações representativas saberão encontrar a resposta adequada contra as medidas com que este Governo pensa aumentar a sua exploração e degradar as suas condições de vida e de trabalho.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:** É neste difícil quadro social e político que os trabalhadores portugueses vêm dando mostras de uma clara compreensão do significado e da importân-

cia decisiva das eleições presidenciais. A AD joga para conquistar o poder na totalidade e alcançar o objectivo de destruir o regime democrático e constitucional. Para os trabalhadores, uma hipotética vitória do candidato dos chefes da AD significaria a necessidade de travar em condições difíceis as batalhas contra o agravamento das suas condições de vida e de trabalho e contra a restrição das suas liberdades e dos seus direitos fundamentais.

É verdade que foi pela sua luta, pela sua organização e pela sua unidade que os trabalhadores conseguiram quebrar o impacte revanchista do Governo e do patronato. É verdade também que essa luta vai ter de continuar independentemente dos resultados das presidenciais. Os trabalhadores portugueses não esperam que um homem ou um Presidente os vá substituir na defesa dos seus interesses de classe. Muito menos aguardam a vinda de um qualquer D. Sebastião com pretensões a caudilho do movimento operário e popular. Mas têm plena consciência de que a sua luta, o alargamento da sua unidade e o reforço da sua organização serão prosseguidos em condições mais ou menos difíceis, consoante o resultado das eleições de 7 de Dezembro.

É a tarefa de influenciar esses resultados que o Governo dedica o essencial dos seus esforços e acções.

E é para isso que solicita a confiança da sua maioria, violando as normas constitucionais sobre o relacionamento com os órgãos de soberania de que depende.

**O Sr. Pedro Roseira (PSD):** — É falso!!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo levará daqui facilmente o voto que pediu aos Deputados governamentais, mas pode estar certo de que os trabalhadores portugueses unirão esforços com todos os democratas para derrotar os seus planos para manter e bem vivas as esperanças de liberdade e as conquistas do 25 de Abril.

**Aplausos do PCP.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Cabecinha, para pedir esclarecimentos.

**O Sr. António Cabecinha (PSD):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Mais uma vez o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa trouxe a esta Câmara aquele grito de quem muito apregoa, de quem muito quer fazer assustar e mesmo que o Diabo seja surdo, esperemos que um dia, tal como em 1974 e 1975 — quando de facto estiverem ameaçados os direitos dos trabalhadores —, quando a liberdade sindical já não for esse projecto de independência, nessa altura, depois de tantas ameaças e de tantas intenções, possamos aqui ajuizar daqueles que de facto têm o dever de defender esses mesmos direitos, não pensem que é uma cabala, não pensem, de tantas vezes ter ouvido essa mentira, que de facto, dessa vez em que seja verdade ela já não se realize...

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Que confusão!

**O Orador:** — Mas eu pensei que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, ao acusar aqui o Governo de utilização abusiva de algumas leis — e eu sei o pri-

meiro a concordar consigo, principalmente pela utilização abusiva do contrato a prazo —, viesse acusar também as multinacionais que eventualmente terão cometido alguns erros, mas esqueceu-se com certeza de referir talvez por um lapso de memória tão habitual no seu grupo parlamentar, que a Aminter talvez — porque é uma multinacional soviética —, julgada e já sentenciada pelos tribunais de trabalho portugueses porque ofendeu os direitos dos trabalhadores portugueses que em Portugal consigo colaboraram, é de facto uma multinacional que está a abusar dos direitos dos trabalhadores portugueses.

Mas, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, faço-lhe uma pergunta directa a que queria que concisamente me respondesse: são demasiado conhecidas as piscadelas de olhos que o Partido Comunista faz aos empresários portugueses e dizia o Partido Comunista, na campanha eleitoral, que o Governo da Aliança Democrática tinha prestado um mau serviço, que tinha prejudicado os empresários portugueses. Por outro lado, o Partido Comunista todos os dias se afirma como defensor dos trabalhadores e partido dos trabalhadores. Explicava-me, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, como é que em 5 de Outubro, em relação às eleições de 2 de Dezembro, perdeu duzentos mil e tal votos? De quem eram, Sr. Deputado? Eram ou não eram dos trabalhadores portugueses?

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Eram lá agora!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, para responder.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O meu partido tem pouco tempo, mas de qualquer forma, foi tão escassa de sentido e de conteúdo a pergunta do Sr. Deputado, para além das considerações que fez, que eu posso responder.

Dizia o Sr. Deputado que eu mais de uma vez trouxe aqui o grito não sei de quem ou de quê. Sr. Deputado, acima de tudo, o que eu trouxe àquela tribuna foi as aspirações dos problemas e as dificuldades com que os trabalhadores se debatem, porque com certeza como nós recebemos aqui os trabalhadores da Standard Eléctrica, também o PSD os recebeu e com certeza aquilo que nos foi dito não foi diferente daquilo que foi dito ao PSD. Portanto a grande questão que se coloca é a de saber se é verdade ou mentira os factos que eu ali apresentei e o Sr. Deputado não desmentiu. Portanto, quando se trata de aspirações, de dificuldades, dos problemas dos trabalhadores, esteja descansado, Sr. Deputado, que os Deputados comunistas continuarão a levantar esse grito mesmo para uma Assembleia tão sonolenta, por culpa da maioria, com uma moção de confiança que não tem razão de existir.

*Vozes do PCP:* — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão dos duzentos e tal mil trabalhadores, como o Sr. Deputado disse e eu devo corrigi-lo, são cerca de cento e dez mil, cento e quinze mil mais precisamente, mas que ainda continuamos, Sr. Deputado, a ser 1 milhão e esse milhão

por muito que vos custe, continua a ser formado pelos militantes, combativos, os trabalhadores, aqueles que de facto podem, necessitam e são capazes de construir este país. Sozinhos não são capazes, mas sem eles é que os Srs. Deputados não conseguem atingir os seus objectivos, e a democracia com certeza não irá para a frente. Esse milhão de votos e esta bancada com certeza, Sr. Deputado, não ficarão pela sonolência como as vossas bancadas. E vocês não gostam de ouvir com certeza um operário metalúrgico estar aqui a falar, queriam com certeza que fossem discursos doutorais, mas estas verdades, estas situações concretas é que vos doem e nunca conseguirão calar por muito que vos custe, Srs. Deputados.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis, para uma intervenção, e a seguir será o Sr. Deputado António Moniz.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Reis.

O Sr. António Reis (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Há quase dois anos, na primeira intervenção exclusivamente consagrada por qualquer partido nesta Assembleia às questões da política cultural, tive o enejo de afirmar que «da posição de um regime ou de um governo perante a cultura muito se poderá aferir da sua orientação global, do sistema de valores por que se rege e dos interesses sociais que pretende servir», porque, para nós, a orientação seguida em tal domínio seria «uma pedra-de-toque e um dos barómetros privilegiados para nos certificarmos da maior ou menor correcção da orientação política global de qualquer governo».

Longe estava então de pensar que pouco tempo depois tais teses viriam a ganhar expressiva actualidade e evidente comprovação com a triste e lamentável experiência do Governo AD. Há muito, de facto, que não se assistia a uma tão clara adequação entre a política cultural de um Governo e a sua filosofia política geral. Triste honra lhe caiba, o actual Secretário de Estado da Cultura tem sido um fiel intérprete, no seu domínio próprio, de todo um sistema de valores obsoletos e interesses sociais elitistas, bem como da concepção tacanamente autoritária do exercício do Poder, que enfatizam a prática governativa da AD.

Longe de mim, parém, a pretensão de desperdiçar o tempo de que o meu grupo parlamentar dispõe neste debate em mais um requisitório contra tão sinistra personagem. Depois do tremendo libelo acusatório que lhe foi dirigido por essa figura de intelectual ilustre e completamente insuspeito de propósitos partidários ou políticos que é David Mourão Ferreira, não vale, de facto, a pena continuar a gastar mais cera com tão ruim defunto.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Importa, sim, indagar das razões que permitiram que uma tal política anticultural encontrasse neste Governo o meio privilegiado e propício à sua execução. Importa, sim, sublinhar o papel que uma tal política tem desempenhado na estratégia global do Governo, em íntima articulação com uma polí-

tica de informação e uma política de educação que, por vias e instrumentos diferentes, procuram, no fundo, prosseguir um idêntico objectivo de condicionamento dos espíritos e anestesia da vontade criadora de um povo.

Porque é hoje cada vez mais visível a incapacidade do actual Governo e da sua maioria para engendrar um projecto cultural próprio e minimamente aliciante para a maioria dos portugueses, sem o qual, aliás, se torna impossível dar cumprimento ao voto aqui expresso pelo Primeiro-Ministro de «exprimir com maior vigor a criatividade da sociedade civil».

De facto, não se vê como se favorece a expressão de uma tal criatividade da sociedade civil, quando quotidianamente se afoga o esforço abnegado do associativismo cultural em restrições e chantagens de toda a espécie, como as que visaram impor alterações aos estatutos dos centros culturais sob a ameaça de cortes de subsídios, quando quotidianamente se fecha a porta na cara dos artistas e criadores, quando se constitui, como há poucos dias, por simples despacho um Conselho Consultivo de Cinema exclusivamente composto por personalidades de nomeação e de confiança do Secretário de Estado da Cultura — o que nem no regime ditatorial acontecia, pois até a Lei n.º 7/71 previa a presença de representantes dos diversos sectores profissionais daquela actividade no então Conselho de Cinema —, quando se reduzem os subsídios aos grupos de teatro da província e se corta em mais de 20% a verba destinada em 1981 ao apoio aos grupos de teatro independentes — verdadeiros heróis da «sociedade civil» teatral —, quando, depois de se impedir o Estado de homenagear Camões pelo IV. centenário da sua morte, se vai mesmo ao ponto de desencorajar algumas louváveis iniciativas da tão incensada «sociedade civil» de participação nas comemorações do centenário do poeta, recusando-se, por exemplo, o necessário apoio financeiro para a encenação e montagem este ano da peça da escritora Natália Correia *Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*, sobre a vida de Camões. Triste Governo este que nem os raros intelectuais e criadores que ainda o apoiam sabe poupar, falho como está de qualquer projecto cultural que não seja uma nauseabunda necrofilia pulverizadora da criação viva e apostada em reduzir o passado ao «lixo luxuoso da história»!...

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Continuamos a não ver como se estimula a expressão da criatividade da sociedade civil, quando se amordaça a comunicação social, se faz ressurgir uma rádio e uma televisão atentas, veneradoras e obrigadas, se desencoraja a participação dos jornalistas na produção da informação, se neutralizam os conselhos da redacção, nomeadamente na RDP, se suprime o único serviço informativo de qualidade que ainda subsistia e resistia — a «Informação-2» da RTP —, se mandam para a prateleira os profissionais mais competentes, entregando-se postos de responsabilidade a gente que nem sequer é digna de pertencer à sociedade civil, porque é simplesmente incivilizada... (E o caso dos locutores que afirmam que «o Iraque bombardeou Bagdá» ou que «são 19 horas e 38 ministros»!...)

**Risos do PS.**

A afirmação aqui citada do Primeiro-Ministro não passará, pois, de mais um voto piedoso, a menos que à expressão «sociedade civil», tão glosada na sua boca em múltiplas ocasiões, se dê o significado mais prosaico de sociedade dos negócios, das especulações financeiras, da opressão dos trabalhadores, da busca desenfreada de lucros fáceis, da cultura como mero produto mercantil, no contexto de um modelo liberal-conservador, já aqui implacavelmente denunciado pelo meu camarada Vítor Constâncio. A peculiar criatividade de uma tal sociedade estará obviamente assegurada com um tal Governo e um tal Primeiro-Ministro, mas nela não podem caber os intelectuais, criadores e jornalistas dignos deste nome, que não se deixam comprar nem vender, que recusam o império das categorias mercantis, que não abdicam da carga subversiva contida em todo o acto cultural autêntico e inovador.

*Aplausos do PS, da UEDS e do Sr. Deputado do PCP Sousa Marques.*

É, pois, para abrir caminho à explosão desta peculiaríssima criatividade, desta incivilizada sociedade civil, que se confia a Secretaria de Estado da Cultura a um miranete inebriado com o Poder; que trata as associações culturais, os criadores, os artistas e os intelectuais a golpes de complexadas auto-affirmações de «querer, posso e mando», se confiam a rádio e a televisão a estupideiros sem escrúpulos empenhados em estupidificar o País e discretamente se vai montando um esquema educativo que a seu tempo denunciaremos com a devida veemência.

E esta a «realista e harmoniosa política cultural» a que eufemisticamente se refere o Primeiro-Ministro. Realista, sem dúvida, porque apostada em matar o sonho, que é a essência mesma da criação artística.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Realista, porque incapaz do voo criador, porque imersa na tacanhez autoritária e no elitismo conservador.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Realista, porque presa ao muro concentracionário de uma certa sociedade decrépita e bafienta, desprovida de horizontes novos, extasiada que se encontra com a possibilidade, que pensa readquirida, de novamente dar largas à sua sede de negociações e vida fácil.

Harmoniosa política cultural, sem dúvida, também. Porque perfeitamente ajustada aos designios de um modelo de desenvolvimento alicerçado nos valores e interesses de grupos sociais privilegiados, para quem a cultura é ou tolerada ou objecto de apropriação meramente ornamental, quando não pode ser reprimida e há uma Europa que espera por nós. Harmoniosa política cultural, porque perfeitamente enquadrada numa estratégia de condicionamento dos espíritos, de anestesia das energias criativas, de mutilação da vontade participativa dos grupos sociais, de fabricação de novos «vencidos da vida»...

Como oposição, não deixaremos de permanentemente contrapor a esta política a sua alternativa socialista democrática, ou seja, uma política cultural

pluralista, antidiárigista e descentralizada, incentivadora de uma cultura crítica e participada, empenhada na inovação do futuro, na valoração criativa do passado e no intercâmbio com outros povos e culturas, inserida num projecto de sociedade que faz do desenvolvimento cultural a base e a finalidade última da acção governativa. Uma nova resistência cultural começa já de novo a despontar neste país, apostada na defesa destes valores fundamentais. Nela se congrega o que há de melhor no mundo da arte e da cultura. Nela se forja desde já a alternativa cultural global — nos valores, nos métodos, nas propostas, nas mentalidades na capacidade de inserção nos grupos sociais — que contribuirá para a derrota a prazo do projecto político deste Governo.

Os tempos que se avizinharam não serão fáceis. Pela nossa parte, não renunciamos ao empenhamento profundo num combate cultural em que sabemos jogar-se o destino de gerações inteiras. Como dizia Platão, «é de noite que é bom sonhar o dia» ...

*Aplausos do PS, do PCP e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Moniz.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É a primeira vez que tenho a honra de falar no Plenário da Assembleia da República, razão por que cordialmente saúdo VV. Ex.º, como a expressão mais perene da representatividade popular, que o Partido Popular Monárquico tanto respeita e defende.

É na celeridade dos trabalhos desta Assembleia, na realização dos projectos que respondem aos anseios dos que nos elegeram e na eficiência deste órgão que, aos olhos do povo, assenta a virtualidade da democracia. O povo, convém não esquecer, paga com as suas contribuições o funcionamento de toda a máquina em que se traduz a Assembleia da República. Esta a razão por que as minhas homenagens vão para as responsabilidades evidentes que todos assumimos quando dela aceitámos fazer parte.

A comunidade portuguesa, na sua reaprendizagem democrática, sabe bem que não são as ideologias importadas de qualquer multinacional — de que, aliás, está farta — que lhe irão resolver os problemas, mas, bem pelo contrário, serão os projectos políticos realistas, assentes nas aspirações populares, que deverão corresponder aos anseios de dignificação e de melhoria da sua qualidade e nível de vida. E, por esse motivo, o povo português, sensível a essa realidade e com a sabedoria de colectividade responsável de há muitos séculos, votou em maioria na Aliança Democrática, confiando claramente no único projecto pragmático que, nos próximos quatro anos de Governo, através das soluções propostas, tentará resolver concretamente os mais graves problemas que sistematicamente foram adiados por uma prática política estéril e incapaz, que apenas serviu para denegrir os princípios democráticos e para travar a caminhada do nosso país para o conjunto das comunidades, em que o homem vive em liberdade e dignamente, inserido nas suas naturais colectividades históricas.

As últimas eleições e a vitória da Aliança Democrática são a prova cabal de que o povo português só acredita em projectos políticos viáveis e que já

interpreta as organizações partidárias como correntes de opinião que o servem e não como clubes privados e fulanizados ao serviço das suas estrelas e de interesses inconfessáveis. Essa é uma lição para os partidos democráticos, e essa é a certeza de que só será possível a desejável alternância democrática quando mais do que uma organização partidária apresentar ao eleitorado um projecto político viável e realista, que não se esgote em frases feitas de compêndios ultrapassados. As reformas levadas a cabo por este primeiro Governo da Aliança Democrática, que em breve termina o seu mandato, constituem a certeza para o eleitorado de que a democracia não é o adiamento permanente da resolução dos problemas que afligem os Portugueses, nem o pano de fundo para comícios políticos e intervenções partidárias, com que muitas vezes o País foi bombardeado com a mais descarada e impudica demagogia, mas sim o início da resposta ao país real com soluções concretas que levem os benefícios verdadeiros da arte política e do progresso a todos os Portugueses, e principalmente aos que, apesar de esquecidos nas regiões mais desfavorecidas do País, votaram com a esperança e com a certeza de que Portugal mudará definitivamente para melhor.

Será, por consequência, na busca incessante de soluções alternativas portuguesas, adaptadas aos nossos recursos naturais, viáveis no tempo e de utilidade social previsivelmente comprovada, que deveremos assentar a arrancada para o futuro.

Assim o exige o PPM; assim o merece o povo português.

Os monárquicos do PPM, olhos postos no futuro, solidários com os seus parceiros do PSD e do CDS, estão certos de que ninguém na AD repetirá erros por outros cometidos e que, patrioticamente, sabermos construir um país mais digno, mais próspero e mais universalmente português.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os objectivos eleitoralistas que levaram o Governo a escolher esta forma de se apresentar neste momento perante a Assembleia da República conduzem-nos a esta situação insólita quando queremos apreciar a sua política económica: ter de votar uma moção de confiança a um Governo de que se desconhece o seu Programa. Por outro lado, o Governo, por razões eleitorais, autolimita a sua vigência aos próximos dois meses, enquanto o Primeiro-Ministro anuncia um conjunto de iniciativas, de entre os quais um orçamento e um plano para o Governo que se lhe seguirá — e a que, de acordo com as promessas feitas, já não presidirá — e até, pasme-se, um plano de médio prazo.

Isto é: se quisermos discutir as medidas de curto prazo e analisar os seus feitos sobre a inflação ou o emprego, temos de remeter-nos à para medidas de médio prazo que afinal a outro Governo competirão; se pretendermos discutir a política de médio prazo, ele dir-nos-á que não é o momento próprio, dada a sua autolimitação a Governo por dois meses.

Se na verdade — e cito o Primeiro-Ministro — «a clareza de processos e o rigor dos propósitos são indispensáveis ao saudável funcionamento das instituições», o mínimo que se poderá dizer acerca desta moção de confiança é que os processos utilizados pelo Governo são demasiado escuros, os propósitos ao rigor disseram nada, o saudável funcionamento das instituições é inquinado.

Assim, a política do Governo Sá Carneiro terá de ser analisada à luz da sua actividade passada e dos seus objectivos eleitorais. É isso que passaremos a fazer, em breves linhas, no que à política económica concerne.

Ao longo de dez meses de exercício do poder, o Governo AD não tomou medidas tendentes a solucionar os grandes problemas da economia nacional: a estrutura produtiva não foi melhorada, o crescimento económico não acelerou, o desemprego não diminuiu, os preços não baixaram, os deficits externos agravaram-se.

O Governo tentou camuflar a sua incapacidade para resolver os grandes problemas nacionais elevando à categoria de «prioridade das prioridades» a rápida adesão de Portugal à CEE, tentando fazer crer que tal integração tudo resolverá. Como se a CEE não fosse realmente um espaço político-económico em crise, com milhares de falências ano após ano e em que o desemprego atinge já mais de 7 milhões de trabalhadores, mas fosse antes uma hipotética panaceia milagrosa que elimine todos os males de que padece a nossa economia.

Alienou riquezas nacionais em proveito de meros e mesquinhos interesses partidários, de que é exemplo flagrante as concessões em matéria de pescas à Espanha, ou melhor, à coligação no poder em Espanha.

**O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!**

**O Orador:** — Deteriorou deliberadamente as relações de Portugal com os países socialistas, em prejuízo de relações económicas mutuamente vantajosas.

O apressado cumprimento pelo Governo dos ditames da política de guerra fria não é apenas um atentado à independência do País: as chamadas retaliações económicas decididas pelo Governo não são apenas ridículas politicamente — lesam os nossos interesses económicos e reforçam a dependência em relação aos países capitalistas.

Anote-se, por exemplo que só no 1.º semestre deste ano as exportações portuguesas para a União Soviética diminuíram 812 000 contos em relação a igual período de 1979.

A recente intervenção televisiva do Ministro Freitas do Amaral mostra claramente que o Governo AD tenciona agravar ainda mais esta situação, numa fúria anticomunista inultrapassável, em prejuízo evidente das empresas exportadoras, em prejuízo da economia nacional.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!**

**O Orador:** — Transitória e elecioiramente, o Governo tomou uma série de medidas que não foram ditadas pela preocupação de melhorar de forma duradoura as condições de vida do povo, mas apenas visaram caçar votos, mascarando a verdadeira política da

AD, e que serão anuladas a curto prazo pela própria política do Governo.

O exemplo do que se passou com o processo inflacionista é sintomático. Até às eleições o Governo conteve a aceleração do aumento dos preços através de expedientes diversos, sem contudo combater as causas da inflação, nomeadamente as elevadas taxas de juro e os lucros especulativos. Um mês após as eleições de 5 de Outubro, o Governo aumentou já os preços dos pesticidas em 20 % e os dos adubos em 30 %, com reflexos directos nos preços dos produtos agrícolas, e promete para breve aumentos dos preços dos combustíveis com reflexos em cadeia nos preços de todos os bens e serviços. Os eleitores que se deixaram iludir acerca dos verdadeiros propósitos da AD começam desde já a pagar a factura elecioirera de que afinal foram vítimas.

**O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!**

**O Orador:** — Mas, acima de tudo, o Governo AD mostrou-se um instrumento ao serviço do grande capital, defendendo os seus interesses e por eles determinando a sua actividade.

A restauração do capitalismo monopolista, a subserviência ao capital estrangeiro, a submissão da economia nacional à maximização do lucro e da acumulação capitalista, tais foram e são os objectivos e prática do Governo AD.

É nesta perspectiva que o Governo tudo tem feito para inviabilizar as empresas públicas, quer estrangulando-as financeiramente, quer retirando-lhes os sectores mais rentáveis, quer ainda transferindo projectos de novos investimentos rentáveis do sector público para o sector capitalista. É de recordar a propósito a tentativa em curso de desmantelamento da EDP, mantendo no sector público a actividade produtora, a deficitária, e, oferecendo ao sector capitalista a distribuição, isto é, a actividade lucrativa.

É com aqueles objectivos que o Governo tem procurado por todos os meios reprivatizar sectores de actividade nacionalizados, nomeadamente a banca, primeiro pela tentativa de alteração da Lei de Delimitação, depois pela via da criação inconstitucional de instituições de crédito privadas, como sucede com as chamadas sociedades de desenvolvimento regional.

Esta sanha reprivatizadora assenta no facto, sempre desmentido pela direita, de os sectores de actividade nacionalizados serem determinantes, serem o motor da economia nacional. São sectores demasiado importantes para, na óptica da restauração do capitalismo monopolista, não estarem nas mãos do grande capital (apesar de já hoje se encontrarem em boa medida ao serviço dos seus interesses).

É por isso, ainda, que o Governo AD desencadeou e prossegue uma feroz ofensiva contra a Reforma Agrária, esquartejando e inviabilizando explorações agrícolas, com intervenções ilegais e repressivas, aumentando o desemprego e reduzindo a produção agrícola nacional.

É ainda na perspectiva exclusiva de beneficiar o grande capital em prejuízo da economia nacional, que o Governo AD indemniza os ex-monopolistas com várias dezenas de milhões de contos, permitindo-lhes a imediata mobilização ao valor nominal, com encargos adicionais para o Estado e para as empresas públicas, e possibilitando a troca dos títulos de indem-

nização por empresas do sector empresarial do Estado, com boa viabilidade económica e financeira, viabilidade essa tantas vezes conseguida com os dinheiros do Estado e o esforço e sacrifício dos seus trabalhadores."

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — O caso da Messa é a este respeito exemplar: encontrados que foram novos projectos de investimento que permitem a rentabilização da empresa, o Governo AD protela durante meses a respectiva concretização, deteriorando a situação económica e financeira da empresa, e decide agora integrá-la num primeiro grupo de empresas a transferir para os ex-monopolistas.

Aliás, a Resolução do Conselho de Ministros, de 26 de Setembro, decretando a «alienação por troca de direitos de indemnização» de cento e cinco empresas do sector empresarial do Estado, é um acto ilegal por violação frontal do n.º 2 do artigo 83.º da Constituição e tem em vista desbaratar o património público e permitir o acesso inconstitucional do capital monopolista a sectores vedados à iniciativa privada, designadamente o sector cimenteiro. Trata-se afinal de levar à prática o que Soares Carneiro definiu como «desartamento», em plena sintonia ideológica contrária aos interesses nacionais e à defesa da democracia.

Enfim, através dos mais variados e despudorados esquemas, o Governo AD procede à atribuição generalizada de subsídios financeiros e de isenções fiscais, transferindo para os grandes empresários capitalistas largos milhões de contos à custa do Orçamento Geral do Estado, à custa afinal dos trabalhadores e das camadas não monopolistas. Com este Governo a concessão de subsídios financeiros e fiscais às empresas capitalistas deixou de ter qualquer carácter de exceção, perdeu a roupagem de instrumento tendente a orientar o investimento privado de acordo com um plano nacional de desenvolvimento económico. Transformou-se, isso sim num instrumento de distribuição de brindes entre amigos, em moeda corrente de pagamento de facturas eleitorais, numa forma de aumentar os lucros especulativos do grande capital à custa do erário público, uma forma afinal de aumentar a exploração das classes trabalhadoras.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

**O Orador:** — Estes os objectivos e a prática política que, no plano económico, o Governo AD prosseguiu nos últimos dez meses. E se mais grave e prejudicial não foi a sua actuação tal se ficou a dever, em parte, ao facto de não monopolizar todos os órgãos de soberania, à precariedade da maioria de que desfrutou nesta Assembleia, à declaração de inconstitucionalidade de alguns dos seus diplomas.

A eleição do candidato da AD à Presidência da República, em cuja campanha se insere a apresentação da moção de confiança em discussão, significaria o aprofundamento da política antinacional de restauração do capital monopolista, o agravamento da exploração dos trabalhadores, a degradação das condições de vida dos Portugueses, uma ainda maior alienação da independência e soberania nacionais.

*Applausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

**O Sr. José Vitorino (PSD):** — O Sr. Deputado Octávio Teixeira fez uma intervenção que não me espantou absolutamente nada, até porque ela condiz em absoluto com as análises feitas pelo jornal *o Diário* e com as análises que outros colegas seus têm feito sobre a economia portuguesa e a acção deste Governo.

De qualquer modo, essa bancada observa apenas o drama das empresas e aquilo a que chamam a exploração da classe trabalhadora. Claro está que para essa força política a inflação é uma coisa positiva e, como tal, não referiram a sua redução, como é evidente.

Convém lembrar que, com esta redução da inflação não são, como é óbvio, os capitalistas os mais beneficiados.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa é nova!

**O Orador:** — Essa é nova para a sua concepção económica, que nem se pode dizer que seja marxista e que os princípios sejam universais.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Querem ver que o Vitorino agora deu em economista?!

**O Orador:** — Em termos de problemas sobre a Comunidade Económica Europeia, em termos de exportações para a Rússia e em termos de dificuldades sentidas pela Europa Ocidental, visto que mais uma vez o Sr. Deputado se referiu aos dramas que resultarão da nossa adesão à CEE, não lhe vou lembrar os problemas da Polónia, os largos milhares de contos que este país tem pedido a países do mundo ocidental, tal como não lhe vou lembrar as justas reivindicações que os trabalhadores polacos têm feito, nem vou falar da dita sociedade socialista paradisiaca. Vou apenas dizer-lhe que a Europa Ocidental tem dificuldades, tal como as têm os demais países do Mundo.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Por que é que não fala de Portugal?

**O Orador:** — Nós não temos dúvidas de que a solução e o caminho político para ultrapassar essas dificuldades não é a sociedade dita socialista e colectivista e totalitária que os Srs. Deputados propõem, mas sim a democracia e a liberdade de os trabalhadores reivindicarem e se manifestarem.

Ao fim e ao cabo, isto é aquilo que tanto os preocupa e, por isso, são apologistas de que os trabalhadores passem a ser amarrados a uma qualquer estrutura partidária totalitária, como é a do Partido Comunista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — O Vitorino é um espanto!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É que não sendo grande político de vez em quando faz por parecer...

**O Sr. Presidente:** — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, eu não vou responder nem protestar, na medida em que nenhuma pergunta me foi feita.

No entanto, gostaria de fazer um pequeno e brevíssimo comentário às palavras do Sr. Deputado José Vitorino.

Parece-me que o Sr. Deputado não se considera em condições de poder fazer uma intervenção de fundo e, por isso, tem-se dedicado pura e simplesmente a fazer pequenos apartes mais ou menos infelizes ao longo desta sessão.

Por outro lado, uma vez que é Deputado pelo círculo de Faro, esperava que o Sr. Deputado nos viesse explicar o que se passou com o marisco do Algarve, com as negociações entre a UCD e a AD.

*Aplausos do PCP.*

Vozes do PSD: — Isso não tem nada a ver com isto!

O' Sr. Vital Moreira (PCP): — Falou na Europa e não falou no Algarve?!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Queria apenas dizer que o Sr. Deputado não teve argumentos para os contra-argumentos.

*Risos do PCP.*

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Chama argumentos a simples «frioleiras» ...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Primeiro-Ministro da AD solicitou ontem nesta Assembleia a aprovação de uma moção de confiança. Sem inovação e, diga-se também, sem grande convicção, aproveitou a oportunidade para expor uma vez mais uma longa série de lugares-comuns do arsenal propagandístico da direita que, nem por muito repetidos, exprimem com rigor a realidade que se vive no País.

É o caso do «respeito pelas instituições constitucionais», «a estabilidade política e governativa» e a «capacidade da prática do diálogo como meio de superação dos conflitos sociais», que constituem os alicerces da demagogia governamental. Na análise destes pontos como em quaisquer outros, explícitos ou implícitos no discurso inicial do Governo, não será difícil comprovar que estamos perante uma clara mistificação que convirá desfazer quanto antes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo desde o início do seu mandato tem levado a cabo uma política contrária aos interesses dos trabalhadores, desencadeou e intensificou a ofensiva da direita contra o 25 de Abril e as conquistas populares, deu novo impulso à reconstituição dos monopólios privados e dos latifúndios que a luta dos trabalhadores e democratas tinham substituído por formas mais evoluídas e mais justas de organização da produção. A Reforma Agrária, as liberdades, as nacionalizações, os direitos sindicais, isto é, as conquistas fundamentais de Abril foram o alvo preferencial dos ataques deste Governo.

E isto significa um efectivo desrespeito pela Constituição da República.

Também a política externa deste Governo, de total subserviência às ordens dos «falcões» e de alinhamento com a reacção imperialista mundial contra a liberdade e a luta dos povos, é contrária ao espírito de Abril e ao que a Constituição determina. E se isto aconteceu e acontece no cumprimento de um plano concertado para esvaziar o conteúdo fundamental da Constituição e facilitar a sua revisão reaccionária, inconstitucional e golpista, é preciso que se diga que quem o leva a cabo não pode invocar a legitimidade democrática que hoje aqui vem reclamar.

O Governo não cumpre as leis que de qualquer forma expressam o espírito de Abril, mas não só. As decisões dos tribunais, desde que não favoreçam os tubarões capitalistas, não são cumpridas, num desafio às leis do País. As decisões dos tribunais de trabalho que favorecem os trabalhadores, ou que condenam as desocupações ilegais de terras no Alentejo, ou que obrigam à reintegração de despedidos como acontece na Standard, ficam na gaveta com o apoio ou cumplicidade do Governo.

Srs. Membros do Governo: Depois do vosso juramento à Constituição, estes actos repugnantes apenas atestam os vossos podres conceitos sobre a dignidade humana e honorabilidade democrática de que falou o Primeiro-Ministro. As vossas declarações de fidelidade às instituições democráticas quando comparadas com os actos governamentais apenas podem atestar onde chega a vossa hipocrisia. O povo não é dessa massa e tarde ou cedo vos fará a justiça merecida!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tanto na campanha eleitoral como agora nesta Assembleia, a AD vem invocando a estabilidade política que o País vive. Tal só corresponderá à verdade se com essa expressão se pretender dizer que com este Governo o grande patronato, as multinacionais, os capitalistas nacionais e estrangeiros, têm os seus interesses e privilégios defendidos, se se pretender dizer que os imperialistas americanos e europeus podem mandar em Portugal e separar as suas riquezas como se isto fosse coutada sua. Porque, para o povo e as forças democráticas, para aqueles que dia a dia sofrem os efeitos dessa política, falar em estabilidade não passa de uma monstruosidade sem sentido.

Como se pode falar em estabilidade quando proliferam as milícias patronais nas empresas, a repressão e a chantagem se abate sobre qualquer um que se destaque na defesa dos direitos dos trabalhadores?

Como se pode falar em estabilidade quando a informação é manipulada e amordaçada pelos homens de mão que a AD colocou nas gerências e nas redacções dos jornais, da rádio e da televisão, marginalizando ou despedindo profissionais honestos que se recusam ser mercenários da direita?

Como se pode falar em estabilidade perante aqueles trabalhadores que sofrem a chantagem dos contratos a prazo, sujeitos às arbitrariedades patronais sem qualquer defesa contra um despedimento sempre esperado?

Que significa estabilidade para os trabalhadores alentejanos e ribatejanos que vêm as suas cooperativas destruídas pela marcação de reservas ou asfixiadas economicamente pela política criminosa do Governo. Será estável perder tudo que tantos sacrifícios

custou e enfrentar agora a falta de trabalho e o revanchismo criminoso dos agrários regressados?

Ou quando fala em estabilidade quer o Governo lembrar a acção dos bandos de arruaceiros pagos pela direita que na noite das eleições lançaram a desordem e o pânico nas ruas do Porto, tentaram assaltar a sede da UDP e assassinaram um jovem militante socialista?

Ou quer lembrar o esfaqueamento de um homem por um gorila dos serviços de segurança da candidatura do general fascista Soares Carneiro? Ou fala para alguém que por menos sorte cai numa esquadra da PSP e é logo barbaramente torturado mesmo que venha a provar-se inocente da acusação?

A estabilidade de que fala o Governo é aquela que o povo português rejeitou no 25 de Abril.

Uma estabilidade real para os ricos que com este Governo têm as costas quentes, podem dormir descansados porque não serão chamados a responder pelos seus crimes contra o povo. Mas para os pobres, para aqueles que vivem do trabalho, estabilidade quer dizer com este regime e com este Governo repressão, medo, chantagem e vingança.

A UDP tudo fará para que esta estabilidade não se mantenha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quanto à capacidade de diálogo do Governo, nem é bom falar. Poderíamos falar do diálogo do cacete, o diálogo da repressão, da manipulação do Governo sobre os órgãos de comunicação social. Mas, neste domínio de propaganda da AD e do Governo, bastará dizer que nem com os seus se dão. A comprová-lo aí está a natureza e o tom da guerrilha que desencadeou contra o Presidente da República, esquecendo que ambos percorrem caminhos golpistas e têm projectos comuns contra o 25 de Abril e os direitos dos trabalhadores.

Bastará dizer que escolheu para seu candidato à Presidência um homem colaborador activo do regime fascista e da PIDE, um homem em que não se conhecem nem reconhecem quaisquer atitudes, por mais elementares que sejam, de defesa da liberdade e da democracia.

O Sr. José Vitorino (PSD): — E o Otelo?

O Orador: — O diálogo da AD, do Governo e do seu candidato, resume-se à repressão sobre os discordantes. É a linguagem da ditadura que está a nascer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta hora difícil que o povo e a democracia atravessam, a UDP não se deixará embalar pelas palavras hipócritas do Governo em busca de uma aparente moderação que não cultiva. O Governo vai continuar a atacar o 25 de Abril, a desrespeitar a Constituição, mesmo antes da pretendida revisão, a destruir a Reforma Agrária, o patronato irá continuar a fazer a vida negra àqueles que não estão dispostos a ceder nos direitos alcançados.

A hora é de luta pela denúncia e isolamento deste Governo. A UDP mais uma vez trilhará o caminho da luta firme, com as massas populares, com todos os democratas e antifascistas, com as forças da esquerda, numa barreira única contra o Governo de destruição de Abril. É necessária e urgente a conjugação

de esforços entre todos os que estão sinceramente interessados no combate a este Governo, o que só é possível voltando costas à cedência e capitulação, os grandes responsáveis pela situação actual.

A par deste objectivo — denunciar e isolar perante o Povo este Governo — outro objectivo se coloca hoje aos revolucionários e a todos os homens e mulheres que não querem que se volte ao passado: derrotar o candidato presidencial da AD, o general reaccionário Soares Carneiro.

E isso só se pode fazer optando por uma candidatura auténtica do 25 de Abril que se constitua num incentivo e impulso à luta do povo português, que una vontades e esperanças num futuro digno para Portugal. A candidatura do Major Otelo Saraiva de Carvalho, que a UDP apoia, é a única que pode responder aos imperativos democráticos que se colocam hoje ao povo português — derrotar o candidato da AD e abrir caminho a uma nova política de liberdade, bem-estar e independência que sirva o povo e não os seus inimigos.

O Sr. Ourique Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Apenas umas breves palavras para, em nome dos Deputados sociais-democratas dos Açores e Madeira, manifestar ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo a nossa inteira confiança na actuação que encetaram no início deste ano e que é necessário prosseguir.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Já ninguém duvida de que o Governo chefiado pelo actual Primeiro-Ministro — com o reconhecido impulso dado à concretização da autonomia das regiões insulares — foi aquele que contribuiu de maneira decisiva para credibilizar e aplicar efectivamente a solução portuguesa, europeia e ocidental, aos Açores e à Madeira, como forma de garantir a unidade nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na realidade, desde o começo deste ano, num ambiente de diálogo pacífico e sempre construtivo, foram transferidos para as regiões autónomas poderes e serviços idevidamente retidos ou dificultados por anteriores Governos da República.

Assim, por exemplo, estabeleceram-se arranjos financeiros que vieram permitir um esforço de investimento público indispensável ao desenvolvimento insular e, no caso concreto e trágico do sismo de 1 de Janeiro passado, que afectou algumas das ilhas açorianas no seu património humano, social, económico e cultural, este Governo acorreu com um auxílio especial para a reconstrução e recuperação dos estragos dele resultantes.

A linha de orientação política que o Primeiro-Ministro imprimiu ao seu programa de acção deixa transparecer nitidamente o alto conceito e compreensão em que tem as regiões autónomas, cujo contributo moral e objectivo para esta maioria parlamentar todos reconhecem.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — Não obstante, a oposição, nas Regiões, tudo tem feito para minimizar ou denegrir esta acção e este bom entendimento, aproveitando constantemente todas as ocasiões para lançar dúvidas, mesmo nos espíritos mais tranquilos, indo ao ponto de tentar estabelecer cições e malquerenças entre as populações insulares.

Porque assim é e porque urge de uma vez por todas calar os falsos e insidiosos temores levantados por uma oposição desesperada, mas para esclarecer essas suspeções do que para clarificar dúvidas que não temos, solicito ao Sr. Primeiro-Ministro, quando para isso haja ocasião, a sua opinião sobre estas três questões:

- 1.º Intenção do Governo em prosseguir o processo de concretização da autonomia, nomeadamente pela efectivação das transferências que vierem a ser solicitadas pelos Governos Regionais;
- 2.º Nos trabalhos em curso para a garantia financeira dos investimentos planeados para as Regiões em 1981 e para o caso de se revelar insatisfatória a aplicação da fórmula explanaada no ponto 25.º do decreto orçamental para 1980, o Governo certamente terá tido em conta:
  - a) O compromisso constante do Programa Eleitoral de Governo da Aliança Democrática (p. 50), segundo o qual haveria de se aferir da «correcção dos arranjos financeiros estabelecidos, ajustando os respectivos critérios conforme for julgado adequado»;
  - b) A declaração do Sr. Primeiro-Ministro a esta Assembleia, ao apresentar o Programa do VI Governo Constitucional, segundo a qual «se ajustarão os apoios financeiros indispensáveis ao desenvolvimento regional»;
  - c) Relativamente aos Açores, e considerando o disposto nos artigos 80.º e 85.º do Estatuto Político-Administrativo, unanimemente aprovado por esta Assembleia em 26 de Junho passado, é de notar que o espírito e a letra daqueles preceitos dificilmente se compaginam com os intentos rigoristas dedutíveis do despacho conjunto dos Ministros da República para os Açores e Madeira e dos Ministros das Finanças e Plano e dos Transportes e Comunicações datado de 29 de Junho do corrente ano. Como conciliar um possível entrechoque de preceitos e critérios estabelecidos naqueles dois diplomas?
- 3.º Interesse do Governo em propor a esta Assembleia a manutenção, em 1981, de um apoio financeiro especial destinado à reconstrução dos estragos provocados pelo

cataclismo do 1.º dia do ano — a qual, aliás, mercê da actuação do Governo Regional, utilizando os fundos postos à sua disposição pelo OGÉ e pela generosidade de inúmeros particulares e até de entidades estrangeiras, se realiza a um ritmo impressionante.

Acrescendo ainda que parte importante da autonomia é o novo papel reconhecido às Regiões em questões internacionais que lhes digam respeito, duas outras considerações se enunciam:

- 1.º Entende o Governo que a intervenção constitucional dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, a propósito da eventual revisão e ampliação do acordo sobre facilidades concedidas aos Estados Unidos da América na Base das Lajes, se situa no mesmo plano da do Conselho da Revolução ou do principal partido da oposição?
- 2.º Tenciona o Governo ter em conta e veicular as posições dos Governos Regionais nas negociações com outros países sobre a concessão de direitos de pesca e outras formas de utilização dos recursos da Zona Económica Exclusiva abrangida pelas Regiões Autónomas?

Aqui ficam, pois, algumas das questões mais instantâneas, das quais a oposição, nas Regiões procura tirar algum proveito (aliás muito fraco, como comprovaram as últimas eleições).

A oposição que o Governo sobre elas adoptar merecerá seguramente o nosso inequívoco apoio e reiterada confiança nas tarefas que ele continuar a desenvolver.

*Aplausos do PSD, de alguns Deputados do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira.

**O Sr. Portugal da Silveira (PPM):** — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Ao subir pela primeira vez a esta tribuna, quero cumprimentar VV. Ex.º, em quem vejo os representantes livremente escolhidos por um povo a que eu também pertenço.

Ao fazê-lo não quero ainda deixar de expressar a emoção que sinto e a clara consciência que tenho de que eu próprio sou um desses representantes e da responsabilidade que assumo na defesa dos seus interesses, na qual porei todo o meu empenhamento.

A questão que durante estes três dias aqui se nos põe é simples e linear: teremos de dizer se confiamos ou não na capacidade dos homens que foram escolhidos para formar o Governo do País.

Por mim, e em nome do grupo parlamentar de que faço parte, direi que eles deram prova, durante os dez meses da sua actividade, de uma capacidade de que talvez poucos, em Janeiro passado, suspeitassem. Por isso direi simplesmente: Confio!

Mas na questãoposta uma outra estará talvez implícita. E essa seria: estou satisfeito?

A esta terei de responder, também simplesmente: não. E algumas das razões foram ontem expostas pelo Deputado monárquico Luís Coimbra.

Mas a Aliança Democrática de onde, em última instância, este Governo imana, tem potencialidades que permitirão um progressivo enrequecimento da sua estrutura e composição.

O Sr. Dr. Sá Carneiro é hoje e vai continuar a ser Primeiro-Ministro durante os próximos quatro anos e poderá, sempre que o entenda, refrescar a sua equipa.

Para isso tem um belo «banco». (Desculpem-me estas expressões, mas é que eu ontem fui à bola.)

*Risos.*

Todavia, embora, sem dúvida, os homens contem, não é no simples mecanismo da sua substituição que se confinam as possibilidades de melhoria do rendimento da equipa.

O mundo de hoje põe questões que ainda há bem poucos anos eram desconhecidas ou simplesmente ignoradas. Quem há vinte anos falava em defesa do ambiente ou melhoria da qualidade de vida? Que significado tinha a palavra «poluição»? E a ecologia a quem interessava? Se nessa época alguém afirmasse que o carvão ou o ferro poderiam acabar ou que os donos do petróleo eram os Árabes, o que não seria o espanto?

Estamos hoje confrontados com realidades há bem pouco insuspeitadas. Mas elas aí estão, bem na nossa frente.

Um exemplo frisante, mas do qual a grande maioria dos Portugueses ainda não se apercebeu ou, ao menos, dele tomou consciência é este:

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Os OVNIs!

**O Orador:** — ... recentemente, em busca dos recursos que, em terra, lhe iam escasseando, o homem pensou que no mar estariam as reservas inesgotáveis de que carecia. O desengano veio bem cedo, e, finalmente, o homem compreendeu que não há recursos inesgotáveis. Até mesmo os peixes do mar poderiam acabar-se!

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — E os peixes da terra? ...

**O Orador:** — Porém, o mar, em termos de recursos, não era só peixe. E o plâncton? E as algas? E os minerais sólidos e líquidos? E as espantosas potencialidades energéticas das marés, das ondas, das correntes, das diferenças de temperatura aos diversos níveis? E tudo o mais que ainda hoje se não imagina? Havia, pois, que explorá-las, mas também que administrá-las e defendê-las.

Perante estes factos novos, o consenso internacional aceitou que os países confinantes com o mar reservassem para si o direito exclusivo, mas também o encargo, do estudo, da proteção e da exploração de uma área se estendesse até 200 milhas das suas costas.

Atento a esta nova situação, o I Governo do Partido Socialista, através do Ministro António Barreto (e aqui lhes rendo as minhas homenagens embora estejam tão poucos dos seus representantes) elaborou um projecto-lei que esta Câmara aprovou e que definiu a zona económica exclusiva portuguesa. A par-

tir desse momento, o nosso país passou a ser constituído por quase vinte vezes mais mar do que terra e passou a ter a maior ZEE do Atlântico Norte e uma das maiores do Mundo.

Como vamos governá-la?

**Sr. Primeiro-Ministro:** A si me dirijo, embora neste momento não esteja na sala, pois a si cabe essa responsabilidade.

Certamente que a actual estrutura do Governo irá ser remodelada brevemente, pois os novos desafios não suportam os velhos modelos.

Para esse trabalho, tem V. Ex.<sup>a</sup> a inteligência e a imaginação necessárias e sabe que conta com a colaboração dos homens da Aliança, particularmente dos seus outros dois *leaders*.

É nesse espírito que desde já, pela minha parte e nome do meu grupo parlamentar e no do Conselho Nacional do meu partido, que ainda há poucos dias debateu o assunto, me permito chamar a sua atenção de uma forma talvez um pouco caricatural, mas que dá uma noção das proporções: as 200 milhas da ZEE estão a ser administradas por estruturas concebidas, e mal, para as 12 milhas das águas territoriais!

Por isso, propomos que no Governo que V. Ex.<sup>a</sup> reestruturará, logo após as eleições que se avizinharam, seja incluído o Ministério do Mar, que englobe as actuais Secretarias de Estado das Pescas e da Marinha Mercante e que no Orçamento Geral do Estado sejam consideradas verbas que permitam o seu eficiente trabalho e que sejam fornecidos à marinha de guerra e à força aérea os meios indispensáveis à sua eficaz fiscalização.

Deste modo, nos Conselhos de Ministros a que presidirá estará sempre presente aquilo em que, provavelmente, num futuro não muito longínquo, terá suporte uma parte importante do progresso e do bem-estar de todos nós. Término quase como comecei: confio!

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Amaral.

**O Sr. Rui Amaral (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: passada que é parte substancial do tempo de intervenção das oposições no presente debate, importa fazer um primeiro balanço reflexivo sobre o que foi este debate, ou seja, o que é de substancial e verdadeiramente importante aqui se disse ou se fez em cumprimento da ordem do dia.

Sem pretender completar e muito menos superar o brilho com que o Sr. Ministro Amaro da Costa e outros Deputados da maioria, se referiram já com oportunidade e clareza à mediocridade global do debate que as oposições têm sido capazes de conduzir ...

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — É preciso ter lata!

**O Orador:** — ... é às oposições, obviamente, que compete formular críticas a uma moção de confiança e ao programa nela implícito — não poderei deixar de afirmar, mais alguns discursos volvidos, que de todas as intervenções feitas só uma merece a atenção e o cuidado de uma reflexão atenta. As demais, com maior ou menor brilho literário, normalmente iludi-

dor da vacuidade substancial e da ausência de alternativas ou de fundamentos críticos sérios e sólidos, não me merecem, ressalvado o respeito que sempre nos devem as debilidades alheias, mesmo as intelectuais ou as políticas, ...

**Vozes do PS:** — Mas que presunção!...

**O Orador:** — ... o dispêndio do tempo, uma repetição monótona e profundamente desagradável da expressão de simples evidências tão claras e cristalinas elas resultam da apresentação feita pelo Sr. Primeiro-Ministro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**Vozes do PS:** — Mas que lata!

**O Orador:** — Nem mesmo o facto de um elevado número de oradores das agora multivariadas microfacetas da oposição parlamentar, insistir em pretender impingir-nos uma música gravada num mesmo mecanismo a que os Franceses oportunamente chamaram, com propriedade, de *cassette* e que nos têm sido debitada com diferentes introduções, diversificados coloridos ideológicos ou pseudo-ideológicos, diferentes arranjos, até poemas com rima idêntica, mas substancialmente traduzidas nas mesmas notas e no mesmo e uníctario refrão; nem mesmo esse acto repetitivo — em que um observador imparcial e atento não pode deixar de constatar um único fio, claramente evidente, uma atitude essencialmente uniforme e manifestamente pobre de imaginação — nos fará frustrar os cidadãos deste país e a própria Câmara, como um todo, numa nova repetição de argumentos e de explicações. Como quem não quer compreender então é capaz de compreender, quando parece óbvio que esse comportamento não parece ter cura a breve prazo, não nos resta, mau grado à nossa paciência, outra alternativa que não seja a de seguir em frente e ir ao que interessa, ao que tem substância, ao que vale. É sabido que não defendemos nunca o princípio de que uma mentira ou uma calúnia dita milhares de vezes se impõe como uma verdade, porque a mentira e a calúnia são pela sua natureza desprezíveis e completamente indignas. Mas espanta-nos que quem usa esses métodos, quer por iniciativa própria, quer sobretudo por mera colagem decorrente provavelmente da incapacidade de inventar as suas próprias mentiras, depois da sábia resposta de um povo, parco de cultura livreca, mas profundamente inteligente e lúcido, prossiga em métodos que resultem à evidência como completamente contraproducentes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Para este não chega uma Secretaria de Estado, tem de ser Vice-Primeiro-Ministro!

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — O senhor é o único iluminado ...

**O Orador:** — Não é a nós que compete dizer à oposição como se deve comportar para ter credibilidade. Mas é importante afirmar que essa incapacidade não nos é indiferente. Afirmámos já muitas vezes que

a oposição desempenha em democracia um papel tão essencial quanto a maioria. A democracia desacredita-se profundamente quando a oposição favorece, estimula esse descrédito através da incapacidade de se assumir como tal. Ser oposição, Srs. Deputados, não é meramente uma atitude negativa, agressiva, permanentemente assente na frustração de uma confiança popular que progressivamente se esfuma. Não se faz oposição sem se proporem alternativas autênticas, pretendendo fazer voar balões que não voam por mais enfumados que sejam, introduzindo espécies monetárias de gosto duvidoso nos circuitos comerciais com óbvios lucros para marginais do crime e da burla, ou caluniando sem fundamento nem decoro. Os resultados, se mais não fosse, estão à vista de todos. Mas se os resultados estão à vista, parece claro que nem todos vêem, podem ver ou saber ver. A II Legislatura abre assim com uns tantos a terminarem em métodos repetidos que, até agora, só diferiram dos antecedentes porque lhes têm sido aplicada uma espessa maquilhagem.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Este nem se limita a ser cabotino!

**O Orador:** — Como tive oportunidade de dizer aqui há alguns meses atrás não embarcaremos no mesmo comboio, quanto mais não seja por respeito para com a nossa própria inteligência.

**Vozes do PS:** — Que é muito pouca!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que aqui me trouxe, para além destas reflexões, foi a intenção de responder ao convite, ao desafio que ontem aqui foi lançado por um Sr. Deputado da oposição que, temendo a indiferença da maioria pelo seu trabalho, não deixou de expressamente solicitar uma resposta. Pela nossa parte pensamos que mesmo quando um trabalho, esforçado embora, é pobre, salvo no fraseado aparentemente sólido tecnicamente, só porque é esforçado, só porque pretendeu, sem sucesso embora, numa exposição literariamente coerente, mas eivada de profundas contradições, só porque foi uma atitude e um discurso saudavelmente diferentes, merece o nosso respeito, a nossa consideração, o nosso exame. É isso que vamos fazer, esquecendo naturalmente as linhas, as páginas mesmo em que não foi capaz também de ser diferente da gravação.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Este é o candidato a Freitas do PSD.

**O Orador:** — Sabemos que o Partido Socialista já não tinha um programa de Governo coerente e crível. Isso não nos surpreende se confrontarmos as pessoas e a sua prática, designadamente a governativa, com o seu programa. Obviamente que ao passar-se do PS à FRS as contradições acentuaram-se profundamente à direita e à esquerda. Daí até pretender-se iludir um povo vendendo-lhe medidas às dezenas, em vez de um projecto viável e de um programa coerente, vai o passo que lhes foi possível. Mas se se der de barato que o programa é só para estar escrito e arrumado ou congelado, atitude que não nos compete a nós comentar nem contestar, não

deixaremos de reconhecer que existiu uma prática governativa servida aqui e ali por homens que têm bagagem técnica para produzir trabalho de qualidade. Só que a ciência económica não é neutra nem os modelos de economia são indiferentes ao suporte político ou ideológico que lhes está subjacente. E por isso é fácil perceber como, na ausência de uma linha política clara, rectilínea e uniforme, não é possível a adopção de um conjunto coerente de medidas, não é possível realizar, levar à prática um programa concertado de política económica e social. Isso foi o que aconteceu nos Governos anteriores ao actual, mormente nos dois primeiros. A única política económica e social que tivemos desde 1975 a 1979 foi a política conjuntural do Fundo Monetário International. Com o FMI as políticas são conhecidas, são criticáveis, mas existem e quando se aplicam os resultados que se pretendem obter, obtêm-se mesmo.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É falso!

O Orador: — Ai estão os trabalhadores portugueses, o povo de um modo geral, para o confirmarem.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É falso!

O Orador: — Seria então inadequado comentar aquilo que não existe, que nunca existiu, nem pode existir. Mas o Sr. Deputado Vítor Constâncio teve a coragem que aqui homenageio de dizer ou de pretender dizer que não é assim e tentou sem êxito, como veremos, demonstrá-lo perante esta Câmara. Dir-se-ia que o Sr. Deputado encarna mesmo a oposição séria, construtiva, a verdadeira alternativa ao Programa da Aliança Democrática. Já iremos ver que infelizmente não e por duas ordens essenciais de razões que passo a expor: primeiro, porque o Sr. Deputado abusivamente descreveu o modelo de política económica e social como sendo o da AD, quando é óbvio e evidente que o não é — e isso só pode ser levado à conta, sem mais alternativas, a má fé ou eventualmente a incapacidade técnica e, em segundo lugar, porque pretendeu expor, resumidamente embora, uma alternativa que também não é alternativa nenhuma.

Vamos por partes.

Na parte inicial do seu discurso o Sr. Deputado afirma que o Governo se furtou à revelação dos pontos controversos e sobretudo impopulares do projecto político cuja execução vem adiando até agora.

Eu não desejava ser contundente ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não tem o sentido do ridículo!

O Orador: — ..., mas não só este tipo de afirmação peca por total ausência de credibilidade, não meramente teórica, mas confirmada em afirmações semelhantes anteriores que foram rotundamente desmentidas pelos factos e pelos números, como, por outro lado, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que o que se desenha para os próximos quatro anos aos portugueses é a melhoria gradual e progressiva da sua situação económica e social. Se o Sr. Deputado não sabe, sabem-no os Portugueses e nem todos dispõem do seu suporte técnico. E se me permitisse fazer um pouco de futurologia, de agora a quatro anos teríamos seguramente o Sr. Deputado a afirmar perante

as câmaras de televisão que a inflação está ao nível da dos países da CEE, mas isso é porque os preços continuam controlados; que o produto cresceu nos anos anteriores, porque se sucederam quatro excelentes anos agrícolas; que o desemprego diminuiu mas ainda se mantém elevado; que o investimento cresceu, mas foi o privado e que o investimento privado obviamente não é socialista e portanto está ai já à vista o controlo do Poder Político pelo económico, etc., etc. ...

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Bruxo!...

O Orador: — Este discurso, Srs. Deputados, não difere essencialmente do daqueles que chamam a tudo quanto não provém de certas bandas de fascista, de latifundiário agrário, reaccionário, etc., etc. ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que cabotino!

O Orador: — Mas prossigamos: Diz o Sr. Deputado que os objectivos gerais do domínio económico-social, de crescimento da justiça social, de promoção de qualidade devida, qualquer partido os inclui no seu programa. Registamos a homenagem, mas não deixemos de salientar que não basta prometer nem escrever no programa. É necessário que haja vontade política de execução, capacidade política para levar a cabo e isso, até agora, só a Aliança Democrática o demonstrou — V. Ex.ª dispensar-me-á de exemplificar aquilo que os milhões de portugueses já viram.

Vozes do PS: — Muito obrigado.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Ah, grande poeta!...

O Orador: — O Sr. Deputado em causa termina em estilo quase épico ...

O Sr. Carlos Lage (PS): — Esse é o seu ...

O Orador: — ... dizendo que o que há a esperar deste Governo é, cito, «socialmente, uma acentuação das desigualdades e conflitos laborais; economicamente o regresso a uma afirmação mais clara de um projecto liberal-conservador». É evidente que não fundamenta e por isso as afirmações são puramente gratuitas. Registemos que o projecto é somente mais liberal-conservador do que os anteriores, por certo.

Quanto às desigualdades sociais, penso que os trabalhadores e os socialmente desfavorecidos deste país estão mais tranquilos do que o Sr. Deputado e os seus pares, sobretudo porque o Sr. Deputado não é o responsável pela política económica do Governo. Não foi o Governo da Aliança Democrática que não cumpriu os objectivos económicos e sociais que se propôs, mas foram os governos socialistas que prometeram, esses sim, o fim das desigualdades, e as acentuaram de forma dramática e trágica para muitos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Afirma-se que o projecto político se crê inadequado à resolução dos problemas do País e isto porque, diz-se, o Governo ignora duas coisas

fundamentais: a primeira, é que a capacidade de resistência das sociedades democráticas depende do alargamento do consenso social; a segunda, é que a crise decorre de transformações estruturais profundas que tornam ineficaz o regresso a soluções e modelos do passado. Dir-se-ia, Srs. Deputados, que aqui nada separa do Partido Socialista ou pelo menos deste seu porta-voz, já que nem sempre é claro quando estas duas realidades coincidem integralmente. O Sr. Deputado e os seus colegas têm memória débil, porque se lessem os documentos programáticos da Aliança Democrática, do Governo e do meu partido, facilmente encontrariam que muito antes de o afirmarem agora, nós criticámos o Partido Socialista por pretender governar orgulhosamente só.

**O Sr. José Niza (PS):** — Agora é orgulhosamente Sá!...

**O Orador:** — É isto a busca dos consensos? E não só o fez antes como se preparava para o fazer de novo se a AD não tivesse obtido a maioria absoluta, já que até, ao que é público, o compromisso do candidato Eanes de aceitar governos minoritários constaria da tal misteriosa base de entendimento. Fomos nós, a AD, nós PSD mais CDS mais PPM, os únicos, porque não chega acrescentar siglas para alargar os consensos, que devem passar comprovados no sentido do alargamento do consenso. A Aliança Democrática é o mais largo consenso democrático possível neste momento e está, como tem sido repetidamente afirmado, interessado em promover esse consenso em tudo quanto ele seja essencial, sem quebra da unidade de princípios activos e de acção.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Temos vindo e continuaremos por certo a alargar esse consenso democrático, porque ele coincide com o maior consenso nacional. Sem a Aliança Democrática o consenso necessariamente reduz-se e drasticamente, a atentar nas mais recentes apreciações dos leaders do Partido Socialista. Consensos entre a entrada no Mercado Comum e o não à entrada no Mercado Comum, consensos entre a CGTP-Intersindical e a UGT, consensos entre o totalitarismo e a democracia, para nós não são consensos. Isso não é possível. Mas são-no, ao que se vê, para muitos de quem não suspeitámos isso.

Avançou-se de seguida, caracterizando aquilo a que se chamou as características essenciais do modelo da AD: «regresso a uma sujeição mais completa à alegada lógica do mercado e às vantagens da iniciativa privada; abandono progressivo de gestão da procura global como forma de afectar as variáveis reais de economia; redução do peso do sector público na economia; prioridade no combate à inflação, para que o sistema de preços e o mercado possam funcionar; aceitação do princípio segundo o qual a inflação se controla reduzindo a procura em excesso, criando um período prolongado de recessão e desemprego; aceitação do princípio de que o desemprego é encarado como um fenómeno de curto prazo e a sua eliminação depende do crescimento económico promovido pelo investimento; de que o investimento privado para se reanimar precisa da confiança, do aumento das margens de lucro e da redução de infla-

ção para reduzir a incerteza; que os trabalhadores devem reduzir as suas reivindicações salariais e de participação nas decisões económicas, a fim de criarem um clima de confiança nos investidores; que o crescimento económico depende da plena inserção da concorrência nos mercados internacionais, o que implica um esforço sistemático de aumento da produtividade, uma prioridade absoluta às exportações mais adaptadas dos recursos do País e uma abertura completa dos investimentos estrangeiros.» Tudo o mais que decorre daqui, na lógica do discurso do PS, é naturalmente o inverso disto, pelo que me dispenso de incomodar a Câmara com o seu detalhe e o seu comentário.

**Vozes do PS e do PCP:** — Muito obrigado!...

**O Orador:** — Eu vou abreviar!

**Vozes do PS e do PCP:** — Ainda bem!

**O Orador:** — Isto na verdade é capaz de não resultar muito.

**Uma voz do PS:** — Lá isso é verdade!

**O Orador:** — Com certeza! Também não estou convencido de que vou agora convencer os senhores.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** No que respeita à sujeição mais completa à lógica do mercado e às vantagens da iniciativa privada cremos ninguém tecnicamente capaz de poder contestar que a lógica do mercado, acompanhada da defesa coerente da concorrência contra o poder monopolista privado ou público — a sua lógica económica é a mesma sempre que se trata de áreas não compreendidas nos chamados sectores de satisfação das necessidades básicas, e aí também concordamos naturalmente —, é aquela que historicamente conduziu a um melhor ritmo de crescimento económico, a maior progresso social, à mais eficiente afectação dos recursos. Os males não estão nos mecanismos de mercado, desde que controlados e vigiados, os males estão nos mecanismos deformadores das regras de mercado. Que a iniciativa privada é indispensável à recuperação económica do País, uma iniciativa privada seleccionada através de mecanismos de incentivo sectorial e regional que a Aliança Democrática criou, é coisa que tínhamos por pacífica e nela incluímos também o Partido Socialista. Registamos o desmentido e formulamos votos por que isso não tenha passado de um momento de total ausência de lucidez.

Afirmar-se que pretendemos abandonar progressivamente a gestão da procura global, como forma de afectar as variáveis reais da economia é manifestamente uma invenção. É facto sim que fomos nós, AD, e somos nós a iniciar uma política de controlo da procura do sector público, contrariamente ao que aconteceu nas gestões do Partido Socialista. E quanto à procura privada, designadamente quanto ao poder de compra das classes desfavorecidas, com elevada propensão marginal ao consumo, e que representam a esmagadora maioria dos portugueses, é verdade sim que aí defendemos uma expansão controlada do poder de compra, mas uma expansão e não uma contracção, ou seja, defendemos a melhoria segura do nível de vida dos Portugueses e não a sua degra-

dação. Connosco os Portugueses terão não só a quatro anos, e os Srs. Deputados sabem-no bem, mas seguramente a mais de quatro anos, a garantia de que o nível de vida das populações portuguesas, sobretudo das mais desfavorecidas, progredirá. Seremos nós e não as oposições, também aqui, a realizarmos um dos ideais centrais do 25 de Abril — o desenvolvimento, já que o ideal da democratização também será finalmente alcançado com a revisão constitucional e o termo das tutelas militares e do processo revolucionário.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Defendemos de facto uma redução relativa do peso do sector público na economia. O país não tem condições nem estruturas para digerir tão rapidamente um sector público relativamente tão vasto e não estamos dispostos a manter no sector público em exclusivo actividades onde se justifica sem quaisquer inconvenientes a concorrência do sector privado. E não teremos dúvidas ainda em desnacionalizar aquilo que não deve estar nacionalizado, porque para nós a nacionalização não é remédio para coisa nenhuma, salvo nos casos em que por razões económicas ou sociais isso se imponha. Nacionalizar não é, não foi sequer em Portugal socializar as empresas.

Quanto à aceitação do princípio segundo o qual a inflação se controla reduzindo a procura em excesso, criando um período prolongado de recessão e desemprego, gostaria de dizer rapidamente alguma coisa. Já sabemos, porque isso resultou de afirmações públicas, reiteradas, que o Partido Socialista entenderia que a inflação se deveria manter a um ritmo mais elevado do que o ritmo presente. Isso foi afirmado repetidamente e publicamente. Nós entendemos, porém, e penso que bem, que a inflação é naturalmente o processo socialmente mais desagregador que se pode encontrar numa economia. Entendemos que, e a experiência dos últimos quatro ou cinco anos assim o diz, os trabalhadores em Portugal não são capazes de compensar sequer em termos salariais — isso está perfeitamente à vista com a degradação dos salários reais — os ritmos de inflação que se verificaram nos últimos quatro ou cinco anos. Só com uma inflação substancialmente reduzida, o que já aconteceu este ano e se vai acentuar com certeza no próximo ano, é que é possível que isso aconteça.

Estamos em discordância perfeita neste aspecto, porque de facto nós continuaremos a privilegiar, em defesa dos interesses mais fundamentais dos mais desfavorecidos em Portugal, que a inflação se reduza. Enquanto esta não for reduzida em Portugal, as desigualdades sociais acentuar-se-ão inevitavelmente, porque isso é uma regra universal.

Pretender com isto dizer que fazemos uma política recessiva e que estimulamos o desemprego é também caluniador. Os dados estatísticos, embora provisórios, de que se têm elementos neste momento, são comprovadores de que, embora de uma maneira extremamente mitigada, o desemprego em Portugal se reduziu e de que é possível reduzir substancialmente o desemprego através de um programa económico a médio e longo prazo, simultaneamente com o combate à inflação. O combate à inflação não é de maneira

nenhuma uma contradição com o combate ao desemprego.

Nós não pretendemos eliminar a inflação até zero, pretendemos reduzi-la até níveis perfeitamente aceitáveis. Naturalmente que privilegiamos o combate ao desemprego que é o aspecto económico-social mais grave deste país, estruturalmente mais grave, mas isso não pode de maneira nenhuma ascender com a manutenção ou com a aceitação de níveis de inflação do tipo daqueles que vinham sendo mantidos anteriormente. Eu penso que tudo quanto disse é perfeitamente suficiente para justificar que na verdade as afirmações que foram feitas perante aquilo que é o Programa — no entender do Sr. Deputado orador — e os objectivos de política económica da Aliança Democrática, correspondem naturalmente a uma visão perfeitamente parcial, sectorializada. Nem nos admira que assim seja. De facto, nós temos um programa, as oposições têm medidas. É por isso que o País acredita em nós, é por isso que a Aliança Democrática aumentou as suas votações, é por isso que nos próximos quattro anos as condições económicas e sociais dos Portugueses, designadamente das classes trabalhadoras, vão melhorar, vão continuar a melhorar significativamente. É por isso, portanto — e esse é o grande drama das oposições —, que daqui a quattro anos, com certeza, teremos uma Aliança Democrática com maior invasão da área do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estamos a oito minutos do termo da sessão, tal como ficou estabelecido, e por isso antes de encerrar a Mesa, desejava comunicar o seguinte: foram feitos, com data de hoje, dois pedidos que habitualmente costumam ser desde logo votados e, se não houver oposição, a Câmara deliberaria imediatamente sobre o seu conteúdo. Trata-se de dois ofícios da Universidade Técnica de Lisboa, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o primeiro dos quais pede à Câmara autorização para o Sr. Deputado Narana Coissoró leccionar nesse Instituto em regime de gratuidade e sem prejuízo dos trabalhos da Assembleia, no ano lectivo de 1980-1981.

*Pausa.*

Como não há oposição, está autorizado por unanimidade o Sr. Deputado a exercer o ensino nos termos expostos.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, essas questões não costumam votar-se.

Já foi estabelecido na Comissão de Regimento e Mandatos que, desde que seja nos termos regimentais previstos, será autorizado. O ofício fica aí apenas para mera comunicação.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, agradeço-lhe a informação e portanto a Mesa, sem necessidade de votação, autoriza o Sr. Professor Adriano Moreira de forma idêntica ao pedido anterior já votado.

Srs. Deputados, antes de encerrar a sessão cumpre-me anunciar que o 1.º orçamento suplementar da Assembleia da República será votado amanhã. Já

foram distribuídos a todos os Srs. Deputados exemplares do mesmo a fim de habilitar os Srs. Deputados a votar na próxima sessão.

Entraram também na Mesa numerosos pedidos de ratificação de diplomas legais já publicados, que os Serviços de Apoio Parlamentar não tiveram possibilidade material de organizar em termos de poderem ser anunciados hoje, o que será feito amanhã.

Cabe-me anunciar a entrada dos seguintes projectos de lei, todos do Partido Comunista Português: projeto de lei n.º 16/II — subscrito pelo Sr. Deputado Octávio Pato, que propõe a elevação do Município de Vila Franca de Xira a urbano de primeira ordem; n.º 17/II — subscrito pelo Sr. Deputado Octávio Pato, que propõe a criação de freguesia de Outeiro da Cabeça no concelho de Torres Vedras; n.º 18/II — subscrito pelo mesmo Sr. Deputado, que propõe a criação da freguesia da Pontinha no concelho de Loures; n.º 19/II — subscrito pelo Sr. Deputado António Mota — criação da freguesia de Pedrouços no concelho de Maia; n.º 20/II — subscrito pelo Sr. Deputado Jorge Leite — criação da freguesia de Levegadas no concelho da Lousã; n.º 21/II — subscrito pelo Sr. Deputado Francisco Miguel Duarte e outros — criação da freguesia de Pereiras-Gare no concelho de Odemira; n.º 22/II — subscrito pelo Sr. Deputado António Mota — elevação da vila de Mirandela a cidade; n.º 23/II — do Sr. Deputado Joaquim Gomes de Sá — criação da freguesia de Chafé no concelho de Viana do Castelo; n.º 24/II — do Sr. Deputado Jorge Leite — elevação de Unhais da Serra à categoria de vila; n.º 25/II — do Sr. Deputado Vital Moreira — elevação de S. João da Madeira a cidade; n.º 26/II — do Sr. Deputado Joaquim Gomes dos Santos e outros — criação da freguesia de Fanhais no concelho da Nazaré; n.º 27/II — dos Srs. Deputados Raimundo Cabral e António Dias Lourenço — criação da freguesia de Meia Via no concelho de Torres Novas; n.º 28/II — dos mesmos Srs. Deputados — elevação de Riachos à categoria de vila; n.º 29/II — dos mesmos Srs. Deputados — criação da freguesia de Paços Negros no concelho de Almeirim; n.º 30/II — dos mesmos Srs. Deputados — elevação de Torres Novas à categoria de cidade; n.º 31/II — dos Srs. Deputados Sousa Marques e outros — criação da freguesia de S. Martinho no concelho de Alcácer do Sal; n.º 32/II — da Sr.ª Deputada Ercília Talhadas e outros — criação da freguesia de Gaio-Rosário no concelho da Moita; n.º 33/II — do Sr. Deputado José Manuel Nunes de Almeida e outros — criação das freguesias do Laranjeiro, do Feijó e da Charneca no concelho de Almada; n.º 34/II — também da Sr.ª Deputada Ercília Talhadas — elevação da sede da freguesia da Baixa da Banheira à categoria de vila; n.º 35/II — do Sr. Deputado Santos Espadinha e outros — criação da freguesia do Alto Estanqueiro-Jardia no concelho do Montijo; n.º 36/II — do Sr. Deputado Fernando de Almeida Sousa Marques e outros — criação da freguesia da Quinta do Conde no concelho de Sesimbra; n.º 37/II — do Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida — criação da freguesia do Pragal no concelho de Almada; n.º 38/II — do Sr. Deputado Santos Espadinha e outros — criação da freguesia de Porto Covo no concelho de Sines; n.º 39/II — do Sr. Deputado Sousa Marques — criação da freguesia de S. Francisco no concelho de Alcochete; n.º 40/II — da Sr.ª Deputada Ercília Talhadas — criação da

freguesia de Sarilhos Pequenos no concelho da Moita; n.º 41/II — da mesma Sr.ª Deputada — reordenamento das freguesias do Barreiro e Palhais no concelho do Barreiro e criação das freguesias de Verderena, Seixalinho, Santo António da Charneca e Coina; n.º 42/II — do Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida — criação da freguesia de Sobreda no concelho de Almada; n.º 43/II — da Sr.ª Deputada Ercília Talhadas — elevação da vila do Barreiro a cidade; n.º 44/II — do Sr. Deputado Miranda da Silva — criação das freguesias de Longomel e Vale de Aço no concelho de Ponte de Sor; n.º 45/II — do mesmo Sr. Deputado — criação da freguesia de Foros de Arrão no concelho de Ponte de Sor; n.º 46/II — do Sr. Deputado Veiga de Oliveira — delimitação e coordenação da Administração Central, Regional e Local relativamente aos respectivos investimentos.

Srs. Deputados, os trabalhos da Câmara prosseguem amanhã, com início às 10 horas, para conclusão do debate e votação da moção de confiança apresentada pelo Governo.

*Está encerrada a sessão.*

*Eram 22 horas.*

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

##### **Partido Social Democrata (PSD)**

António Alberto Correia Cabecinha.  
António Augusto Lacerda de Queirós.  
António Maria de O. Ourique Mendes.  
Bernardino da Costa Pereira.  
Fernando José da Costa.  
Henrique Alberto F. Uascimento Rodrigues.  
Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
José Augusto de Oliveira Baptista.  
José Bento Gonçalves.  
José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.  
Manuel Pereira.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Pedro Miguel Santana Lopes.

##### **Partido Socialista (PS)**

António Cândido Miranda Macedo.  
António Janeiro.  
António Manuel Maldonado Gonçalha Benito Elísio de Azevedo.  
Fernando Torres Marinho.  
Francisco Manuel Marcelo Curto.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
Jorge Fernando Branco Sampaio.  
José Gomes Fernandes.  
Manuel da Mata de Cáceres.  
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
Mário Alberto Lopes Soares.  
Rui Fernando Pereira Mateus.

##### **Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano José Alves Moreira.  
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
Francisco António Lucas Pires.  
Henrique Manuel Soares Cruz.

João da Silva Mendes Morgado.  
 José Augusto Gama.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 Luís Carlos C. Velozo Sampaio.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Manuel Ferreira de Andrade.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Paulo de Oliveira Ascensão.  
 Rogério Ferreira Monção Leão.  
 Ruy Garcia de Oliveira.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Armando Teixeira da Silva.  
 Carlos Hahnemann S. de Aboim Inglez.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.  
 Lino Carvalho Lima.  
 Manuel Lopes.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Raimundo Cabral.

**Acção Social Democrata Independente (ASDI)**

Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

*Deputados que faltaram à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

Fernando José F. Fleming d'Oliveira.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco José de Sousa Tavares.

José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 Pedro Augusto Cunha Pinto.

**Partido Socialista (PS)**

António Fernandes da Fonseca.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 José Luís Ambaral Nunes.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Luís Filipe Nascoamento Madeira.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 José Girão Pereira.  
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.  
 Maria Cândida Von Hafe A. Cunha Perez.  
 Mário Gaioso Henriques.  
 Nuno Krus Abecasis.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Alvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Jorge Patrício.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

**Acção Social Democrata Independente (ASDI)**

António Luciano P. Sousa Franco.

O REDACTOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*.